REVISTA

COR

LGBTQIA+

N. 9
V. 3

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS TRANS* NO BRASIL: AVANÇOS & DESAFIOS



COR LGBTQIA+
Curitiba, v. 3, n. 9, jul. 2025
Publicação semestral da Faculdade de Direito - Setor de Ciências Jurídicas
Universidade Federal do Paraná
Praça Santos Andrade, 50 - Centro, Curitiba - PR, 80020-300

ISSN 2764-0426

CAPA

FE MAIDEL

CURADORIA

JOÃO VITOR RODRIGUES GONÇALVES; REZENDE BRUNO DE AVELAR; ALBERTO LUÍS ARAÚJO SILVA FILHO; PAULO THIAGO CARVALHO SOARES RIBEIRO; FE MAIDEL; JOÃO VICENTE BASSO BERNARDI; EMILLY SOUZA

PROJETO GRÁFICO

ISABEL CECCON IANTAS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Revista COR LGBTQIA+. – n. 9, v. 3 (jul. 2025). Curitiba, 2025.

Semestral.

Endereço eletrônico: https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/

ISSN 2764-0426.

1. PessoasLGBTQIA+-Periódico.

CDU 342.7

Bibliotecário:PedroPauloAquilanteJunior – CRB-9/1626

A Revista COR LGBTQIA+ é um periódico com caráter técnico-científico, com periodicidade semestral, publicado em formato digital pela primeira vez em julho de 2021, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, em conjunto com a equipe COR, formada por estudantes, militantes, professoras(es) e pesquisadoras(es) de todo o Brasil.

Seu surgimento veio de uma demanda do movimento estudantil LGBTI+ por um espaço para publicação e discussão a respeito das pautas e conteúdos relacionados à temática de gêneros e sexualidades.

Tem como objetivo reunir as mais relevantes pesquisas e trabalhos com a temática LGBTQIA+, promovendo a pesquisa científica e a produção de trabalhos de excelência. Seu intuito é difundir e publicizar temas urgentes para o movimento, visando a democratização do conhecimento produzido neste campo e o diálogo com as diversas áreas do conhecimento que integram o escopo proposto.

EQUIPE EDITORIAL

LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | JOANA ZILLER | DENISON MELO DE AGUIAR | LEANDRO REINALDO DA CUNHA

COMITÊ CIENTÍFICO

ALBERTO JOÃO NHAMUCHE | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | ANA PAULA MARTINS HUPP | ANDREI DOMINGOS FONSECA | ANGELA COUTO MACHADO FONSECA | ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM | ARTHUR ROGOSKI GOMES | BÁRBARA DUTRA FONSECA | CARLA CARDI NEPOMUCENO DE PAIVA | CAROLINA ROMANAZZI FREIRE | DANDARA RUDSON SOUZA DE OLIVEIRA | DANIELI KLIDZIO | DENISON MELO DE AGUIAR | EDUARDO LIMA | ÉLIDA SILVA FERREIRA | ELIVELTON MAGALHÃES LIMA | EMILLY JOYCE OLIVEIRA LOPES SILVA | EWERTON DA SILVA FERREIRA | FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO | FERNANDO DA SILVA CARDOSO | GUSTAVO BORGES MARIANO | HADASSA FREIRE DA SILVA GONÇALVES SANTOS | HELOISA PANCOTTI | HIDERLINE C. DE OLIVEIRA | ISABEL CECCON IANTAS | JAC RIBEIRO | JAQUELINE CARVALHO QUADRADO | JEAN COSTA SANTANA | JEZIEL SILVEIRA SILVA | JOALISSON OLIVEIRA ARAUJO | JOANA ZILLER | LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | LEANDRO REINALDO DA CUNHA | LUCAS CAPITA QUARTO | LUÍSA DE FREITAS LOPES | MANOEL RUFINO DAVID DE OLIVEIRA | MARCIO NICOLAU | MARIA FERNANDA PIRES | MARINA DE FÁTIMA DA SILVA | NIZAR AMIN SHIHADEH | PÉRICLES DE SOUZA MACEDO | RAFAEL DOS REIS AGUIAR | RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO | ROGÉRIO MELO | THABATA VIEIRA ARECHAVALETTA | TIAGO DA SILVA ANDRADE | WALDYR BARCELLOS JUNIOR | WEZELLEY CAMPOS FRANÇA | WILLIAM ROSLINDO PARANHOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 05

ARTIGOS CIENTÍFICOS 13

Violências contra mulheres trans e travestis: uma revisão de escopo 14
Lidyane De Oliveira Santos
Renata Guedes Mourão Macedo
Maria Amélia de Sousa Mascena Veras

Inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho: lições sobre o caso de Belo Horizonte 36
Bruno Campos
Gustavo Alves Eduardo
Luiza dos Santos Tereza
Maria Eduarda de Souza Salles
Flávia Coluna Nicodemos

Capacitação e treinamento inclusivo como instrumentos de acesso de travestis e transexuais ao mercado de trabalho formal 52
Amanda Morgado Barbosa
João Pinheiro de Barros Neto

Desafios de acesso e cuidado em saúde mental das pessoas trans e sua interface com a psicologia: revisão sistemática 74
Ana Gabriela de Sá Barreto Castro
Pedro Yuri da Paz Barbosa
Maria Edhuarda Pires Alves
Júlia Helen Cavalcante Portela
Vilkiane Natercia Malherme Barbosa

Reações em torno da política de ação afirmativa para o ingresso de pessoas trans em universidades federais brasileiras 90
Gustavo Henrique Camargo Eufrasio

Em terra do sol, o arco-íris também brilha: uma análise sobre a implementação do Programa Transcidadania no Rio Grande do Norte 108
Jeam Claude de Souza Gomes

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Políticas e programas endereçados a travestis e transexuais no Brasil são historicamente relacionadas a questões de saúde-doença (Andrade, 2012), potencializando estigmas e preconceitos e, de modo paralelo, distanciando-se das verdadeiras (e necessárias) políticas de inclusão e de caráter afirmativo (Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025; Gonçalves, 2023). Para o imaginário social, tais indivíduos ainda são interpretados como uma "subespécie" que se contrapõe, notoriamente, a padrões de gênero e sexualidade dominantes e que, ainda que involuntariamente, desafiam a manutenção da binaridade e da heterossexualidade (Jesus; Alves, 2010; York; Oliveira; Benevides, 2020; Gomes; York; Colling, 2022). Consideradas transgressoras da norma e da ordem (Almeida; Vasconcellos, 2018) e, por vezes, como seres abjetos e "poluentes" (Bento, 2011), travestis e transexuais são, em sua maioria, socialmente coagidas a abdicar de sua identidade para garantir sua sobrevivência em coletividade (Gonçalves; Trujillo, 2020; Maidel, 2022). Como produto social, espaços e ambientes de poder e decisão creditam e maximizam tal estereótipo.

Com frequência, instituições e organizações capazes de oferecer certo grau de visibilidade e representatividade empenham-se em limitar (e, em alguns casos, restringir ativamente) o acesso e a participação de pessoas trans em sociedade (Avelar *et al.*, 2022). Constata-se, portanto, uma precariedade de direitos e garantias sociais culturalmente atribuídas a travestis e transexuais no Brasil (Mayorga *et al.*, 2013; Bento, 2014; Longaray; Ribeiro, 2016). Tal fenômeno se materializa de forma mais evidente na escassez de políticas públicas e programas governamentais incubidos (e capazes) de operar mudanças reais na vida de pessoas trans (Silva Filho; Cavalcanti; Pateo, 2025; Ribeiro, 2022) Até mesmo em governos progressistas, a ausência de políticas para pessoas trans torna-se um fenômeno indesejável –a exceção dos programas de saúde sexual (Arán; Murta; Lionço, 2009; Gonçalves, 2018a; Rocon *et al.*, 2016).

Dados empíricos ilustram a narrativa apresentada pela literatura.

Pesquisas recentes apontam que apenas 16,7% de travestis e transexuais do país possuem empregos formais (da Silva *et al.*, 2020), contra uma média de 56,6% que ainda sobrevive da informalidade (CEDEC, 2021). De acordo com a última fonte, 33% recorrem ao trabalho sexual como fonte de renda primária; 65% apresentam média mensal igual ou inferior a um salário mínimo; e mais de 70% não possuem moradia própria. Tal cenário de precariedade social estende-se também ao campo educacional (Gonçalves, 2018b; Lima,

2020). Entidades da sociedade civil estimam que 70% da comunidade não possuem educação básica completa (ANTRA, 2022). No ensino superior, o panorama é ainda mais desafiador. Menos de 1% frequentam ambientes universitários (ANDIFES, 2019). Diante deste panorama, é possível se questionar sem hesitação: *Seria o Estado capaz de reverter este cenário? Como estados e municípios brasileiros podem (re)inserir pessoas trans em sociedade?*
Este dossiê reúne algumas possíveis respostas capazes de responder a este questionamento. Cerca de 29 trabalhos foram apreciados e, após um processo de análise cuidadoso, com moderada prudência e detalhes, 6 propostas foram aprovadas para publicação. Pesquisas de todas as regiões do país, contidas nesta edição especial da prestigiada Revista COR LGBTQIA+, compartilham lições e aprendizados de políticas e programas endereçados a pessoas trans espalhadas Brasil afora que podem –ainda que tardiamente– devolver a nossos irmãos e irmãs trans o exercício da plena cidadania e a possibilidade de reivindicação e construção de direitos, rompendo assim séculos de subalternização e preconceitos intergeracionais.

Texto de João Vitor Rodrigues Gonçalves

Sob a autoria de Lidyane De Oliveira Santos, Renata Guedes Mourão Macedo e Maria Amélia de Sousa Mascena Veras, o artigo *"***Violências contra mulheres trans e travestis: uma revisão de escopo***"* investiga, por meio de uma rigorosa revisão de escopo, as formas de violências física, sexual e, sobretudo, institucional, dirigidas a mulheres trans e travestis, bem como as barreiras estruturais ao acesso à saúde. Ao evidenciar que a segurança pública e os serviços de saúde frequentemente revitimiza essa população, o estudo contribui para o dossiê ao demonstrar que políticas eficazes devem transcender a assistência básica, exigindo uma reformulação de protocolos estatais capazes de garantir a integridade física e psicológica como premissa inegociável para o exercício da cidadania.

Sob a autoria de Bruno Campos, Gustavo Alves Eduardo, Luiza dos Santos Tereza, Maria Eduarda de Souza Salles e Flávia Coluna Nicodemos, o artigo *"***Inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho: lições sobre o caso de Belo Horizonte***"* revela, a partir de um estudo de caso empírico, a fragilidade de políticas corporativas de diversidade quando desconectadas de uma política pública macroestrutural. A pesquisa contribui para o debate ao demonstrar que, sem mecanismos estatais efetivos de regulação e proteção contra a discriminação, o ambiente corporativo permanece hostil, resultando em desligamentos involuntários e perpetuando a vulnerabilidade socioeconômica, o que demanda do Estado uma atuação mais incisiva na fiscalização e no fomento à permanência de pessoas trans no mercado de trabalho formal.

Sob a autoria de Amanda Morgado Barbosa e João Pinheiro de Barros Neto, o artigo *"***Capacitação e treinamento inclusivo como instrumentos de acesso de travestis e transexuais ao mercado de trabalho formal***"* problematiza a eficácia de programas de

educação profissional e tecnológica quando desvinculados de garantias reais de empregabilidade. Os achados sugerem que, para que as políticas públicas de trabalho e renda sejam efetivas, é insuficiente apenas qualificar a força de trabalho trans; o Estado deve articular estratégias de intermediação ativa que assegurem a transição da formação para o contrato formal, combatendo a transfobia estrutural que persiste nos processos de recrutamento e seleção, validando a qualificação como ferramenta real de mobilidade e transformação social.

Sob a autoria de Ana Gabriela de Sá Barreto Castro, Pedro Yuri da Paz Barbosa, Maria Edhuarda Pires Alves, Júlia Helen Cavalcante Portela e Vilkiane Natercia Malherme Barbosa, o artigo "**Desafios de acesso e cuidado em saúde mental das pessoas trans e sua interface com a psicologia: revisão sistemática**" expõe a permanência de práticas clínicas cisnormativas e patologizantes que comprometem o vínculo terapêutico com travestis e transexuais. O estudo é fundamental para este dossiê ao argumentar que as políticas públicas de saúde mental devem incorporar urgentemente um compromisso ético-político com práticas afirmativas, reconhecendo que o sofrimento psíquico desta população é frequentemente produto da exclusão social e da violência sistêmica, e não uma condição intrínseca à dissidência de gênero e sexualidade.

Sob a autoria de Gustavo Henrique Camargo Eufrasio, o artigo "**Reações em torno da política de ação afirmativa para o ingresso de pessoas trans em universidades federais brasileiras**" introduz o conceito crítico de *cisgovernamentalidade* para explicar como instituições de ensino superior públicas reproduzem significados hegemônicos mesmo no interior de políticas inclusivas. A análise revela que a implementação de cotas para pessoas trans a nível de graduação, embora essencial, enfrenta resistências reacionárias que exigem vigilância institucional e aprofundamento da política para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o reconhecimento epistemológico de corpos trans no espaço acadêmico.

Por fim, o artigo extra intitulado "**Em terra do sol, o arco-íris também brilha: uma análise sobre a implementação do Programa Transcidadania no Rio Grande do Norte**", de autoria de Jeam Claude de Souza Gomes oferece uma perspectiva crucial sobre a interiorização e a capilaridade de políticas sociais de transferência de renda no Nordeste brasileiro direcionado a pessoas trans por meio de uma análise preliminar do Programa Transcidadania do Estado do Rio Grande do Norte. Ao identificar o hiato temporal entre a legislação (2022) e a execução (2023), o estudo ilumina os desafios práticos da burocracia estatal na garantia de direitos para travestis e transexuais, servindo como um termômetro vital para gestores públicos que visam replicar e adaptar políticas sociais e de caráter afirmativo para pessoas trans em diferentes contextos, formatos e relações federativas.

Em suma, as pesquisas aqui reunidas transcendem o mero diagnóstico das ausências estatais para vislumbrar horizontes concretos de cidadania, dignidade e reparação histórica.

Esperamos que este volume sirva não apenas como fonte de consulta acadêmica, mas como instrumento político e técnico para gestores, ativistas e formuladores de políticas comprometidos com a promoção da cidadania e de direitos para pessoas trans no Brasil. Por fim, expressamos nossa profunda gratidão a todas as autoras e autores que confiaram seus manuscritos a esta edição, bem como ao corpo de pareceristas, cujo rigor, celeridade e generosidade intelectual foram indispensáveis para a qualificação deste debate urgente.

Desejamos a todes uma excelente leitura.

Comissão organizadora

João Vitor Rodrigues Gonçalves (UnB/ FGV EAESP)
Rezende Bruno de Avelar (UEG)
Alberto Luís Araújo Silva Filho (IPEA)
Paulo Thiago Carvalho Soares Ribeiro (UnB)
Fe Maidel (UNIFESP)
João Vicente Basso Bernardi (USP)
Emilly Souza (UnB)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B. DE .; VASCONCELLOS, V. A.. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 2, p. 303–333, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2317-6172201814. Acesso em: 16 dez. 2025.

ANDRADE, L. N de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 279 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600. Acesso em: 16 dez. 2025.

ARÁN; M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.4, p. 1141–1149, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020. Acesso em: 16 dez. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota Técnica nº 02/2024 – Análise sobre a Adoção de Cotas para Pessoas Trans em Instituições de Ensino**. Brasília, DF: ANTRA, 2024. Disponível em: https://antrabrasil.org/2024/09/23/antra-nota-tecnica-cotas-trans-2024/. Acesso em: 16 dez. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES**. Brasília, DF: Andifes, 2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br/2021/07/09/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes/. Acesso em: 16 dez. 2025.

AVELAR, Rezende Bruno de; RODRIGUES GONÇALVES, João Vitor; MENDES, Alex; QUEIROZ, Theles Amorim. (Trans)gredindo preconceitos? : a escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho . **Historiæ**, v. 13, n. 1, p. 45–71, 2023. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740. Acesso em: 16 dez. 2025.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549–568, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016. Acesso em: 16 dez. 2025.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197. Acesso em 16 dez. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapeamento de Pessoas Trans na cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2021.

DA SILVA, M. A.; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. De, S. M. Work and health issues of the transgender population: factors associated with entering the labor market in the state of São Paulo, Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1723-1734, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33082019. Acesso em: 16 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R.. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no ensino superior. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SIES), 1., 2018, Goiânia-Goiás. **Anais [...].** Goiânia-Goiás: Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2018. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/SIES/article/view/12207. Acesso em: 16 dez. 2025.

GOMES, Maria Sueli Costa; YORK, Sara Wagner; COLLING, Leandro. Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos fundamentais. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1097-1135, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/66662. Acesso em: 16 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no ensino superior. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SIES), 1., 2018a, Goiânia-Goiás. **Anais [...]**. Goiânia-Goiás: Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2018a. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/SIES/article/view/12207. Acesso em: 16 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. As barreiras sociais que afastam a população transexual na busca pela permanência no sistema educacional. In: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5., 2018b. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2018b. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/13310. Acesso em: 16 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. **Da esquina à escola**: (Re)inserção educacional de travestis e transexuais do programa Transcidadania. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) – Fundação Getulio Vargas, Brasília-DF, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/10438/33788. Acesso em 16 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R.; TRUJILLO, R. A. S. Da esquina ao escritório: uma análise da ausência de mulheres trans no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamento Americano**, v. 13, n. 26, p. 33–50, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419. Acesso em 16 dez. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150. Acesso em 16 dez. 2025.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, v.77, p. 70–87, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87. Acesso em: 16 dez. 2025.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p761. Acesso em: 16 dez. 2025.

MAIDEL, F. O Transcidadania pode mudar as vidas trans? **BIS - Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 13-27, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.52753/bis.v23i1.39600. Acesso em 16 dez. 2025.

MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Vivane Martins. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 463–484, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200003. Acesso em: 16 dez. 2025.

RIBEIRO, Paulo Thiago Carvalho Soares. Criminalizou-se a LGBTIfobia, mas por quê? Uma análise sociológica da vulnerabilidade LGBTI no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 16, p. 282–308, 2022. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/13263. Acesso em: 16 dez. 2025.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015. Acesso em: 16 dez. 2025.

RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MEIRA, L. Public Policy for Trans People: Lessons from Brazil for Social Inclusion. **Development Policy Review**, v. 43, e70015, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1111/dpr.70015. Acesso em 16 dez. 2025.

SILVA FILHO, Alberto Luis Araújo; CAVALCANTI, Filipe Matheus Silva; PATEO, Felipe Vella. **Identidades invisíveis? O dilema da (in)visibilidade estatística da população trans.** Brasília, DF: Ipea, nov. 2025. 42 p. Disponível em: https://dx.doi.org/10.38116/td3169-port. Acesso em 16 dez. 2025.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B.. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. e75614, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614. Acesso em: 16 dez. 2025.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES TRANS E TRAVESTIS: UMA REVISÃO DE ESCOPO

VIOLENCE AGAINST TRANS WOMEN AND TRAVESTIS: A SCOPING REVIEW

Lidyane De Oliveira Santos[1]
Renata Guedes Mourão Macedo[2]
Maria Amélia de Sousa Mascena Veras[3]

Resumo: este estudo teve como objetivo mapear a produção científica nacional e internacional sobre as formas de violência sofridas por mulheres trans e travestis no Brasil, com foco nos impactos à saúde. Trata-se de uma revisão de escopo conduzida com base na metodologia PRISMA-ScR e na estratégia PCC (População, Conceito e Contexto). Foram selecionados 34 artigos científicos publicados entre 2014 e 2024, em português, inglês e espanhol, a partir das bases PubMed, Scopus, Web of Science, BVS e SciELO. Os critérios de inclusão abrangeram estudos empíricos e revisões sistemáticas que abordassem explicitamente violências relacionadas à saúde. Os descritores utilizados incluíram "mulheres trans", "travestis", "violência" e "saúde". Os resultados indicaram que as formas mais recorrentes de violência foram a física (41,2%), sexual (26,5%) e institucional (17,6%), com destaque para contextos de atendimento em saúde e segurança pública. Conclui-se que essas violências são múltiplas, interseccionais e impactam diretamente a saúde mental dessa população. O estudo contribui ao evidenciar a necessidade de políticas públicas sensíveis ao gênero e à promoção de práticas de cuidado mais inclusivas.
Palavras-chave: violência; mulheres trans; travestis; Brasil; revisão de escopo.

Abstract: this study aimed to map national and international scientific literature on the forms of violence experienced by transgender women and travestis in Brazil, with a focus on health-related impacts. A scoping review was conducted based on the PRISMA-ScR methodology and the PCC strategy (Population, Concept, and Context). A total of 34 peer-reviewed articles published between 2014 and 2024 were included, in Portuguese, English, and Spanish, retrieved from PubMed, Scopus, Web of Science, BVS, and SciELO databases. Inclusion criteria focused on empirical studies and systematic reviews explicitly addressing violence in health contexts. The main descriptors used were "transgender women," "travestis," "violence," and "health." Results indicated that the most frequently reported types of violence were physical (41.2%), sexual (26.5%), and institutional (17.6%), especially in healthcare and public security settings. The findings reveal that such violence is multiple and intersectional, directly affecting the mental health of this population. This review contributes by highlighting the urgency of gender-sensitive public policies and the promotion of more inclusive care practices.
Keywords: violence, transgender women, travestis, Brazil, scoping review.

[1] Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (2019), Especialista em Saúde Pública com ênfase na saúde da família e Neuropsicologia, mestranda em Saúde Coletiva pela Faculdade da Santa Casa de São Paulo, bolsista CAPES. Atualmente é psicóloga clínica.

[2] Doutora em Ciências Sociais pela USP, é professora no Departamento de Saúde Coletiva da FCMSCSP e na FESPSP, com foco em marcadores sociais da diferença, gênero e desigualdades sociais. Realizou pós-doutorado na USP sobre diversidade e políticas educacionais e estágio de pesquisa na Universidad Complutense de Madrid em 2023. Desde 2024, coordena o Instituto Walter Leser de pesquisas em ciências sociais e saúde na FESPSP.

[3] Mestrado em Saúde Pública pela Universidade da California Berkeley e Doutorado em Medicina pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado pela University of California San Francisco. Professora Adjunta do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da FCMSCSP. Coordena grupo de pesquisa NUDHES (Saúde, Sexualidade e Direitos Humanos da População LGBT+). Membro da Coordenação da Red Ibero-Americana de Estudion en Hombres Gay y Otros Hombres que Tienen Sexo con Hombres y Personas Trans (RIGHT). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ - 1D) do CNPq. Latin America Caribbean Regional Councilor of The International Epidemiological Association - IEA (2023-2024)

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre gênero e sexualidade tem se consolidado como um campo de intensas disputas conceituais, políticas e sociais, envolvendo categorias que atravessam a saúde, as ciências humanas e os movimentos sociais (Heilborn; Rodrigues, 2018). Ao longo do século XX e nas primeiras décadas do XXI, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, essas categorias passaram por constantes revisões, impulsionadas por avanços acadêmicos e por lutas políticas que tensionam normas historicamente estabelecidas. Nesse contexto, estudiosos como Butler (1990) argumentam que o gênero é uma construção social reiterada por práticas discursivas e performances corporais, enquanto Connell (2012) chama atenção para as dinâmicas de poder que mantêm as desigualdades de gênero. Butler (2010, p. 59) define gênero como "uma série de performances repetidas do corpo dentro de uma estrutura reguladora rígida, que ao longo do tempo cria a ilusão de uma substância ou classe natural de ser".

Essas contribuições teóricas têm influenciado mudanças significativas no campo da saúde, especialmente no que se refere ao reconhecimento das identidades de gênero. Um marco importante foi a adoção da Classificação Internacional de Doenças 11ª edição (CID-11) pela Organização Mundial da Saúde, em 2019, que retirou a identidade trans da categoria de transtornos mentais, realocando-a como uma condição relativa à saúde sexual (WHO, 2019). Apesar desse avanço, o Brasil permanece como um dos países mais violentos para pessoas trans, especialmente mulheres trans e travestis. Como aponta Rocon (2018), a transfobia institucional, o desrespeito ao nome social e os retrocessos legislativos evidenciam a persistência de práticas excludentes e discriminatórias nos serviços de saúde.

Diante dessa realidade, a literatura tem destacado formas de resistência e estratégias de sobrevivência mobilizadas por essas populações. Alguns estudos apontam, de modo enfático, a recente criação de algumas políticas públicas de caráter afirmativo para assegurar, ainda de modo incipiente, a subsistência a pessoas trans no Brasil (Gonçalves, 2018; 2023; Pedra *et al*., 2018; Gonçalves; Trujillo, 2020; Avelar *et al*., 2022; Maidel, 2022; Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025). Para os autores, as políticas analisadas –embora necessárias- ainda não atendem boa parte das reivindicações desta comunidade. Outros autores, como Jesus (2016), analisam as microrrevoluções cotidianas das travestis, que, mesmo em contextos de marginalização, constroem formas de existência feminina e afetiva. Esses espaços de sociabilidade, ainda que atravessados por violência, também representam possibilidades de trabalho, cuidado e pertencimento. Complementarmente, Jesus e Alves (2010) ressaltam a centralidade da luta pelo nome social como uma bandeira simbólica do movimento trans, embora reconheçam que essa conquista, isoladamente, não seja suficiente para garantir transformações estruturais frente às barreiras legais e sociais à retificação de nome e gênero.

Os dados mais recentes do Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras (2023) revelam um cenário alarmante: 145 assassinatos, dos quais 136 foram de travestis e mulheres trans, consolidando o Brasil como o país que mais mata essa população no mundo, segundo monitoramento da Transgender Europe (TGEU) desde 2008 (Benevides, 2024). Para compreender essa violência sistemática, é essencial adotar a perspectiva interseccional proposta por Crenshaw (1989), que analisa como gênero, raça, sexualidade e classe interagem para produzir múltiplas formas de opressão. Sievwright *et al.* (2022) reforçam a necessidade de intervenções em saúde que considerem o estigma interseccional, valorizando a atuação de lideranças comunitárias e práticas de cuidado baseadas na ação coletiva.

Como parte da resposta institucional a esse cenário, destaca-se o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), criado em 2006 pelo Ministério da Saúde e integrado ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) em 2009. Esses sistemas possibilitam o mapeamento dos tipos de violência e dos perfis das vítimas (Veloso *et al.*, 2013; Brasil, s.d.), colaborando com pesquisas como as da ANTRA, que revelam que cerca de 79% das pessoas trans assassinadas nos últimos sete anos tinham entre 13 e 35 anos (Benevides, 2024). Essas mortes não são apenas estatísticas, mas o resultado de múltiplas formas de violência — física, sexual, institucional — agravadas pela omissão do Estado e a naturalização da discriminação.

Para aprofundar a compreensão sobre essas violências, Foucault (2018) oferece uma análise do poder enquanto rede de dispositivos que regulam corpos e condutas, operando na manutenção de normas sociais. Nessa linha, Schraiber *et al.* (2009, p. 1023) apontam a violência de gênero como um "ato masculino para a aculturação da mulher nos referentes do mais antigo e maior poder do masculino, que é o patriarcado". Já a OMS (WHO, 1996) define a violência como o uso de força física ou poder que possa resultar em morte, sofrimento ou dano psicológico, definição ampliada por Minayo (2006), que destaca o impacto dessa violência no campo da saúde, mesmo que suas raízes sejam sociais e culturais.

A literatura também mostra que o enfrentamento dessa realidade depende de compromisso institucional e sensibilidade dos profissionais de saúde. Batista (2018) identifica uma lacuna significativa no envolvimento dos gestores de saúde com a pauta trans, seja por desconhecimento ou negligência. Ainda assim, existem iniciativas locais comprometidas, com criação de redes de apoio e protocolos de atendimento mais humanizados. Cabe aos profissionais de saúde não apenas atuar na identificação e cuidado frente às violências, mas também promover práticas de acolhimento e prevenção.

Diante de tal contexto, este artigo tem como objetivo mapear, por meio de uma revisão de escopo (*scoping review*), as diversas formas de violência sofridas por mulheres trans e travestis no Brasil. Os objetivos específicos são: (1) sistematizar as formas

de violência identificadas na literatura nacional; (2) explorar as divergências entre as diretrizes das políticas públicas e os resultados empíricos disponíveis; e (3) analisar o perfil das produções acadêmicas sobre o tema, considerando os períodos de publicação, métodos empregados, dados gerados e evidências relativas às experiências de violência dessa população.

2 METODOLOGIA

O estudo trata de uma revisão de escopo (*scoping review*), metodologia amplamente utilizada para mapear a literatura existente sobre determinado tema, colaborando na identificação e definição dos limites conceituais. Esta abordagem metodológica foi selecionada por sua capacidade de sintetizar evidências de pesquisa e identificar lacunas no conhecimento existente, especialmente em áreas complexas ou heterogêneas como a violência contra mulheres trans e travestis. Para o cumprimento das etapas metodológicas, utilizou-se de forma adaptada o manual Prisma-SCR do método Joanna Briggs (2020), que concentra 22 etapas de verificação concernentes ao título, resumo, introdução, método e discussão. Foi realizado o protocolo registrado nos repositórios de domínio público o *Open Science Framework* (OSF), garantindo a transparência, a visibilidade e o fácil acesso ao projeto.

A estruturação da pesquisa iniciou-se com a estratégia denominada População, Conceito e Contexto (PCC) para direcionar e delimitar o escopo do estudo, sendo P (população) = Mulheres trans e travestis, C (Conceito) = Violência e suas manifestações e C (contexto) = Brasil. Esta abordagem sistemática permitiu uma delimitação clara e objetiva do campo de investigação, fundamental para garantir a precisão e relevância dos resultados. O uso do acrônimo contribuiu na formulação da pergunta de pesquisa "Quais estudos têm sido realizados sobre violência contra mulheres trans e travestis no Brasil?", que direcionou as buscas de artigos indexados nas bases de dados.

A seleção das bases de dados foi realizada através da Biblioteca Acadêmica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, incluindo PubMed, *Scopus*, *Web of Science*, BVS e *SciELO*. Estas bases foram escolhidas por sua abrangência, credibilidade e relevância no campo das ciências da saúde e ciências sociais, garantindo uma cobertura ampla e diversificada da literatura científica disponível.

A busca dos artigos que integram a revisão ocorreu a partir da linha de comando construída com os descritores: (*Violence*) AND (*trans OR transvestite OR transgender**) AND (*woman OR women*) AND (*Brazil* OR Brasil). Esta estratégia de busca foi cuidadosamente elaborada para maximizar a sensibilidade e especificidade da pesquisa, garantindo a captação de estudos relevantes enquanto minimizava a inclusão de trabalhos não pertinentes.

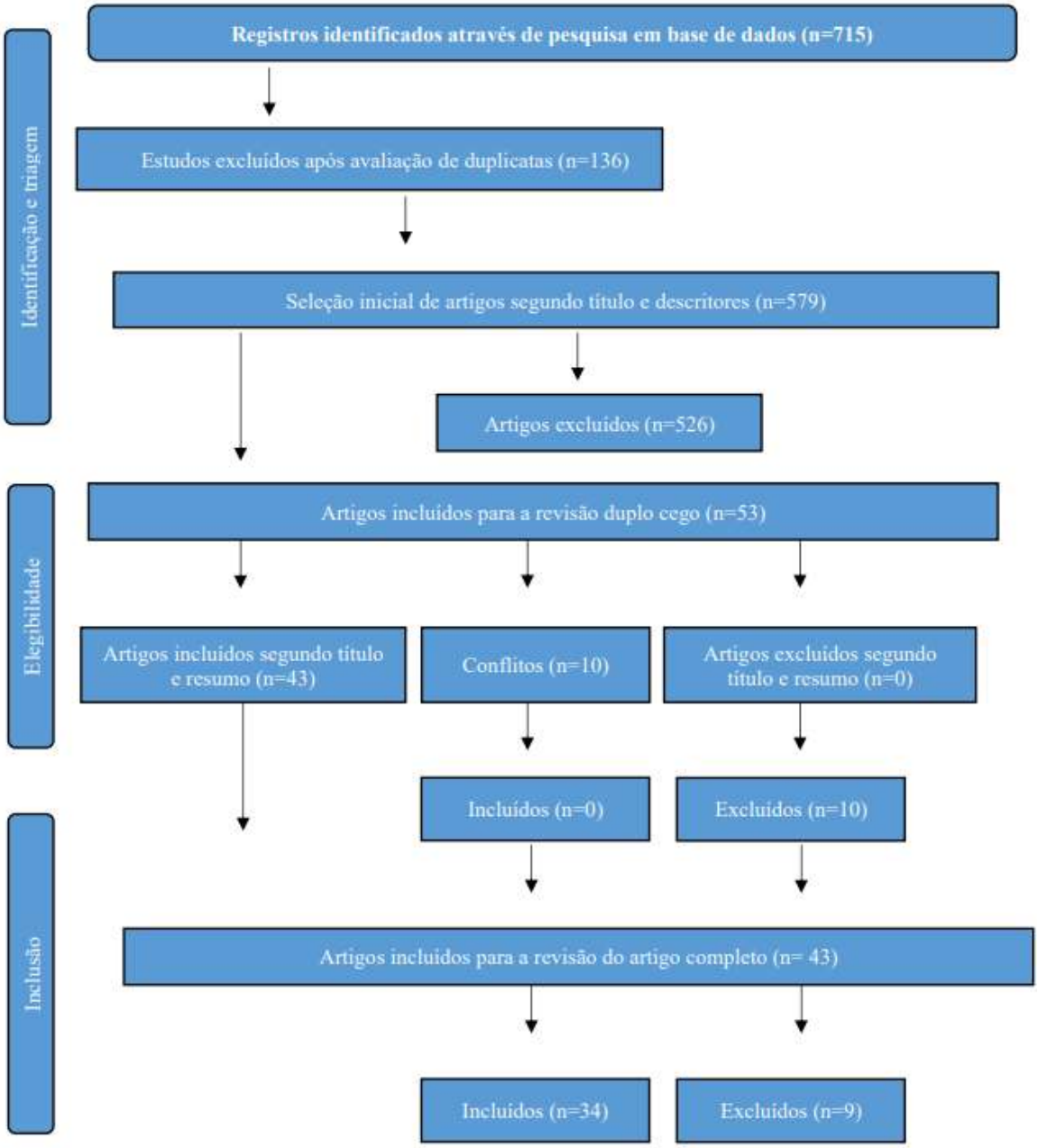
Os critérios de inclusão estabelecidos compreenderam o período de janeiro de 2014 a agosto de 2024 para publicações em português, inglês e espanhol, sucedido de avaliação duplo-cego para as etapas de avaliação de escopo. O recorte temporal estabelecido para a busca abrangeu o período de janeiro 2014 à agosto de 2024, buscando garantir uma análise abrangente do fenômeno, ao mesmo tempo em que assegurava a viabilidade da pesquisa em termos de escopo e recursos disponíveis. Esse intervalo foi selecionado por estar entre os lançamentos do CID-10 e do CID-11. Destaca-se que o CID-11, lançado em 2018, mas entrou em vigor apenas em 2022, trouxe uma mudança significativa ao substituir a categoria diagnóstica "transtorno de identidade de gênero" pelo termo "incongruência de gênero", tornando essa atualização relevante para a pesquisa.

Em relação aos resultados iniciais, foram encontrados 715 artigos, sendo 43 da PubMed, 10 da Scopus, 42 da *Web of Science*, 606 da BVS e 14 da *SciELO*. Para garantir um processo sistemático e organizado de revisão, os artigos foram salvos e processados pela plataforma Rayyan, uma ferramenta especializada para gerenciamento de revisões sistemáticas e de escopo.

O processo de seleção seguiu etapas rigorosas de filtragem. Após a remoção de 136 duplicatas, realizou-se a leitura de 579 títulos e resumos, dos quais 526 foram excluídos por não serem realizados no Brasil. Dos 53 artigos restantes, 43 foram incluídos e 10 ficaram em conflito no duplo cego, sendo posteriormente excluídos por não abordarem especificamente mulheres trans e/ou travestis ou por serem relatórios/estudos de opinião.

Na etapa final do processo de seleção, foi realizada a leitura na íntegra dos 43 artigos selecionados, resultando em 34 incluídos e 9 excluídos por não estarem diretamente relacionados à violência. Os critérios de exclusão foram rigorosamente aplicados, abrangendo: estudos não realizados no Brasil, pesquisas que não tratavam diretamente de violência, artigos fora do período estabelecido e publicações em outras línguas além das especificadas.

FIGURA 1 – Fluxograma do processo de inclusão e exclusão de revisão de escopo.



Fonte: Autoras (2025).

A análise dos artigos selecionados foi conduzida através de uma abordagem sistemática e multidimensional, considerando cinco eixos principais de violência: física, psíquica, institucional, racial e econômica. Para cada dimensão, foram estabelecidas categorias analíticas específicas que permitiram identificar padrões, frequências e interseccionalidades nas manifestações de violência. O processo analítico envolveu a extração minuciosa de dados qualitativos e quantitativos, buscando compreender não apenas a ocorrência dos diferentes tipos de violência, mas também seus contextos socioculturais, determinantes estruturais e impactos na vida das mulheres trans e travestis

no Brasil. Especial atenção foi dedicada às narrativas e experiências relatadas nos estudos, permitindo uma compreensão mais profunda das especificidades e complexidades que caracterizam as violências sofridas por essa população. A análise também considerou as interseccionalidades, como raça, classe social e território, possibilitando uma leitura interseccional dos fenômenos de violência e suas múltiplas expressões no contexto brasileiro.

3 RESULTADO

Os resultados identificados no escopo dos 34 artigos selecionados estão sistematicamente organizados no quadro 1 que apresenta a caracterização detalhada de cada estudo. Este instrumento analítico contempla informações essenciais, incluindo título completo da publicação, ano de divulgação, autores responsáveis, localização geográfica onde a pesquisa foi conduzida e os objetivos específicos de cada investigação. A estruturação deste quadro permite uma visualização clara e objetiva do conjunto de publicações analisadas, facilitando a identificação de padrões temporais na produção científica, a distribuição territorial dos estudos no contexto brasileiro e as principais temáticas abordadas pelos pesquisadores. Esta sistematização constitui a base fundamental para a análise aprofundada que será desenvolvida na seção de discussão, onde os achados serão interpretados e contextualizados.

QUADRO 1 – Artigos incluídos na revisão de escopo

TÍTULO	AUTORES	ANO	LOCAL	OBJETIVO
Maus-tratos na infância associados à deterioração dos resultados psicossociais na vida adulta de mulheres transgênero do sul do Brasil	FONTANARI, A. M. V.; ROVARIS, D. L.; COSTA, A. B. et al.	2018	Porto Alegre, Brasil	Caracterizar a relação entre maus-tratos na infância (CMH) e o desenvolvimento de transtornos mentais na vida adulta em mulheres trans brasileiras.
Violência física contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do nordeste brasileiro	PARENTE, J. S.; MOREIRA, F. T.; ALBUQUERQUE, G.	2018	Municípios de Juazeiro do Norte e Crato, Ceará, Brasil	Determinar o perfil de violência física perpetrada contra integrantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT).
Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil	MAGNO, L.; DOURADO, I.; SILVA, L. A. V.	2018	Salvador, Bahia, Brasil	Analisar suas experiências de estigmatização, descrevendo acontecimentos, atores e contextos que marcam as suas trajetórias de vida, e também compreender a relação entre o estigma e suas performances femininas.

Barreiras de acesso na atenção primária à saúde à travestis e transexuais na região central de São Paulo	MAGALHÃES, L. G.	2018	São Paulo, Brasil	Elaborar um manual de acolhimento à população travesti e transexual para a Atenção Primária à Saúde (APS) e identificar barreiras que dificultam o acesso dessa população à APS.
Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus	SANTOS, M. G.	2019	Manaus, Brasil	Análise das violências às quais essas mulheres são submetidas, identificando a articulação das violências contra essa população com o processo de risco e vulnerabilidade social a que estão expostas.
Experiências de mulheres trans/travestis com acesso aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões	MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.	2019	Baixada Fluminense - Rio de Janeiro	Artigo analisa as experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde e discute a discriminação sexual/de gênero e as suas demandas aos serviços de transição de gênero e prevenção da AIDS.
Violências, mulheres travestis, mulheres trans: problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações	SOUZA, M.; PRADO, M. O.	2019	Florianópolis, Brasil	Problematiza violências vivenciadas por pessoas que se reconhecem ou já se reconheceram como mulheres travestis e mulheres transexuais.
Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil	ZUCCHI, E. M. et al.	2019	Sete municípios do Estado de São Paulo, Brasil	Estimar fatores associados ao bem-estar psicológico de travestis e mulheres transexuais.
Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial	MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P.	2020	Brasil	Descrever as características dos homicídios de LGBT ocorridos no Brasil por meio de uma análise espacial.
As porosidades do consentimento. Pensando afetos e relações de intimidade	FERNANDES, C. et al.	2020	Brasil	Analisar a categoria "consentimento", deslocando o debate dos direitos sexuais para vidas e relacionamentos íntimos.

Nossa vida não tem sentido...: Explorando a discriminação, a violência e os desafios da saúde mental entre minorias sexuais e de gênero no Brasil	MALTA, M. et al.	2020	Rio de Janeiro	Explorar o impacto da violência e dos crimes de ódio contra minorias sexuais e de gênero no Brasil.
"Tudo é violência, viver é violência": representações sociais de mulheres em situação de rua na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte/MG sobre violência	TEMPONI, S. R. N.; PINHEIRO, T. M. M.; RIBEIRO, L. P.	2020	Belo Horizonte, MG	Identificar a(s) representação(ões) social(ais) das mulheres em situação de rua da regional Centro-Sul de Belo Horizonte sobre a violência.
Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017	PINTO, I. V. et al.	2020	Brasil	Objetivou descrever o perfil das notificações das violências contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Brasil, entre 2015 e 2017.
Prevalência e fatores associados ao comportamento suicida entre mulheres trans no Rio de Janeiro, Brasil	RAFAEL, R. M. R. et al.	2021	Rio de Janeiro	Estimar a prevalência de comportamento suicida ao longo da vida e identificar seus fatores associados entre mulheres trans brasileiras.
Um estudo transversal sobre saúde mental e suicídio entre mulheres trans em São Paulo, Brasil	REIS, A. et al.	2021	São Paulo	Investigar fatores de risco e associações com saúde mental, ideação suicida e tentativas de suicídio entre mulheres trans na maior área metropolitana de São Paulo.
Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais	SILVA, G. W. S. et al.	2021	Rio Grande do Norte	Analisar a prevalência e os fatores associados à ideação suicida em travestis e transexuais.
A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+	SHIHADEH, N. A.; PESSOA, E. M.; SILVA, F. F.	2021	Brasil	Investigar como os serviços de saúde podem (in) visibilizar atendimento ao público LGBTQIA+.

Travestis e Mulheres Trans Negras: Vulnerabilidade, Preconceito e Discriminação	SIQUEIRA, G. C.; MARCOLINO, A. M.; SANTOS, A. O.	2021	São Paulo	Discutir as experiências de preconceito e discriminação vividas por travestis e mulheres trans negras e suas estratégias de enfrentamento.
Mulheres trans e banheiros públicos: o discurso jurídico e sua violência	BAGAGLI, B. P.; CHAVES, T. V.; FONTANA, M. G. Z.	2021	Brasil	Abordar as principais consequências que a proibição do uso de banheiros tem para a população transgênero, especificamente o acesso de mulheres transgênero ao banheiro feminino.
Experiências de violência contra mulheres lésbicas e bissexuais no Brasil	RUFINO, A. C.; FILHO, C. E. W. B. C.; MADEIRO, A.	2022	Brasil	Descrever experiências de violência contra mulheres lésbicas e bissexuais no Brasil.
Associação de discriminação, violência e resiliência com sintomas depressivos entre mulheres transgênero no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise transversal	LUZ, P. M. et al.	2022	Rio de Janeiro	Experiência de discriminação e violência estaria associada a sintomas depressivos e que a resiliência poderia mitigar essa associação.
Violência interpessoal e falecimento: resultados de um estudo transversal transespecífico brasileiro	PEIXOTO, E. M. et al.	2022	Rio de Janeiro	Investigar a associação entre pass autorrelatado e diferentes tipos de violência interpessoal.
Sociedade da (des)informação: a omissão do Brasil sobre mortes trans e travestis	GRUBBA, L. S.; PORTO, A. B.	2022	Brasil	Visibilizar, analisar e discutir a omissão dos poderes públicos na emissão de dados a respeito da população LGBTQI+, principalmente na informação a respeito dos assassinatos e violência contra as mulheres trans e travestis no Brasil.
Violência de gênero perpetrada contra mulheres trans	SILVA, I. C. B. et al.	2022	Brasil	Identificar evidências científicas sobre violência de gênero perpetrada contra mulheres trans.
O vivido de mulheres trans ou travestis no acesso aos serviços públicos de saúde	OLIVEIRA, G. S. et al.	2022	Zona da Mata Mineira	Compreender os sentidos de ser mulher trans ou travesti nos atendimentos realizados por profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros	FERNANDES, H. et al.	2022	São Paulo, Brasil	Analisar o perfil sociodemográfico de pessoas homossexuais, bissexuais, travestis e transgêneros vítimas de violência interpessoal em São Paulo – SP, o contexto das ocorrências, as características dos agressores e os encaminhamentos feitos às vítimas.
A pandemia só deu visibilidade ao que é invisível: uma análise qualitativa da violência estrutural durante a COVID-19 e impactos na violência de gênero no Brasil	VAHEDI, L. et al.	2023	Roraima, Boa Vista e Rio de Janeiro - Brasil	Investigar como a pandemia de COVID-19 amplificou a violência estrutural e a violência de gênero no Brasil.
Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade	JESUS, M. K. M. R. et al.	2023	Minas Gerais	Compreender o modo como mulheres transexuais têm sido atendidas em instituições do Sistema Único de Saúde.
Entre a cruz e a espada: dimensões do aparecimento em partilhas do sensível de travestis na prostituição durante a pandemia de covid-19	GERMAN, T. S. P.; GARCÊZ, R. L. O.	2024	Belo Horizonte, Brasil	Compreender as diferentes dimensões do aparecimento das travestis da Av. Pedro II, importante avenida da cidade de Belo Horizonte, durante a pandemia de covid-19.
Negligência, abuso e rejeição parental na infância entre mulheres transgênero: um estudo transversal no Rio de Janeiro, Brasil	RAFAEL, R. M. R.; SILVA, N. L.; DEPRET, D. G. et al.	2024	Rio de Janeiro	Estimar as proporções de negligência, abuso e rejeição parental na infância e avaliar a co-ocorrência dessas experiências entre mulheres transgênero no Rio de Janeiro, Brasil.
Correlação entre violência de gênero e resultados precários de tratamento entre mulheres transgênero vivendo com HIV no Brasil	DE SOUSA MASCENA VERAS, M. A.; MENEZES, N. P.; MOCELLO, A. R. et al.	2024	Brasil	Impacto de experiências de vida de VBG na retenção subsequente no tratamento do HIV e na supressão viral confirmada laboratorialmente entre uma amostra de mulheres transgênero vivendo com HIV (TWH) no Brasil.

Violência interpessoal em mulheres transgêneras e cisgêneras nos municípios brasileiros: tendências e características	MARINHO NETO, K. R. E.; GIRIANELLI, V. R.	2024	Brasil	Analisar a notificação de violência interpessoal em mulheres cisgêneras e transgêneras, de 20 a 59 anos, nos municípios brasileiros, no período de 2015 a 2021.
Discriminação por identidade de gênero entre mulheres trans e travestis no Brasil: uma análise de classes latentes e fatores associados	MAGNO, L. et al.	2024	Brasil	Identificar grupos de mulheres trans e travestis (MTT) com padrões específicos de discriminação por identidade de gênero (DIG) e analisar os fatores associados à DIG.
Violência sexual durante a vida em mulheres trans e travestis (MTT) no Brasil: Prevalência e fatores associados	HENTGES, B. et al.	2024	Cinco cidades brasileiras (Campo Grande, Manaus, Porto Alegre, Salvador e São Paulo)	Descrever a prevalência, características e fatores associados à violência sexual em mulheres trans e travestis (MTT) no Brasil.

Fonte: Autores (2025)

Os 34 artigos analisados apresentaram uma diversidade metodológica, além de uma distribuição temporal e geográfica significativa. Quanto às abordagens metodológicas, identificou-se que 12 estudos (35,3%) utilizaram métodos qualitativos, empregando principalmente entrevistas em profundidade, grupos focais e análise de narrativas. Entre estes, destacam-se os trabalhos de Fontanari *et al.* (2018) em Porto Alegre e Vahedi *et al.* (2023) entre Roraima e Rio de Janeiro, que utilizaram entrevistas semiestruturadas para compreender as experiências de violência e vulnerabilidade.

Os estudos quantitativos representaram 9 artigos (26,5%), por meio de pesquisas online e análises estatísticas de dados secundários. Nesta categoria, destaca-se o trabalho de Hentges *et al.* (2024), um estudo multicêntrico que abrangeu cinco capitais brasileiras, e a pesquisa de Malta *et al.* (2020) no Rio de Janeiro, que utilizou análise estatística robusta para mapear padrões de violência.

As pesquisas com métodos mistos totalizaram 6 artigos (17,6%), combinando abordagens qualitativas e quantitativas para uma compreensão mais abrangente do fenômeno. German e Garcêz (2024), por exemplo, utilizaram questionários estruturados junto a entrevistas em profundidade para analisar os impactos da pandemia na saúde mental da população trans em Belo Horizonte.

As revisões de literatura somaram 4 artigos (11,8%), incluindo revisões sistemáticas e integrativas que contribuíram significativamente para a sistematização do conhecimento

existente. Entre estas, destaca-se o trabalho de Magno *et al.* (2024), que realizou uma revisão sistemática sobre violência institucional no sistema de saúde brasileiro.

Os estudos descritivos e exploratórios representaram 3 artigos (8,8%), baseando-se principalmente em análise documental e observação participante. Jesus *et al.* (2023) utilizaram esta abordagem para investigar barreiras institucionais em Minas Gerais, enquanto Monteiro e Brigeiro (2019) exploraram a discriminação nos serviços de saúde na Baixada Fluminense através de observação sistemática.

Em termos de distribuição temporal, observou-se um crescimento consistente nas publicações. Em 2018, foram publicados 4 artigos, incluindo os trabalhos pioneiros de Fontanari *et al.* em Porto Alegre e Magno *et al.* em Salvador. O ano de 2019 manteve o número de publicações, com destaque para os estudos de Santos em Manaus e Zucchi *et al.* em São Paulo. Em 2020, houve um aumento para 5 publicações, incluindo importantes contribuições de Mendes e Silva e Fernandes *et al.*

O ano de 2021 apresentou 6 publicações, com estudos significativos como os de Rafael *et al.* no Rio de Janeiro e Reis *et al.* em São Paulo. Em 2022, observou-se o pico de produção com 7 artigos, incluindo os trabalhos de Rufino *et al.* e Luz *et al.* no Rio de Janeiro. Em 2023, apesar do menor número (2 artigos), as contribuições foram substanciais, especialmente o estudo de Vahedi *et al.* sobre os impactos da pandemia. O ano de 2024 já conta com 6 publicações importantes, incluindo o estudo multicêntrico de Hentges *et al.*

Geograficamente, os estudos abarcaram diversas regiões do Brasil, totalizando 21 pesquisas de âmbito nacional. O Rio de Janeiro destacou-se com 6 publicações, seguido por São Paulo com 4 estudos específicos e Minas Gerais com 3 contribuições relevantes. Além disso, estados como Amazonas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Roraima também foram contemplados, evidenciando uma ampliação regional das pesquisas.

Os tipos de violências analisadas foram diversos, com a violência física sendo documentada em 14 estudos e a violência sexual em 9 artigos. A violência institucional, presente em 6 estudos, revelou práticas sistemáticas de exclusão em serviços públicos. A violência intrafamiliar, mencionada em 3 estudos, destacou-se como um ponto crítico inicial de violação de direitos.

A relação entre violência e saúde mental foi extensivamente documentada, com diversos estudos estabelecendo correlações entre experiências de discriminação e condições como depressão, ansiedade e ideação suicida. O acesso aos serviços de saúde emergiu como tema recorrente, com pesquisas identificando desde barreiras estruturais até formas sutis de discriminação. A pandemia de COVID-19 foi analisada como um fator agravante das vulnerabilidades preexistentes, com estudos recentes demonstrando ampliação nas desigualdades e criando mais desafios para a população trans.

4 DISCUSSÃO

A partir do mapeamento e análise dos 34 artigos incluídos nesta revisão, emergiu um panorama multifacetado da violência contra pessoas trans no Brasil, evidenciando como este fenômeno se insere em um contexto de desigualdades estruturais, exclusão social e barreiras institucionais. Os dados analisados apontam não apenas para a persistência de práticas de violência e discriminação, mas também para nuances que demandam respostas complexas e intersetoriais.

Após a organização e análise dos resultados, foram identificadas três dimensões principais: padrões de violência e suas manifestações, impactos na saúde e acesso aos serviços de saúde; e saúde mental e sofrimento psíquico.

4.1 PADRÕES DE VIOLÊNCIA E SUAS MANIFESTAÇÕES

Os estudos revisados apontam que a violência física é a modalidade de agressão mais frequentemente documentada, representando 41,2% dos artigos analisados. Essa predominância pode ser atribuída à maior visibilidade desse tipo de agressão e à facilidade em comparação de seu registro em relação a formas de violência menos tangíveis. Parente *et al.* (2018) registraram que empurrões (21,8%) e socos (17,4%) foram os principais tipos de ataques sofridos por pessoas LGBTT no Ceará, reforçando a gravidade dos ataques em espaços públicos.

A violência sexual, presente em 26,5% dos estudos analisados, manifesta-se de maneira transversal, frequentemente interagindo com diversos marcadores sociais, como raça, classe e ocupação. Essa intersecção evidencia como a violência sexual está inserida em contextos sociais complexos, refletindo desigualdades estruturais e dinâmicas de poder. Compreender essas interações é fundamental para desenvolver abordagens mais eficazes de prevenção e intervenção, que considerem as múltiplas facetas sociais que perpetuam esse tipo de agressão. O estudo de Hentges *et al.* (2024) revelou que 53% das mulheres trans entrevistadas sofreram violência sexual ao longo da vida, sendo que 64,4% relataram múltiplos episódios. Esses dados explicitam a vulnerabilidade acentuada pela ausência de suporte institucional e familiar.

A violência institucional foi documentada em 17,6% dos artigos, concentrando-se principalmente no âmbito da saúde e segurança pública. Estudos como o de Magalhães (2018) demonstram como práticas transfóbicas em serviços de saúde podem perpetuar ciclos de exclusão, ao negligenciar a necessidade de uso do nome social ou ao falharem na oferta de uma escuta qualificada.

4.2 IMPACTOS NA SAÚDE E ACESSO AOS SERVIÇOS

Os estudos analisados apontam para os impactos profundos e multidimensionais da violência sobre a saúde física e mental da população trans. A violência institucional se destaca como um fator crítico na ampliação das desigualdades em saúde. Oliveira *et al.* (2022) observaram que práticas discriminatórias em serviços de saúde resultam em situações de automedicação e abandono de tratamentos essenciais, reforçando o ciclo de vulnerabilidade.

Durante a pandemia de COVID-19, essas desigualdades foram exacerbadas, conforme demonstrado por German *et al.* (2024), que descreveram episódios de humilhação e exclusão vividos por travestis durante a pandemia. Contudo, estratégias de resistência e criação de redes de apoio também emergiram, evidenciando respostas comunitárias que buscam driblar a ineficiência institucional.

4.3 SAÚDE MENTAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO

A análise dos artigos evidencia um padrão consistente de comprometimento da saúde mental decorrente das múltiplas formas de violência sofridas pela população trans. O estudo de Malta *et al.* (2020) destacou uma prevalência de 66% de transtorno de ansiedade generalizada e 46% de transtorno depressivo maior entre pessoas trans, evidenciando os altos níveis de sofrimento psíquico. Além disso, 39% dos participantes apresentavam sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), reforçando a gravidade do impacto emocional das violências vividas.

Os estudos também apontam para taxas alarmantes de ideação e tentativa de suicídio. Rafael *et al.* (2021) identificaram que 47,25% das mulheres trans entrevistadas relataram pensamentos suicidas ao longo da vida, enquanto 27,25% tentaram tirar a própria vida. A violência intrafamiliar, particularmente perpetrada por familiares próximos, foi associada a uma maior prevalência de comportamentos suicidas.

Reis *et al.* (2021) analisaram a saúde mental de mulheres trans em São Paulo e observaram que mais da metade das participantes relatou sofrimento psicológico moderado a grave. A ausência de suporte social, a falta de acesso a serviços de saúde mental e o histórico de violência física e sexual foram fatores associados ao agravamento das condições psíquicas dessas mulheres.

Entretanto, alguns estudos também apontam para fatores de resiliência. O pertencimento a redes de apoio comunitárias e a afirmação de identidade por meio do uso do nome social são estratégias que contribuem para a redução do sofrimento psíquico, conforme relatado por Zucchi *et al.* (2019). Além disso, práticas de cuidado coletivo, como grupos de apoio e acompanhamento psicológico voltados às especificidades da população trans, demonstram potencial para mitigar os impactos da violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo realizou uma revisão sobre a violência contra pessoas trans no Brasil, destacando as múltiplas formas de opressão que essa população enfrenta, incluindo violências físicas, psicológicas, institucionais e simbólicas. A análise contemplou a importância da interseccionalidade entre gênero, raça e classe para compreender as diversas vulnerabilidades e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Além disso, identificou lacunas regionais e metodológicas nas pesquisas disponíveis, evidenciando a complexidade e urgência do tema.

Os resultados demonstram que a violência contra pessoas trans vai muito além das agressões diretas, impactando profundamente sua saúde física e mental, e perpetuando ciclos de exclusão social. A pesquisa ressalta a inovação ao destacar a interseccionalidade como um componente essencial para entender essas dinâmicas e reforça a importância da transparência e da melhoria nos sistemas de monitoramento. A pandemia de COVID-19 serviu como um catalisador que expôs as fragilidades dos sistemas de proteção existentes, ampliando ainda mais as vulnerabilidades já presentes nessa população.

Entretanto, a revisão também evidencia limitações importantes, como a persistente subnotificação dos casos e a escassez de estudos longitudinais que permitam acompanhar a trajetória das pessoas trans ao longo do tempo. Esses *gaps* dificultam a formulação de políticas públicas fundamentadas em dados robustos e atualizados, o que compromete o enfrentamento eficaz da violência. O desafio, portanto, reside em aprimorar os mecanismos de coleta e registro de dados, garantindo maior abrangência e qualidade das informações.

Para superar esses obstáculos, é fundamental ampliar o foco das pesquisas, valorizando não apenas a documentação das violências, mas também as estratégias de resistência e as redes de apoio comunitárias que emergem como respostas ao contexto adverso. Recomenda-se o desenvolvimento de protocolos interseccionais e humanizados para o atendimento nos serviços de saúde e no sistema de justiça, bem como a promoção de metodologias participativas que coloquem as pessoas trans como protagonistas na produção do conhecimento. Ademais, a articulação multissetorial entre academia, movimentos sociais, poder público e sociedade civil deve ser intensificada para promover a equidade e o respeito à diversidade.

Espera-se que esta revisão contribua para o avanço do debate e inspire novas investigações que fortaleçam a promoção dos direitos e da cidadania das pessoas trans. O enfrentamento das violências estruturais requer um compromisso coletivo e contínuo, fundamental para assegurar dignidade, respeito e justiça, pavimentando o caminho para uma sociedade mais justa e igualitária.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes - Código de Financiamento 001).

REFERÊNCIAS

BAGAGLI, B. P.; CHAVES, T. V.; FONTANA, M. G. Z. Mulheres trans e banheiros públicos: o discurso jurídico e sua violência. **Frente Social**, v. 6, 2021. DOI: 10.3389/fsoc.2021.652777. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33869591/. Acesso em: set. 2024.

BATISTA, K. B. C.; SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Gestores de saúde e o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres: as políticas públicas e sua implementação em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 8, p. e00140017, 2018.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, DF: ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Distrito Drag, 2024. 125 p. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Vigilância dos Acidentes e Violências**, s.d. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/vigilancia-de-doencas-cronicas-nao-transmissiveis/vigilancia-dos-acidentes-e-violencias. Acesso em: 10 ago. 2024.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**. Londres: Routledge, 1990. Disponível em: https://lauragonzalez.com/TC/BUTLER_gender_trouble.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of sex. New York: Routledge, 2010. p. 59. Disponível em: https://monoskop.org/images/d/df/Butler_Judith_Bodies_That_Matter_On_the_Discursive_Limits_of_Sex_1993.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

CARVALHO, M. "Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, n. 52, p. e185211, 2018. Apud ABGLT. Glossário de termos sobre identidades de gênero e orientação sexual. São Paulo: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2007. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/MyFKg4jJ4dBr6Zzfpb7vL9Q/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 jun. 2025.

CRENSHAW, Kimberle W. A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00000011.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 265. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014. Acesso em: 10 ago. 2024.

DE OLIVEIRA SANTOS, L. et al. **Violência contra mulheres trans e travestis**: uma revisão de escopo. Disponível em: osf.io/7e3nu. Acesso em: 25 set. 2024.

DE SOUSA MASCENA VERAS, M. A.; MENEZES, N. P.; MOCELLO, A. R. et al. Correlação entre violência de gênero e maus resultados de tratamento entre mulheres trans que vivem com HIV no Brasil. **BMC Saúde Pública**, v. 1, p. 791, 2024. DOI: 10.1186/s12889-024-18224-3. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38481195/. Acesso em: 12 jan. 2025.

FERNANDES, H. et al. Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE01486, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/fr6B56LLRkFSNKxX3HNL6hH/. Acesso em: set. 2024.

GERMAN, T. S. P.; GARCÊZ, R. L. O. Entre a cruz e a espada: dimensões do aparecimento em partilhas do sensível de travestis na prostituição durante a pandemia de covid-19. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 18, n. 1, p. 32-47, 2024. DOI: 10.29397/reciis.v18i1.3808. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3808. Acesso em: 12 jan. 2025.

HEILBORN, M. L.; RODRIGUES, C. Gênero: breve história de um conceito. **APRENDER: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, *[S.l.]*, n. 20, p. 15-29, 2018. DOI: 10.22481/aprender.v0i20.4547. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4547. Acesso em: 12 jan. 2024.

HENTGES, B. et al. Lifetime sexual violence among transgender women and travestis (TGW) in Brazil: Prevalence and associated factors. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 27, p. e240013.supl.1, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/GjF8gPpg9qrrGKJ6qdMdQHb/abstract/?lang=pt. Acesso em: set. 2024.

JESUS, M. K. M. R. et al. Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, p. e220369, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/FFLKPsJCkvKb3Hg9YbK9c5N/. Acesso em: set. 2024.

JESUS, J. G. de; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150. Acesso em: 27 jun. 2025.

JESUS, J. G. de. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans / Operators of law in attendance of trans people. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, p. 537–556, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.12957/dep.2016.25377. Acesso em: 27 jun. 2025.

JOANNA BRIGGS INSTITUTE. JBI **Manual for Evidence Synthesis**. Joanna Briggs Institute, 2020. Disponível em: https://synthesismanual.jbi.global. Acesso em: 10 ago. 2024.

FERNANDES, C. et al. As porosidades da autorização. Pensando afetos e relações de intimidação. **Sexualidade, Saúde e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 165-193, maio 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/vRMRnWn968qCt8XhbwH4csd/. Acesso em: set. 2024.

FONTANARI, A. M. V.; ROVARIS, D. L.; COSTA, A. B. et al. Maus-tratos na infância associados à interferência dos resultados psicossociais na vida adulta de mulheres transexuais do sul do Brasil. **Journal of Immigrant and Minority Health**, v. 20, n. 1, p. 33-43, fev. 2018. DOI: 10.1007/s10903-016-0528-6. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27838863/. Acesso em: set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade do saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. p.18-19.

GRUBBA, L. S.; PORTO, A. B. Sociedade da (des)informação: a omissão do Brasil sobre mortes trans e travestis. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 3, p. 428-452, 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/53620. Acesso em: set. 2024.

LUZ, P. M. et al. Associação de discriminação, violência e resiliência com sintomas depressivos entre mulheres transgêneros no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise transversal. **Transgender Health**, v. 7, n. 1, p. 101-106, fev. 2022. DOI: 10.1089/trgh.2020.0171.

Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35224191/. Acesso em: set. 2024.

MAGALHÃES, L. G. **Barreiras de acesso na atenção primária à saúde para travestis e transexuais na região central de São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Cuidado em Atenção Primária em Saúde) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI: 10.11606/D.7.2019.tde-08052019-134851. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7144/tde-08052019-134851/pt-br.php. Acesso em: set. 2024.

MAGNO, L.; DOURADO, I.; SILVA, L. A. V. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 5, p. e00135917, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/3spHF8TDqVCvqwPSMfyZskt/. Acesso em: set. 2024.

MAGNO, L. et al. Discrimination based on gender identity against transgender women and travestis in Brazil: a latent class analysis and associated factors. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 27, supl. 1, p. e240012.supl.1, 2024. DOI: 10.1590/1980-549720240012.supl.1. Disponível em: https://scielosp.org/article/rbepid/2024.v27suppl1/e240012.supl.1/pt/. Acesso em: 12 jan. 2025.

MALTA, M. et al. 'Nossa vida não tem sentido...': Explorando discriminação, violência e desafios de saúde mental entre minorias sexuais e de gênero do Brasil. **Global Public Health**, v. 15, n. 10, p. 1463-1478, 2020. DOI: 10.1080/17441692.2020.1767676. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2020.1767676. Acesso em: set. 2024.

MARINHO NETO, K. R. E.; GIRIANELLI, V. R. Violência interpessoal em mulheres transgêneras e cisgêneras nos municípios brasileiros: tendências e características. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, p. e02702024, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/pBKrk44Sp87m3DQLKxy7mVP/. Acesso em: set. 2024.

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 1709-1722, maio 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/4947yK7K5JTN5sHJRKTFPvD/. Acesso em: set. 2024.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p. (Coleção Temas em Saúde). ISBN 978-85-7541-380-7. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf. Acesso em: jun. 2023.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e modernidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 4, p. e00111318, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/7Smzr3QL4tfvwZvqyKtysgt/. Acesso em: set. 2024.

OLIVEIRA, G. S. et al. A experiência de mulheres trans ou travestis sem acesso aos serviços públicos de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, p. e20210713, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/nTprMxSFmkwk4CsxJYSH3jr/?lang=pt. Acesso em: set. 2024.

O'MARA-EVES, A.; BIRCHALL, J.; BRUCE, T.; KAY, S.; CARR, A. Rayyan: A web-based application for systematic review management. **Journal of Software Engineering and Applications**, San Francisco, v. 8, p. 19-27, 2018. Disponível em: https://rayyan.ai. Acesso em: 25 set. 2024.

PARENTE, J. S.; MOREIRA, F. T.; ALBUQUERQUE, G. Violência física contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do nordeste brasileiro. **Revista de Saúde Pública** [on-line], v. 4, 2018. DOI: 10.15446/rsap.V20n4.62942. Disponível em: https://doi.org/10.15446/rsap.V20n4.62942. Acesso em: set. 2024.

PEIXOTO, E. M. et al. Violência interpessoal e passagem: resultados de um estudo transespecífico brasileiro. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 37, n. 15-16, p. NP14397-NP14410, ago. 2022. DOI: 10.1177/08862605211005152. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33866890/. Acesso em: set. 2024.

PINTO, I. V. et al. Perfil das notificações de violência em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/YV7VvNY5WYLwx4636Hq9Z5r/. Acesso em: set. 2024.

RAFAEL, R. M. R.; SILVA, N. L.; DEPRET, D. G. et al. Childhood Parental Neglect, Abuse and Rejection Among Transgender Women: A Cross-Sectional Study in Rio de Janeiro, Brazil. **Journal of Interpersonal Violence**, artigo online avançado, 2024. DOI: 10.1177/08862605241259018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38867520/. Acesso em: 12 jan. 2025.

RAFAEL, R. M. R. et al. Prevalência e fatores associados ao comportamento suicida entre mulheres trans no Rio de Janeiro, Brasil. **PLoS One**, v. 16, n. 10, p. e0259074, 2021. DOI: 10.1371/journal.pone.0259074. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34679106/. Acesso em: set. 2024.

REIS, A. et al. Um estudo transversal sobre saúde mental e suicídio entre mulheres trans em São Paulo, Brasil. **BMC Psychiatry**, v. 21, n. 1, p. 557, nov. 2021. DOI: 10.1186/s12888-021-03557-9. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34758758/. Acesso em: set. 2024.

RUFINO, A. C.; FILHO, C. E. W. B. C.; MADEIRO, A. Experiências de violência contra mulheres lésbicas e bissexuais no Brasil. **Sexual Medicine**, v. 10, n. 2, p. 100479, abr. 2022. DOI: 10.1016/j.esxm.2021.100479. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35038624/. Acesso em: set. 2024.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2520. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802517&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 mai. 2024.

SANTOS, M. G. **Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/4508. Acesso em: set. 2024.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; PORTELLA, A. P.; MENICUCCI, E. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1023-1037, jul./ago. 2009. DOI: 10.1590/S1413-81232009000400009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400009. Acesso em: 12 jan. 2024.

SHIHADEH, N. A.; PESSOA, E. M.; SILVA, F. F. A (in)visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de membros da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói**, n. 58, p. 172-194, 2021. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/14765. Acesso em: set. 2024.

SIEVWRIGHT, Kirsty M. et al. An expanded definition of intersectional stigma for public health research and praxis. **American Journal of Public Health**, v. 112, n. S4, p. S356, 2022. Acesso em: https://doi.org/10.2105/AJPH.2022.306718. Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVA, G. W. S. et al. Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidos por organizações não governamentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 4955-4966, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/8xXfNtVtVRbWfhcdH996qLr/. Acesso em: set. 2024.

SILVA, I. C. B. et al. Violência de gênero perpetrada contra mulheres trans. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, p. e20210173, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/RnNr3PFBcwc9YhTx9VF8bLn/?lang=em. Acesso em: set. 2024.

SIQUEIRA, G. C.; MARCOLINO, A. M.; SANTOS, A. O. Mulheres transexuais e travestis negras: vulnerabilidade, preconceito e discriminação. **Debates em Sociologia**, v. 52, p. 43-57, 2021. DOI: 10.18800/debatesensociologia.202101.003. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/003056573. Acesso em: set. 2024.

SOUZA, M.; PRADO, M. O. Violências, mulheres travestis, mulheres trans: problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações. **Revista Polis e Psique**, v. 2, p. 45-66, 2019. DOI: 10.22456/2238-152X.83831. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/83831. Acesso em: set. 2024.

TEMPONI, S. R. N.; PINHEIRO, T. M. M.; RIBEIRO, L. P. **"Tudo é violência, viver é violência"**: representações sociais de mulheres em situação de rua na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte/MG sobre violência. 2020. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Medicina Preventiva e Social, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/35118. Acesso em: set. 2024.

VAHEDI, L. et al. "A pandemia só deu visibilidade ao que é invisível": uma análise qualitativa da violência estrutural durante a COVID-19 e impactos na violência de gênero no Brasil. **BMC Public Health**, v. 23, n. 1, p. 1854, 2023. DOI: 10.1186/s12889-023-16675-8. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37741981/. Acesso em: set. 2024.

VELOSO, M. M. X. et al.. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1264–1265, maio 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/PkkYLHmypSBjMW6YSvMqKKg. Acesso em: 15 jun. 2023.

WORLD HEALTH ASSEMBLY, 49., 1996, Geneva. **Prevention of violence**: public health priority. Geneva: World Health Organization, 1996. (Resolution WHA49.25). Disponível em: https://iris.who.int/handle/10665/179463. Acesso em: 25 jul. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Classification of Diseases, Eleventh Revision (ICD-11)**. Geneva: World Health Organization, 2019. Disponível em: https://www.who.int/classifications/icd/en/. Acesso em: 10 ago. 2024.

ZUCCHI, E. M. et al. Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 3, p. e00064618, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/LqvvCfLhQNHQwb3M3zQPFFN/. Acesso em: set. 2024.

Recebido em: 13/01/2025
Aceito em: 29/08/2025

INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NO MERCADO DE TRABALHO: LIÇÕES SOBRE O CASO DE BELO HORIZONTE

INCLUSION OF TRANS PEOPLE IN THE LABOR MARKET: LESSONS FROM THE CASE OF BELO HORIZONTE

Bruno Campos[1]
Gustavo Alves Eduardo[2]
Luiza dos Santos Tereza[3]
Maria Eduarda de Souza Salles[4]
Flávia Coluna Nicodemos[5]

Resumo: este artigo tem como objetivo identificar os principais fatores que dificultam a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho formal, utilizando a experiência realizada na cidade de Belo Horizonte, do estado de Minas Gerais, como caso empírico. Por meio de abordagem qualitativa, que priorizou a realização de entrevistas individuais semi-estruturadas com 6 (seis) participantes, buscou-se compreender, por meio de seus discursos, os principais desafios enfrentados por essa população na busca pelo acesso à empregabilidade formal. Os resultados indicam que permanência da discriminação e exclusão no ambiente profissional são os principais fatores que dificultam o acesso e que, ao mesmo tempo, forçam desligamentos involuntários - apesar de políticas de diversidade existentes. De modo geral, acredita-se que a pesquisa contribui para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas à inclusão efetiva das pessoas trans no mercado de trabalho formal.
Palavras-chave: Gênero; Psicologia; Mercado de Trabalho; Diversidade; Pessoas Trans.

Abstract: this article aims to identify the main factors that hinder the inclusion of transgender people in the formal labor market, using the experience in the city of Belo Horizonte, in the state of Minas Gerais, as an empirical case. Using a qualitative approach, which prioritized semi-structured individual interviews with six participants, we sought to understand, through their discourse, the main challenges faced by this population in their search for access to formal employment. The results indicate that persistent discrimination and exclusion in the professional environment are the main factors that hinder access and, at the same time, force involuntary dismissals—despite existing diversity policies. Overall, it is believed that the research contributes to the academic debate and to the formulation of public policies aimed at the effective inclusion of transgender people in the formal labor market.
Keywords: Gender; Psychology; Labor Market; Diversity; Trans People.

1 INTRODUÇÃO

A exclusão de pessoas trans do mercado de trabalho constitui um fenômeno social persistente e estrutural, caracterizado por práticas discriminatórias articuladas a

[1] Doutor em Saúde Coletiva - PPGSC/ UFES (2018 - 2022). Mestre em Psicologia Institucional pela UFES (2016-2018). Especialista em Avaliação Psicológica CFP (2020) e Dependência Química pela faculdade EMESCAM (2012- 2014). Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, (2008). Professor Universitário e da Educação Profissional. Pesquisador membro do Observatório de Direitos humanos e Justiça Criminal do ES - ODHES.

[2] Graduado em psicologia pela faculdade Pitágoras de Linhares (2018). Pós Graduação em Psicologia Clínica (2023). Pós Graduação em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família (2023). Mestre pela Universidade Federal do Espírito Santo no programa de pós graduação em psicologia institucional (UFES/PPGPSI).

[3] Graduanda em Psicologia pela Faculdade Anhanguera de Belo Horizonte.

[4] Graduanda em Psicologia pela Faculdade Anhanguera de Belo Horizonte.

[5] Graduanda em Psicologia pela Faculdade Anhanguera de Belo Horizonte.

mecanismos de invisibilização e marginalização histórica. Estudos indicam que a escassez dessa população em espaços formais de trabalho está relacionada a um sistema cisnormativo, que associa a capacidade produtiva à conformidade com papéis de gênero hegemônicos - predominantemente centrados na *performance* da heteronormatividade (Avelar *et al.*, 2022; Licciardi; Waitmann; Oliveira, 2015; Gonçalves, 2018; Gomes; York; Colling, 2022). Sendo assim, indivíduos que se contrapõem às regras dominantes são interpretados como transgressores (Gonçalves; Trujillo, 2020). O Brasil figura, há anos, como o país que mais assassina pessoas trans no mundo (Benevides, 2023), e essa violência não se limita à dimensão física, estendendo-se para o campo simbólico, social e, neste caso, também ao ambiente laboral.

A literatura evidencia que a ausência de políticas públicas efetivas e o despreparo institucional contribuem para a precarização das trajetórias de pessoas trans no mundo do trabalho (Silva; Luppi; Veras, 2020; Paniza; Moresco, 2022; Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025). Dados do Datafolha apontam que, embora aproximadamente 7% da população brasileira se identifique como gays, lésbica, bissexual, travestis, transexual e outras orientações sexuais ou identidades de gênero dissidentes (LGBT+), sendo que apenas 4% das de travestis e transexuais - também denominados como pessoas trans - ocupam postos no mercado de trabalho formal (Machado; Gonçalves; Lage, 2024). De modo consequente, a evasão escolar -considerado o principal sintoma social desta comunidade– que atinge cerca de 82% da população trans (Almeida; Vasconcellos, 2018), reduzindo assim as possibilidades de inserção em empregos qualificados e perpetuando ciclos de vulnerabilidade social.

No contexto de Belo Horizonte, iniciativas como o programa EQUI – Empregabilidade Trans e a plataforma TransEmpregos buscam ampliar as oportunidades dessa população, mas ainda carecem de estudos empíricos que avaliem seus impactos e revelem, a partir das vivências diretas de pessoas trans, os desafios enfrentados tanto na inserção quanto na permanência em empregos formais. Pesquisas como as de Gonçalves (2023), Bezerra, Ribeiro e Almeida (2024), Rodrigues Gonçalves e Meira (2025), Irigaray, Stocker e Mancebo (2022); Gotardi e Pereira (2021), Paniza e Moresco (2022), Maidel (2022) e Pedra et al. (2018) indicam que, mesmo em cidades com ações específicas, a inclusão plena enfrenta entraves relacionados à resistência cultural, preconceito institucional e fragilidade das políticas afirmativas.

Nesse cenário, torna-se relevante compreender como as experiências individuais e coletivas dessa população dialogam com as estruturas sociais e econômicas, considerando as interseções entre gênero, trabalho e direitos humanos. Assim, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: quais são os principais atravessamentos e desafios enfrentados por pessoas trans para ingressar e permanecer no mercado de trabalho formal? A investigação se justifica pela necessidade de ampliar a produção científica nacional sobre

o tema e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas organizacionais que promovam equidade. De modo geral, Trata-se de uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com seis pessoas trans residentes na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais - considerado o caso empírico desta pesquisa.

Em síntese, os resultados apontam para a persistência de barreiras estruturais, discriminação e precarização, mas também evidenciam estratégias de resistência e experiências de acolhimento pontuais. Ao documentar essas vivências, o presente artigo contribui para o debate acadêmico e para a construção de intervenções mais efetivas no campo das políticas de inclusão laboral.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida é de natureza empírica e abordagem qualitativa, com delineamento descritivo e exploratório, voltada para a compreensão das experiências e desafios enfrentados por pessoas trans no mercado de trabalho formal em Belo Horizonte. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela possibilidade de aprofundar a compreensão de fenômenos sociais complexos a partir das percepções e vivências dos sujeitos envolvidos (Minayo, 2017). Trata-se de um estudo de caso que tem como campo empírico a realidade de Belo Horizonte, permitindo analisar de forma detalhada um contexto específico e suas particularidades, com o objetivo de identificar barreiras, atravessamentos e estratégias de permanência de pessoas trans no mercado formal.

A seleção dos participantes ocorreu pela técnica “bola de neve” (Vinuto, 2014), na qual indivíduos previamente identificados indicam outras pessoas que atendam aos critérios da pesquisa. A amostra final foi composta por seis participantes, sendo três homens trans e três mulheres trans, com idades entre 20 e 27 anos. O perfil dos entrevistados contempla diferentes níveis de escolaridade e situações profissionais: E1, homem trans de 23 anos, com ensino superior incompleto e desempregado; E2, mulher trans de 25 anos, com ensino médio completo e empregada formal; E3, mulher trans de 20 anos, com ensino médio incompleto e desempregada; E4, homem trans de 27 anos, com ensino superior incompleto e emprego formal; E5, mulher trans de 22 anos, com ensino médio completo e trabalho informal; e E 6, homem trans de 24 anos, com ensino superior em andamento e atuando como estagiário.

A coleta de dados foi realizada entre abril e maio de 2023, por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio e posteriormente transcritas. O roteiro abordou temas como inserção profissional, vivências de discriminação, estratégias de permanência e percepções sobre políticas inclusivas. Além disso, foi realizada uma revisão de literatura para subsidiar a análise e a discussão dos resultados. O estudo atendeu às diretrizes éticas

previstas na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tiveram garantido o anonimato e tiveram seus dados utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

Para a análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2016), que possibilitou a identificação de categorias e subcategorias emergentes a partir do material coletado. A interpretação articulou os relatos dos participantes com o referencial teórico, buscando compreender a inter-relação entre as experiências individuais, as estruturas institucionais e os contextos socioculturais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na contemporaneidade, a diversidade e inclusão dos grupos minoritários são fundamentais e podem ser consideradas partes que integram uma camada social das comunidades. Podemos entender a diversidade como a pluralidade de características encontradas nas populações, como os aspetos que pontuam diferenças entre as pessoas conforme os marcadores sociais. Já a inclusão constitui um tópico essencial nos contextos de diversidade, pois corresponde a ideais de respeito às particularidades de cada indivíduo e da possibilidade de acesso a espaços sem distinções excludentes e preconceituosas. Diante da busca por uma realidade cada vez mais igualitária, ou ainda mais inclusiva, torna-se fundamental expor as dificuldades enfrentadas por populações marginalizadas, em especial neste trabalho, as pessoas trans, um grupo que enfrenta adversidades em inúmeros aspectos de sua existência, incluindo o meio de trabalho formal remunerado.

Esse meio não cumpre de forma eficaz seu objetivo como uma plataforma que promove a equalização de habilidades e talentos, sendo muitas vezes considerado um lugar de preconceito, parcialidade e discriminação. Diante disso, as pessoas trans lidam com dificuldades no acesso a oportunidades de emprego formal, desenvolvimento profissional e inclusão no local de trabalho. Nesse cenário, as pessoas entrevistadas relataram dificuldades com relação à inserção no mercado de trabalho, desde a falta de retorno até exigências descabidas, que só podem ser justificadas como atos de transfobia. A entrevistada 3, por exemplo, relatou que quando conseguiu ser aprovada em uma entrevista de emprego, lhe foi pedido que diminuísse o tamanho das unhas e adequasse outras características da aparência a um estilo prescrito socialmente como masculino, o que não condiz com a identidade de gênero dela e nem faz sentido para as competências necessárias a vaga em questão.

> "[...] Outra situação foi em uma entrevista de emprego que fiz recentemente... a pessoa parecia estar me estranhando, senti que me tratava de uma forma diferente. Eu tenho as unhas grandes, agora nem tanto por isso, mas estava com as unhas grandes e ele ficou falando que teria que cortar... o que não faz muito sentido para a área" (Entrevistada 3).

Acerca disso, percebe-se que os valores e ideias de gênero atribuídos sobre as pessoas acabam prescrevendo a elas um modo de desempenho de suas identidades. Esses pedidos ou apelos que aparentam ser "simples" ou "não-violentos", quando atendidos produzem forçosamente a modulação e enquadramento dos corpos as normas prescritas. A autora Butler (2015) dirá que "a não violência surge, então, como um discurso ou um apelo" (Butler, 2015, p. 233), ainda que saibamos que a receptividade e resposta aos apelos é uma disposição do sujeito a violência. Acerca disso, presumimos que o "eu" dessas identidades quando em confrontação a estes circuitos sociais estão em luta pela significação social, mas, também, estão em processos de reconhecimento e afirmação das suas subjetividades. A partir da experiência relatada pela entrevistada 3, enxergamos que a dificuldade de inclusão no mercado de trabalho, quanto a tentativa de permanência, é atravessada por uma dinâmica de sofrimento psíquico cuja idealidade de gênero é produto deste modo de funcionamento social. Conforme Butler (2015), dessa performatividade dos gêneros há riscos provenientes, pois:

> (...) são atribuídos a nós gêneros ou categorias sociais contra a profissional declarou vontade, e essas categorias conferem inteligibilidade ou condição de ser reconhecido, o que significa que também comunicam quais podem ser os riscos sociais da não inteligibilidade ou da inteligibilidade parcial (Butler, 2015, p. 236).

Todavia, há toda uma produção normativa do sujeito, há todo um processo contínuo onde a norma é repetida. Neste caso, a identidade acaba sendo instituída por uma repetição de práticas discursivas e prescritivas tal como nos aponta Zanello, Fiuza e Costa (2015):

> (...) gênero é uma *performance* [grifo nosso], a qual, via repetição estilizada dos atos, vai aos poucos se cristalizando, dando uma ideia (equivocada) de substancialização. Esta repetição não se dá livremente: como nos aponta a pensadora, há uma "estratégia de sobrevivência", a qual sugere existir uma situação de coação social, claramente punitiva, na qual esta *performance* [grifo nosso] se dá (Zanello; Fiuza; Costa, 2015, p. 238).

Para a compreensão desse fenômeno, podemos explorar alguns aspectos que permeiam essa realidade aversiva. Ademais, há muito tempo, o contexto sociocultural brasileiro, estabeleceu-se sobre fundamentalismos religiosos que ditam normativas de gênero excludentes mediante a realidade e vetorizar certas prescrições (Souza e Bernardo, 2015). Podemos identificar tal fato, na fala da entrevistada 5 a seguir.

> "minha família sempre foi de igreja, e eu lembro que quando eu era criança, isso foi um dos maiores traumas da minha vida. Minha mãe fez eu ir lá na frente da igreja, e a igreja estava lotada... e... eu tinha ... uns 8 ou 7 anos ... a lembrança é um pouco vaga na minha mente... mas eu lembro que ela falou com essas palavras: você vai pedir o pastor para tirar esse espírito de feminilidade de você. Ai foi quando... houve um início na minha cabeça e eu tinha só 7 anos... entende-se que nenhuma criança deveria passar por isso. Porque assim... eu sei que ela já tem algumas coisas formadas mas querendo ou não são traumas. Mas hoje em dia eu não me sinto confortável de ir numa igreja, por exemplo. Tipo... eu iria porque eu sou ... eu sou... eu.... acredito em Jesus assim... eu nunca... teve uma época da minha vida, especialmente quando eu estava nesse turbilhão com 15, 16 anos eu não acreditava em nada [...]." (Entrevistada 5).

Essas normas não adequadas se difundiram no imaginário e crenças de parte considerável da população, resultando em sofrimento para aqueles que são subjugados pela imposição de padrões nada assertivos e desejantes. O pensamento estruturado por esse viés religioso, majoritariamente cristão, impôs o que acreditava ser homem e mulher, fazendo com que aqueles que se desviassem dessa imposição fossem vistos como transgressores e pecadores, fadados a condenação. Esse conservadorismo ideológico pautado em dimensões religiosas, vem sendo usado como "escudo" ou justificativa de ataques às pessoas trans, desde atos violentos até ações preconceituosas que reverberam em meios como o mercado de trabalho.

Vejamos o que os participantes apontam sobre isso:

> "Agora violências verbais cara acho que aconteceu muito no início da transição tipo pessoas que usam da internet para o mal, porque , no instagram eu sempre postei algumas coisas sobre quando eu fiz minha cirurgia, alteração do nome e documento entre outros aspectos e aí eu recebi várias mensagens no estilo de sempre: "comentários transfóbicos como 'você nunca será um homem'" e exemplos semelhantes." (Entrevistada 1).

> "Teve uma situação em que eu já tinha passado por todo o processo e aí era eu e um rapaz "disputando" uma vaga de emprego e daí uma das meninas do RH me ligaram dizendo que estavam super interessadas em me contratar mas perguntaram como que iriam fazer para contar para o resto da equipe? e aí eu tive que falar que não havia necessidade de contar nada porque elas iriam fazer um crachá com o meu nome social e pronto." (Entrevistada 1).

> "Mas... esse emprego que eu estou hoje, eu entrei também sem conseguir me posicionar, sem conseguir falar, mas com o diferencial de que às vezes eu pedia para me chamarem por apelido. E aí o apelido foi pegando, pegando... Até que um momento eu falei com as pessoas do RH e pedi para colocarem esse apelido como nome social, porque eu ainda não sou retificado, nem nada. E o pessoal do RH foi bastante proativo e sensível com esse meu pedido. Só que lá na empresa eles têm uma cultura de todo mês eles anunciarem os efetivados da empresa mesmo, então como foi anunciado meu nome, eles anunciaram o nome que estava em registro lá. E aí quando foi anunciado, a pessoa do RH que tinha tido esse contato comigo ficou em pânico assim, falou: "Nossa, não! Era ele que a gente não

> podia fazer isso". E aí foi logo a pessoa responsável, a CEO da empresa que fez esse anúncio, que é uma mulher lésbica, então que também faz parte do grupo das pessoas LGBT, ? Então ela ficou super sem graça, veio, me mandou mensagem no *hangout*, que é o grupo lá do *gmail* corporativo, e pediu "n" desculpas e perguntou como que a gente podia fazer para esse meu processo ser mais fácil dentro da empresa. Tipo, vamos mudar tudo então, você quer mudar o seu nome dentro da empresa? E eu falei "sim, não quero mais que seja só um apelido, quero que seja o meu nome mesmo?" (Entrevistada 4).

A partir disso, os preconceitos que estão presentes em parte da população cisgênero, podem conduzir os contratantes a julgamentos tendenciosos e equivocados sobre o profissionalismo e as capacidades de trabalho das pessoas trans. O termo "cisgênero" refere-se a indivíduos cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído ao nascimento, ou seja, a pessoa se identifica com o gênero que lhe foi designado. Em contraste com pessoas transgênero, que podem ter uma identidade de gênero diferente do sexo atribuído, os cisgêneros não vivenciam um descompasso entre o gênero e o sexo biológico (Souza, 2020). Consequentemente, impedindo que esses indivíduos tenham oportunidades de avanço e ingressem ou continuem (após reconhecer sua identidade de gênero) em cargos formais.

Outro fator a ser pontuado é a dificuldade ao acesso à educação e/ou a uma formação acadêmica profissionalizante, cerca de 82% da população transgênero abandonou os estudos (Ribeiro; Campos, 2023), diversos motivos permeiam esse índice de evasão escolar. Essa falta de acessibilidade reverbera de forma a restringir ainda mais as oportunidades de emprego qualificado, além de aumentar o risco de marginalização dessas pessoas. É preciso ter um olhar atento para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social em recursos básicos de subsistência. Muitas vezes o ambiente acadêmico é um espaço aversivo para a existência trans, aqueles que conseguem ter acesso ainda precisam enfrentar o despreparo em recebê-los, desde aspectos estruturais como a possibilidade de uso do banheiro adequado a identidade de gênero da pessoa, práticas administrativas de recusa a reconhecer as identidades trans, e, ainda, o possível preconceito por parte de outros alunos e do corpo docente das instituições de ensino.

Queixas de dificuldades nesse âmbito foram coletados com as entrevistas, pode-se citar como exemplo, o relato da entrevistada 6, que mencionou o fato da instituição de ensino em que realiza um curso de graduação utilizar em seu sistema o nome de registro da aluna ao invés de seu nome social, o que ocasiona em situações de desconforto em várias disciplinas que cursa.

> "[...] sobre a graduação, quando eu fiz curso técnico foi super tranquilo, mas, já na (nome da instituição de ensino superior), é bem diferente , porque o processo de retificar meus documentos ainda está acontecendo, aí na hora que eu faço matrícula, cai com o nome morto. Até aí tudo bem, não é algo que dá para fazer... Só que para mudar meu nome no sistema a (nome da instituição de

> ensino superior) não facilita, está mudado, mas também não está mudado. Os professores veem meu nome morto, por mais que eles coloquem" (entrevistada 6).
>
> "[..] meu nome morto não sai... e a (nome da instituição de ensino superior) basicamente diz "a profissional declarou, o que eu posso fazer? Que pena o governo não permite...", sendo que o site não vai fazer diferença, um TI, um programador, mudar o site para que para os professores no mínimo apareçam o nome" (entrevistada 5).

Sobre isso, observamos questões relacionadas aos corpos e vidas trans, uma nuance ao afirmar novos caminhos para suas existências, embora saibamos das barreiras institucionais que continuam a naturalizar práticas prescritivas e discursivas de gênero, fundamentadas em violência. As barreiras institucionais que continuam naturalizando práticas prescritivas e discursivas de gênero refletem uma profunda resistência à desconstrução de normas rígidas que definem o que é "adequado" para homens e mulheres na sociedade. Tais práticas, muitas vezes enraizadas em sistemas educacionais, jurídicos e de saúde, perpetuam a ideia de que existem papéis de gênero imutáveis e biológicos, marginalizando identidades e expressões de gênero diversas.

O resultado é a institucionalização da violência simbólica e física contra aqueles que não se conformam com essas expectativas, como é o caso das pessoas trans e não-binárias. As políticas públicas, por exemplo, frequentemente falham em garantir direitos e proteger essas identidades, reforçando a ideia de que suas existências são anormais ou ilegítimas. Nesse contexto, a desconstrução das barreiras institucionais exige não só uma mudança nos discursos e práticas cotidianas, mas também uma transformação profunda nas estruturas que sustentam o normativo de gênero (Butler, 2003).

Falamos dessas vidas e corpos trans que estão rompendo com essas naturalizações que esperam deles, e que marcam um novo lugar de habitação das suas existências em meio aos horrores cotidianos educacionais e trabalhistas. Pela presença dessas pessoas trans, o cotidiano das naturalizações é repensado e colocado à prova, processos de violência por vezes são rompidos quando não reiterados em uma nova oitava. A partir disso, temos o entendimento de quais descolamentos da emocionalidade podem ser operados a partir da circulação das pessoas trans por espaços que historicamente foram privados a elas. Nesse ínterim, as entrevistas realizadas provocam análises que nos fazem pensar para além das naturalizações culturais prescritas sobre as pessoas trans.

A negligência das empresas e das políticas públicas com a população trans e a ausência de uma realidade igualitária perpetua as dificuldades de inserção e permanência desses indivíduos em empregos formais. Como resposta a essa dura realidade, as ruas vêm sendo espaços fortemente designados a trabalho e vida de muitas pessoas trans, indicador que está fortemente correlacionado com situações de violência. Uma vez reverberando nos atravessamentos relacionados à saúde e possibilitando uma gama de discussões e reflexões

sobre as consequências dessa condição para a vivência dessa população e da precarização nas condições de trabalho. E é justamente onde essas pessoas se encontram recônditas que residem a produção de subjetividade.

Essa realidade interessa-nos, pois implica analisar que pessoas trans em seus modos de vida rompem e transicional frente às prescrições sociais, ainda que saibamos que muitos e muitas residem em condições precárias, distantes do gozo do reconhecimento humano de suas existências. Essas pessoas por não serem reconhecidas e por vezes não apresentadas em suas totalidades humanas, acabam sendo tidas como aquilo que Butler (2015) entendeu como vidas não passíveis de luto. Não sendo passíveis de luto, acabam sendo vidas que perderam no horizonte social o estatuto de corpo humano, tornando-se, portanto, alvo do desprezo cotidiano em seus diversos espaços de circulação. Acabam, portanto, impedidas de viver, trabalhar dignamente, constituir relações amorosas e afetivas, estudar e "na morte, essas vidas incompreendidas não são enlutadas, sua falta não é sentida, pois são tomados como corpos estranhos, que não deveriam habitar o mundo" (Rocon *et al*., 2016).

Mesmo diante de tantas dificuldades, a realidade capitalista em que a sociedade brasileira está pautada, obriga que os indivíduos que não conseguem se adequar aos meios de trabalho formais procurem outras possibilidades para sustento. Em sua grande maioria trabalhos precários, logo desprovidos de qualquer segurança econômica e estima social. Aos que possuem condições para acesso a essa modalidade, o trabalho informal e a atuação autônoma como freelancer aparece como alternativa de subsistência. E ao considerar a realidade das pessoas trans, isso pode ser tomado como mais uma manifestação da transfobia com relação ao mercado de trabalho (Michesl; Mott; Paulinho, 2019), considerando que muitos e muitas são forçosamente impelidos a recorrer por essas sujeições de remuneração devido aos aspectos aversivos desse meio.

Em um futuro atual, Deleuze (2013), diria que vivemos em uma sociedade de controle. Controle, pois agora busca-se gerir a agonia das pessoas ocupando-as até a instalação de uma nova ordem político-econômica. Esta nova forma de controle social substitui as antigas disciplinas que operavam na docilização e confinamento, passando agora ao controle a céu aberto. Nas sociedades disciplinares, os corpos iam até as fábricas levar suas forças à máxima produção, mas, em uma sociedade de controle, a empresa substitui a fábrica, e a empresa agora é uma subjetividade, uma força interior, uma motivação, um freelancer, um empreendedor de si. O princípio do salário agora é regido pelo ritmo, marketing, visualizações, engajamentos etc. Talvez, possamos pensar que por meio dos corpos o capitalismo esteja controlando não somente os produtos, mas, também, os serviços ofertados e ações para venda ou mercado. Logo, os corpos controláveis são estes que estejam adequadas às prescrições, corpos normativos, isto é, corpos subjetivados aos apelos político-econômicos e que respondem ao lugar das novas exigências da sociedade: excesso,

endividamento, publicidade etc. Para isso, se não forem todos os corpos capturados pela esteira do capitalismo, quais corpos não serão?

Ainda que atualmente, algumas das empresas possuam uma política de diversidade e inclusão de minorias onde aspectos como: gênero, orientação sexual e limitações físicas, por exemplo, são considerados e possuem cargos reservados na ocupação de segmentos organizacionais (Saraiva; Irigaray, 2009), não é suficiente para erradicar, ou, ao menos reduzir significativamente, as dificuldades de acesso da população trans. Além disso, segundo pesquisas, que investigam a relação entre discursos corporativos sobre diversidade e inclusão e suas práticas internas (Rodrigues; Santos, 2021), os resultados sugerem contradições entre os discursos apresentados pelas empresas e as práticas adotadas, o que possivelmente estão atrelados à processos de preconceito por parte dos próprios empregados, a certa permissividade no nível gerencial e a um direcionamento das políticas de estímulo à diversidade e inclusão mais voltadas para o mercado do que para as demandas da sociedade.

A sociedade, de modo geral, carece de estruturas de apoio à subsistência dessas pessoas, reafirmando lugares de marginalização ao invés de empoderar e gerar oportunidades para que todos tenham alcance igualitário aos meios de acesso e permanência em empregos formais. O contexto econômico capitalista neoliberal que encontramos na sociedade brasileira, fomenta e estrutura-se na perpetuação de uma necropolítica (Mbembe, 2018), que visa a erradicação de corpos considerados desviantes, dentre eles, os corpos trans. A falta de preocupação e de posicionamento desse sistema com os marginalizados revela um movimento de extinção e condenação dessas pessoas, pois, se não possuem oportunidades de ganho de capital, não conseguem ascender socialmente e são atravessados pela falta de condições básicas de vida, como: a fome, falta de moradia, roupas, recursos básicos e, consequentemente, a morte.

O conceito de necropolítica (Mbembe, 2018), é pertinente para interpretar a situação das pessoas trans, pois descreve como o Estado exerce poder sobre quem tem direito à vida e quem está sujeito à morte, seja por omissão ou por ações diretas. Embora o conceito tenha sido originalmente formulado para entender as dinâmicas de morte e exclusão direcionadas às populações racializadas, especialmente as negras, ele também se aplica às pessoas trans, que enfrentam uma marginalização histórica e sistemática. A necropolítica reflete a forma como a violência estatal, aliada à violência social, é direcionada para desvalorizar as vidas trans, especialmente aquelas que intersectam com outras condições de vulnerabilidade, como o racismo e a pobreza. No caso das pessoas trans, isso se manifesta em políticas públicas ausentes ou falhas, no aumento da violência física contra essas pessoas e na exclusão delas dos direitos básicos, como acesso à saúde de qualidade e à segurança. Dessa forma, a necropolítica é uma lente adequada para entender como as vidas

trans são, em muitos aspectos, desconsideradas, expostas a processos de morte simbólica e, em casos extremos, a uma violência letal que é institucionalizada e naturalizada.

Necessita-se, portanto, de uma revisão do sistema econômico vigente, além do reforço na implementação, por parte do Estado, de medidas que beneficiem e transformem a vivência dessas pessoas de maneira concreta. Além disso, os desafios que as pessoas trans enfrentam no contexto do mercado de trabalho podem, portanto, serem encarados como uma forma de perpetuação da violência já vivenciada por essa população em tantas áreas da existência deles.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo identificar os principais atravessamentos e desafios enfrentados por pessoas trans na inserção e permanência no mercado de trabalho formal, utilizando o caso de Belo Horizonte como objeto empírico. Por meio de uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis pessoas trans, cujas narrativas permitiram compreender, em profundidade, as vivências e estratégias de enfrentamento dessa população nos ambientes formais de trabalho. O estudo articula empiricamente os relatos obtidos por meio da narrativa dos entrevistados com referenciais teóricos que discutem gênero, exclusão, cisnormatividade e políticas públicas.

Em síntese, consideramos que os resultados revelaram um cenário de exclusão persistente, no qual fatores como evasão escolar, desrespeito à identidade de gênero, ausência de políticas institucionais eficazes e violências simbólicas e materiais se sobrepõem. Embora algumas empresas demonstrem iniciativas pontuais de inclusão, estas ainda carecem de estrutura e continuidade. A pesquisa também evidenciou a precarização da vida de pessoas trans frente à informalidade, à marginalização e à instabilidade econômica, o que reflete a necessidade de políticas públicas mais robustas e eficazes.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o recorte geográfico específico e o número reduzido de participantes, ainda que a saturação teórica tenha sido alcançada. Futuras pesquisas podem ampliar o espectro da investigação, comparando diferentes cidades ou regiões, além de explorar a percepção de empregadores sobre a inclusão de pessoas trans no ambiente corporativo.

Conclui-se que promover a inclusão de pessoas trans no mundo do trabalho é um desafio que exige articulação entre Estado, sociedade civil e setor privado. A superação da transfobia institucionalizada, a ampliação das oportunidades educacionais e a construção de políticas afirmativas consistentes são condições indispensáveis para garantir equidade. Este estudo contribui para o campo das Ciências Humanas e Sociais ao documentar e analisar criticamente as vivências de uma população sistematicamente silenciada, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para práticas inclusivas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B.; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo. **Revista Direito FGV**, v. 14, n. 2, p. 302–333, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2317-6172201814. Acesso em: 11 set. 2025.

AVELAR, R. B. de; RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MENDES, A.; QUEIROZ, T. A. (Trans)gredindo preconceitos?: a escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho. ***Historiæ***, v. 13, p. 45–71, 2022. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740. Acesso em: 11 set. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022.** ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2023. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/dossie-assassinatos-e-violencias-contra-travestis-e-transexuais-brasileiras-em-2022. Acesso em: 11 set. 2025.

BEZERRA, T. G; RIBEIRO, P. T. C. S.; ALMEIDA, T. M. C. de. Direitos LGBTI+ e o protagonismo judicial no Brasil: a LGBTIfobia é reconhecida como crime. **Simbiótica**, v. 11, n. 1, p. 1-19, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.47456/simbitica.v11i1.44759. Acesso em: 11 set. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Introdução: Vida precária, vida passível de luto. *In*: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

GOMES, M. S. C.; YORK, S. W.; COLLING, L. Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos fundamentais. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 2, p. 1097-1135, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/66662. Acesso em: 11 set. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. **Da esquina à escola**: **(Re)inserção educacional de travestis e transexuais do programa Transcidadania**. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) – Fundação Getulio Vargas, Brasília-DF, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/10438/33788. Acesso em: 11 set. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. As barreiras sociais que afastam a população transexual na busca pela permanência no sistema educacional. *In*: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5., 2018, Pirenópolis. **Anais** [...]. Pirenópolis: Universidade Estadual de Goiás, 2018. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/13310. Acesso em: 11 set. 2025.

GONÇALVES, J. V. R.; TRUJILLO, R. A. S. Da esquina ao escritório: uma análise da ausência de mulheres trans no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamento Americano**, v. 13, n. 26, pág. 33–50, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419. Acesso em: 11 ago. 2025.

GOTARDI, F. M.; PEREIRA, M. A. M. dos S. B. **Inclusão da população trans na cidade de São Paulo e o Programa Transcidadania como política pública de apoio à empregabilidade**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em: 11 set. 2025.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F.; MANCEBO, R. C. Gaslighting: a arte de enlouquecer grupos minoritários no ambiente de trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 63, n. 1, p. e2021–0277, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-759020230105. Acesso em: 11 set. 2025.

LICCIARDI, N.; WAITMANN, G.; OLIVEIRA, M. H. M. de. A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**, v. 14, p. 201–218, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.21710/rch.v14i0.210. Acesso em: 11 set. 2025.

MACHADO, L.; GONÇALVES, A.; LAGE, R. Estudo revela que 0,38% dos postos de trabalho no país são ocupados por pessoas trans. **G1 – Jornal das Dez**, 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/noticia/2024/05/15. Acesso em: 11 set. 2025.

MAIDEL, F. O Transcidadania pode mudar as vidas trans? **BIS - Boletim do Instituto de Saúde**, v. 23, n. 1, p. 13-27, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.52753/bis.v23i1.39600. Acesso em: 11 set. 2025.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MICHELS, E.; MOTT, L.; PAULINHO. **População LGBT morta no Brasil**. 2019. Disponível em: https://tribunahoje.com/...relatorio-GGB-2018.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

PANIZA, M. D. R.; MORESCO, M. C. À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 3, p. e2021–0031, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-759020220305. Acesso em: 11 set. 2025.

PEDRA, C. B.; SOUZA, E. C.; RODRIGUES, R. V. A.; SILVA, T. S. A. Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa Transcidadania. **Revista de Ciências do Estado**, v. 3, n. 1, p. 170–199, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2018.5091. Acesso em: 11 set. 2025.

RIBEIRO, A. F.; CAMPOS, B. Uma nova perspectiva sobre a saúde pública: acolhimento e humanização dos profissionais em unidades de saúde para população LGBTQIAPN+. *In*: CAMPOS, B. S.; SILVA, C. M. da (Org.). **Psicologia e saúde**: teoria e práticas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

ROCON, P. C.; RODRIGUES, A.; ZAMBONI, J.; PEDRINI, M. D. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015. Acesso em: 11 set. 2025.

RODRIGUES, M. L.; SANTOS, H. **Diversidade e inclusão nas empresas**: entre discursos e práticas. São Paulo: Editora Negócios, 2021.

RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MEIRA, L. A. Public policy for trans people: lessons from Brazil for social inclusion. **Development Policy Review**, v. 43, n. 4, e70015, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1111/dpr.70015. Acesso em: 11 set. 2025.

SARAIVA, L. A. S.; IRIGARAY, H. A. R. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 3, p. 337-348, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-75902009000300008. Acesso em: 11 set. 2025.

SILVA, M. A. DA .; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. DE S. M.. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1723–1734, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33082019. Acesso em: 11 set. 2025.

SOUZA, H. de A.; BERNARDO, M. H. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **BAGOAS - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**, v. 8, n. 11, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548. Acesso em: 11 set. 2025.

SOUZA, J. **Gênero e identidade**: uma análise da cisgeneridade e transgeneridade. São Paulo: Editora Gênero, 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977. Acesso em: 11 set. 2025.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238–246, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483. Acesso em: 11 set. 2025.

Recebido em: 17/01/2024
Aceito em: 11/09/2025

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO INCLUSIVO COMO INSTRUMENTOS DE ACESSO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS AO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

INCLUSIVE TRAINING AND CAPACITY-BUILDING AS TOOLS FOR THE ACCESS OF TRANSGENDER AND TRANSVESTITE PEOPLE TO THE FORMAL LABOR MARKET

Amanda Morgado Barbosa[1]
Joao Pinheiro de Barros Neto[2]

Resumo: este artigo analisa as dificuldades enfrentadas por pessoas trans para garantir o acesso e a permanência à educação e ao mercado de trabalho formal baseando-se em programas de capacitação técnica como instrumentos de inclusão. A pesquisa, de natureza empírica, adota uma abordagem metodológica qualitativa e utiliza, como técnica de pesquisa, a realização de entrevistas individuais semiestruturadas com seis pessoas trans de diferentes regiões do país. Os resultados revelam que, embora os participantes apresentem níveis variados de escolaridade e experiência profissional, todos enfrentam discriminação e obstáculos à permanência e ao crescimento no ambiente de trabalho. De modo paralelo, os resultados também indicam que os programas de capacitação são bem avaliados, desde que estejam alinhados à realidade social do público-alvo e vinculados a oportunidades reais de contratação. Conclui-se que a qualificação técnica, aliada a políticas inclusivas, pode promover a empregabilidade de pessoas trans e contribuir para a construção de ambientes laborais equitativos.
Palavras-chave: Diversidade e inclusão; inclusão no mercado de trabalho; pessoas trans; qualificação profissional; transfobia.

Abstract: this article examines the challenges faced by transgender individuals in securing access to and retention within education and the formal labor market, focusing on technical training programs as instruments of inclusion. The empirical research adopts a qualitative methodological approach, employing semi-structured individual interviews with six transgender individuals from different regions of the country. The findings reveal that, although participants exhibit varying levels of education and professional experience, all encounter discrimination and barriers to workplace retention and career advancement. Simultaneously, the results indicate that training programs are positively evaluated, provided they align with the social realities of the target population and are linked to tangible employment opportunities. The study concludes that technical qualification, combined with inclusive policies, can enhance the employability of transgender individuals and contribute to the development of equitable work environments.
Keywords: Diversity and inclusion; labor market inclusion; transgender people; professional qualification; transphobia.

1 INTRODUÇÃO

Estudos demonstram que a trajetória de pessoas trans[3] é marcada por múltiplas formas de violência simbólica e material, que impactam diretamente sua permanência no sistema educacional e sua inserção no mundo do trabalho (Gonçalves, 2018a; 2018b; 2023;

[1] Administradora profissional da área de Gente & Gestão, com experiência em Desenvolvimento Humano Organizacional, Educação Corporativa e Treinamento. Bacharela em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foi bolsista integral pelo ProUni e pesquisadora PIBIC, com estudo voltado à inclusão da população transexual nas organizações.
[2] Administrador com Pós-Doutorado, Doutorado em Ciências Sociais e Mestrado em Administração pela PUC-SP, além de especialização pela FGV. Professor e Vice-Coordenador do Curso de Administração da PUC-SP, atua nas áreas de Gestão de Pessoas, Liderança e Empreendedorismo.
[3] Pessoas trans são aquelas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído ao nascimento, incluindo travestis, homens e mulheres transexuais (Gonçalves; Trujillo, 2020; Avelar *et al.*, 2022; Gonçalves, 2018a; 2023; Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025). Para os autores, essa identidade pode ou não envolver modificações corporais, sendo marcada por uma certa incompatibilidade entre o sexo biológico e o gênero com o qual o sujeito se identifica.

Rondas; Machado, 2015). A ausência de suporte institucional e a negação do nome social são fatores recorrentes que contribuem para a marginalização dessa população (Souza *et al.*, 2020; Irigaray; Stocker; Mancebo, 2022). No Brasil, tal fenômeno se apresenta como uma realidade persistente, sustentada por barreiras estruturais que se manifestam desde a infância, especialmente no ambiente escolar, até a vida adulta, nos processos seletivos e nas relações laborais (Souza; Bernardo, 2015; Licciardi *et al.*, 2015; Santos; Silva, 2021).

A literatura aponta que, mesmo quando há acesso à escolarização, a transição de gênero costuma ocorrer fora do ciclo básico de ensino, o que não impede, contudo, a exposição a episódios de discriminação, preconceito e violência no ambiente educacional e profissional (Bento, 2017; Santos; Fajardo, 2020; Paniza; Moresco, 2022). De modo consequente, limita-se o acesso a oportunidades de carreiras formais, com a maioria das pessoas trans sendo direcionadas a subempregos ou à informalidade, que tende a considerá-los como mecanismos involuntários de sobrevivência (Licciardi *et al.*, 2015; Gonçalves; Trujillo, 2020; Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025). No entanto, além das barreiras estruturais já amplamente documentadas, estudos como o de Souza (2012) evidenciam que a exclusão de mulheres transexuais do mercado de trabalho está profundamente enraizada em experiências de discriminação vividas no ambiente escolar.

A autora demonstra que a evasão escolar, frequentemente motivada por episódios de violência simbólica e institucional, compromete diretamente a qualificação profissional e, por consequência, a empregabilidade dessas mulheres. A pesquisa também revela que, mesmo diante de adversidades, pessoas trans desenvolvem estratégias de resistência e negociação com as normas sociais, buscando inserção em nichos profissionais específicos e, de certo modo, subalternizados, como o setor da beleza e, em muitos casos, a prostituição. Tal constatação reforça a urgência de políticas públicas intersetoriais que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o crescimento profissional de pessoas trans em ambientes laborais.

Nesse contexto, políticas públicas como o Programa Transcidadania, implementado na cidade de São Paulo, têm buscado promover a reinserção educacional e a empregabilidade de pessoas trans por meio de ações afirmativas e programas de capacitação (Pedra *et al.*, 2018; Gotardi; Pereira, 2021; Santana, 2017; Gonçalves, 2023). Tais iniciativas demonstram que a qualificação técnica, aliada ao suporte institucional, pode ser uma estratégia eficaz para romper com o ciclo de exclusão (Almeida; Vasconcellos, 2018; Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025). Contudo, mesmo diante de avanços pontuais, a gestão da diversidade nas organizações ainda é limitada, muitas vezes restrita a ações simbólicas e datas comemorativas, sem promover mudanças estruturais que garantam a permanência e o crescimento profissional de pessoas trans (Paniza; Moresco, 2022; Irigaray; Stocker; Mancebo, 2022).

Além disso, a exigência de certo grau de escolaridade e experiência profissional para cargos que ultrapassem estereótipos inviabilizam, de modo consequente, a participação de pessoas trans em processos seletivos, como demonstrado por diversos estudos de caso (Pizzi *et al*., 2017; Santos; Silva, 2021; Silva *et al*., 2020a; Silva *et al*., 2020b; Souza *et al*., 2020). Presume-se, portanto, que a ausência de pessoas trans no mercado de trabalho formal não é fruto do acaso, mas, especificamente, resultado de um processo histórico e estrutural de exclusão social, como demonstrado por Gonçalves e Trujillo (2020). Segundo os autores, a marginalização social de travestis e transexuais é sustentada por uma lógica cisnormativa que restringe o acesso a direitos básicos, como educação e emprego, tornando a informalidade e a marginalidade como métodos indesejados de sobrevivência. Para os autores, mesmo diante de avanços legais, a presença de pessoas trans em espaços formais de trabalho ainda é exceção.

Diante desse cenário, esta pesquisa, de natureza empírica (Gil, 2019) tem como propósito analisar os desafios enfrentados por pessoas trans no acesso à educação e ao mercado de trabalho formal no Brasil, com especial atenção ao papel que programas de capacitação técnica podem desempenhar como ferramentas de inclusão. Para isso, busca-se identificar as principais barreiras que dificultam esse acesso, compreender como essas pessoas percebem as iniciativas de qualificação voltadas à posterior contratação, avaliar o potencial dessas ações como estratégias eficazes de inclusão e permanência no ambiente profissional e, por fim, propor recomendações que contribuam para a construção de espaços laborais mais inclusivos, equitativos e respeitosos à diversidade de identidades de gênero (Silva e Castro, 2022).

Ao investigar como programas de capacitação técnica podem atuar como instrumentos de inclusão produtiva, o estudo buscou compreender não apenas os obstáculos enfrentados por essa população, mas também as possibilidades concretas de transformação social. A partir de uma abordagem qualitativa, de caráter empírico, foram realizadas entrevistas com seis pessoas trans de diferentes regiões do país, cujos relatos revelaram tanto as barreiras enfrentadas quanto as estratégias de resistência e superação.

Os resultados confirmaram as hipóteses iniciais: a exclusão educacional e profissional de pessoas trans não decorre de falta de interesse ou qualificação, mas de um sistema que ainda falha em reconhecer e respeitar suas identidades. Ao mesmo tempo, evidenciaram que iniciativas de capacitação técnica, quando bem estruturadas e acompanhadas de políticas de inclusão, podem abrir caminhos reais para a empregabilidade e o desenvolvimento de carreira. Assim, esta pesquisa contribui para a literatura ao oferecer uma análise aprofundada das experiências de pessoas trans no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que propõe soluções práticas e fundamentadas para a construção de ambientes laborais mais justos, diversos e equitativos. Portanto, espera-se que esta

pesquisa seja um convite à reflexão crítica e ao compromisso com a transformação de uma realidade que ainda marginaliza, mas que pode, e deve, ser transformada.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi conduzida com o objetivo de compreender, de forma aprofundada, as experiências de pessoas trans no acesso à educação e ao mercado de trabalho formal, com ênfase na análise de como programas de capacitação técnica podem contribuir para sua inclusão produtiva. Para isso, adotou-se uma abordagem metodológica que privilegia a escuta ativa dos sujeitos envolvidos, a análise crítica da realidade social e o rigor na coleta e interpretação dos dados (Gonçalves; Froner; Meira, 2023; Gonçalves *et al.*, 2022).

2.1 CARACTERIZAÇÃO E TIPO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, empírica e de caráter exploratório. A pesquisa empírica (Gil, 2019), baseia-se na observação direta da realidade e na coleta de dados junto aos sujeitos envolvidos no fenômeno estudado. Neste caso, foram realizadas entrevistas com pessoas trans para compreender suas experiências em relação ao acesso à educação e ao mercado de trabalho formal. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma análise aprofundada das vivências e percepções dos participantes, enquanto o caráter exploratório (Prodanov; Freitas, 2013) se justifica pela escassez de estudos que relacionem diretamente a inclusão de pessoas trans ao oferecimento de capacitação técnica como estratégia de empregabilidade.

2.2 MÉTODO

O método de abordagem adotado foi o hipotético-dialético, conforme proposto por Marconi e Lakatos (2024), que parte da formulação de hipóteses e da análise crítica da realidade social, permitindo a construção de inferências a partir das contradições observadas. As hipóteses formuladas no início da pesquisa consideraram que:

(1) pessoas trans enfrentam barreiras estruturais para acessar o mercado de trabalho;

(2) a baixa escolarização e a exclusão social impactam diretamente sua empregabilidade; e

(3) programas de capacitação técnica podem contribuir para sua inclusão profissional.

Como método de procedimento, foi utilizado o monográfico, descrito por Gil (2019), que permite o aprofundamento em um estudo de caso representativo. Neste caso, o estudo se concentrou em seis entrevistas com pessoas trans, cujas experiências foram analisadas em profundidade, permitindo a identificação de padrões e singularidades relevantes para o tema.

2.3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Foram utilizadas duas técnicas principais: a pesquisa bibliográfica e a entrevista semiestruturada. A pesquisa bibliográfica foi construída a partir de livros, artigos científicos e relatórios institucionais, garantindo a confiabilidade dos dados. As entrevistas foram conduzidas entre julho e agosto de 2024, com seis pessoas trans residentes em diferentes estados brasileiros. A seleção dos participantes foi feita por meio da rede social *LinkedIn*, com base em perfis que indicavam publicamente sua identidade de gênero. Após o contato inicial, foi apresentado o objetivo da pesquisa e solicitado o consentimento livre e esclarecido, conforme os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

As entrevistas foram realizadas via *Microsoft Teams*, com duração média de trinta a quarenta e cinco minutos, e seguiram um roteiro com nove perguntas abertas. As questões abordaram aspectos da trajetória acadêmica e profissional, desafios enfrentados, percepções sobre o mercado de trabalho e sugestões para programas de inclusão. As entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes e posteriormente transcritas integralmente.

2.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), com apoio do software NVivo (Alves *et al.*, 2015). Essa técnica permite a interpretação sistemática e objetiva de dados textuais, possibilitando a identificação de categorias temáticas, padrões de discurso e relações entre os elementos analisados.

As transcrições foram organizadas e codificadas no NVivo, o que facilitou a categorização de temas como: evasão escolar, barreiras institucionais, preconceito no ambiente de trabalho, importância da capacitação técnica, e sugestões para políticas de inclusão. A análise permitiu observar tanto recorrências quanto especificidades nas falas das entrevistadas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de exclusão e das possibilidades de transformação social.

Todas as etapas da pesquisa foram conduzidas com rigor ético. Os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo, e seus dados foram mantidos em sigilo. As entrevistas foram anonimizadas, sendo identificadas apenas por códigos (E1 a E6), garantindo a privacidade e a integridade das informações compartilhadas, dispensando-se, portanto, a submissão ao Comitê de Ética da Universidade, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CNS nº 510/2016 (Brasil, 2016), que regula as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

2.5 PERFIL E CARACTERÍSTICA DOS ENTREVISTADOS

Para compreender de forma mais aprofundada as experiências de pessoas trans no acesso à educação e ao mercado de trabalho, esta pesquisa contou com a participação de seis entrevistados(as) com perfis diversos em termos de idade, identidade de gênero, escolaridade, área de atuação e trajetória profissional. O Quadro 1 a seguir apresenta um panorama sintético das principais características dos participantes, incluindo os desafios enfrentados em suas trajetórias e suas percepções sobre programas de capacitação técnica voltados à inclusão no mercado formal de trabalho.

QUADRO 1 – Perfil das pessoas entrevistadas

Pessoa Entrevistada	Idade	Gênero	Localidade	Escolaridade	Área de Atuação	Experiência Profissional
E1	24	Mulher trans	Belo Horizonte – MG	Graduação em andamento (Administração - CEFET-MG)	RH e DH&O	Estágios e assistente em RH
E2	33	Mulher trans	Goiânia – GO	Graduação e pós-graduação em Direito	Advocacia	Escritórios, advocacia autônoma, OAB
E3	23	Mulher trans	Rio Grande – RS	Graduação trancada (Engenharia), cursando Ciência de Dados	Ciência de Dados	Empresa júnior, startup
E4	27	Mulher trans	Francisco Morato – SP	Graduação em Produção Musical, cursando Estatística	Qualidade e Dados	Supervisora, gerente, transição para dados
E5	29	Travesti	São Paulo – SP	Graduação em Ciências Sociais (USP)	Análise de Dados	ONG, atendimento, projetos sociais
E6	28	Homem trans	Cotia – SP	Ensino superior incompleto	Tecnologia	Logística, vendas, tecnologia

Fonte: Autores (2025)

A diversidade dos perfis entrevistados permitiu captar nuances importantes sobre as barreiras estruturais e simbólicas que atravessam a vida de pessoas trans em diferentes contextos regionais e profissionais. Essa multiplicidade de vivências enriqueceu a análise qualitativa, contribuindo para a construção de um diagnóstico mais sensível e realista sobre os limites e as possibilidades da capacitação técnica como estratégia de inclusão produtiva. A seguir, apresenta-se a análise dos dados coletados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 INSIGHTS *PRELIMINARES*

Foram conduzidas seis entrevistas com pessoas trans, sendo quatro mulheres, uma travesti e um homem, com idades entre vinte e três e trinta e três anos, residentes nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul. Em termos de escolaridade,

três pessoas possuem ensino superior, duas estão cursando e uma pessoa não possui. Em relação às áreas de atuação, quatro estão na área de dados, uma em recursos humanos e outra em tecnologia. Todas as pessoas entrevistadas possuem experiências formais de trabalho, sendo que apenas três tiveram que passar por subempregos como forma de adquirir vivência para alcançar outras oportunidades no mercado de trabalho.

Nenhuma pessoa entrevistada vivenciou sua transição durante o ciclo de educação básica, o que fez com que não experimentassem evasão escolar. Contudo, todas relataram já ter vivido alguma situação de desrespeito à sua identidade de gênero, geralmente manifestada pela recusa ao uso do nome social. Os entrevistados E5 e E6 vivenciaram situações de transfobia em locais de trabalho anteriores, sendo que E5 foi demitida por expor ser trans para sua liderança e E6 foi submetido a constantes realocações de unidade. As entrevistadas E4 e E5, além de enfrentarem preconceitos devido às suas identidades de gênero, também vivenciaram exclusão no espaço de trabalho por questões geográficas e raciais, por serem pessoas trans pretas.

Todos os entrevistados enxergam positivamente a promoção de qualificação profissional para posterior contratação como uma forma de agregar mais pessoas trans ao mercado de trabalho. Contudo, também expressaram preocupações sobre o direcionamento para vagas sem perspectiva de crescimento ou com altos níveis de exigência em seus pré-requisitos, além da falta de preparo das empresas para receber essas pessoas, como o não uso do nome social, erros nos pronomes ou perguntas desrespeitosas.

3.1.1 ENTREVISTADA (E1)

A Entrevistada 1 (E1) tem 24 anos, mora em Belo Horizonte–MG e iniciou sua transição de gênero entre 2019 e 2020, sendo hoje uma mulher trans e Bacharel em Administração no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Minas Gerais. E1 reconhece que o vínculo com a instituição de ensino facilitou suas oportunidades no mercado de trabalho. A entrevistada comenta que muitas pessoas se reconhecem como trans na adolescência, coincidindo com o ensino fundamental ou médio, e destaca o despreparo das instituições de ensino para acolher esses alunos. E1 não vivenciou microviolências transfóbicas na escola, pois transicionou na fase adulta, mas presenciou esse tipo de violência com outras pessoas. Após a transição, enfrentou dificuldades como receber certificados com seu nome morto antes da retificação, mesmo já adotando o nome social. Ela ressalta a resistência ao uso do nome social por algumas instituições e empresas, mesmo após a retificação formalizada em cartório.

Sua primeira experiência profissional foi um estágio universitário em um projeto de extensão focado em empreendedorismo de impacto, onde desenvolveu atividades administrativas. Atuou em uma empresa siderúrgica como estagiária de Recursos Humanos

(RH), focando na experiência e engajamento dos empregados. Atualmente, trabalha em uma empresa de tecnologia, onde ingressou como estagiária de RH e, em agosto de 2024, alcançou a posição de assistente na mesma área. E1 já foi desclassificada de processos seletivos por ser trans, recebendo a devolutiva de que a empresa não estava preparada para recebê-la. E1 acredita que a capacitação para posterior contratação de pessoas trans é positiva para a inclusão no mercado de trabalho, mas alerta sobre a necessidade de conscientização das empresas, oferecendo vagas afirmativas e promovendo letramento sobre diversidade.

Embora tenha conseguido avançar academicamente e profissionalmente, E1 relata episódios explícitos de discriminação em processos seletivos, mesmo quando sua qualificação era compatível com a vaga. Sua fala é contundente ao afirmar: *"Eu passei por processo seletivo onde eu fui desclassificada por ser uma mulher trans, assim, logo na primeira etapa das entrevistas"*. Esse relato evidencia que, para além da formação técnica, a identidade de gênero ainda é usada como critério de exclusão, mesmo em contextos que se pretendem neutros ou meritocráticos. A experiência de E1 aponta para a urgência de repensar os processos de recrutamento e seleção, que muitas vezes mascaram preconceitos sob a justificativa de "falta de preparo" das empresas para lidar com a diversidade.

3.1.2 ENTREVISTADA (E2)

A Entrevistada 2 (E2) é uma mulher trans de trinta e três anos, que iniciou sua transição de gênero entre os 27 e 28 anos. Residente em Goiânia-GO, é advogada, graduada em Direito pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) e pós-graduada em Direito da Saúde pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG). E2 reforça as altas taxas de evasão escolar entre pessoas trans devido à discriminação e violência nas salas de aula, o que dificulta a qualificação técnica e a concorrência por vagas no mercado de trabalho formal, tornando a prostituição como uma fonte de subsistência. Ela indica sofrer menos discriminação direta devido à sua passabilidade, mas ressalta que a passabilidade não deve ser uma obrigação, pois envolve recursos financeiros, genética e a vontade de quem está transicionando.

Atual Conselheira Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Goiás e Presidente da Comissão Diversidade Sexual e de Gênero do Conselho Federal da Ordem, E2 iniciou sua carreira em escritórios de advocacia, mas foi demitida ao iniciar sua transição, sob a alegação de corte de custos. Após a transição, enfrentou dificuldades para encontrar trabalho em escritórios tradicionais e direcionou sua carreira para a advocacia autônoma. Recorda ter sido desclassificada de um processo seletivo ao identificarem sua voz como não feminina. A entrevistada vê a capacitação para posterior contratação de pessoas trans como uma boa alternativa para inclusão, mas destaca a limitação geográfica desses programas,

que geralmente abrangem apenas o eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Ela observa que programas no interior do país focam em posições operacionais, raramente em liderança.

E2 também menciona que empresas de capital aberto têm maior interesse em diversidade, enquanto pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades para promover ações sobre o tema. Ela reitera a importância de contratar pessoas trans e pensar na manutenção interna desse público, respeitando sua identidade de gênero e nome social para reduzir o *turnover*. A experiência de E2 escancara o abismo entre qualificação e oportunidade para pessoas trans no mercado jurídico, um dos setores mais conservadores do país. Mesmo com graduação, pós-graduação e atuação em órgãos como a OAB, ela relata ter sido demitida após iniciar sua transição de gênero. O episódio mais emblemático de exclusão foi quando, ao atender uma ligação para uma entrevista, ouviu o silêncio e o desligamento abrupto após se identificar: "*No momento que a pessoa escutou a minha voz, identificou que minha voz não é lida como uma voz feminina, ela desligou o telefone*".

A fala revela como a transfobia se manifesta de forma silenciosa, mas devastadora, e como a passabilidade ainda é um filtro perverso para a aceitação profissional. A trajetória de E2 denuncia a superficialidade de muitas iniciativas de diversidade e a urgência de políticas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e o respeito à identidade de pessoas trans nos espaços de trabalho.

3.1.3 ENTREVISTADA (E3)

A Entrevistada 3 (E3) é uma mulher trans de vinte e três anos, residente em Rio Grande – RS. Iniciou o curso de Engenharia da Computação na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mas precisou trancar a graduação para trabalhar em período integral e apoiar sua família financeiramente. Na instituição, atuou na empresa júnior do curso, ocupando posições de analista e diretora de gestão de pessoas, além de ter realizado iniciação científica. Atualmente, cursa Ciência de Dados no Centro Universitário Internacional (UNINTER) via ensino à distância (EAD), conciliando trabalho e estudos. A entrevistada se reconhece como um "ponto fora da curva" por já ter experiência como cientista de dados e ser desenvolvedora em uma *startup* de educação médica, mas afirma que a comunidade possui condições de empregabilidade ruins. E3 realizou sua transição enquanto estava na primeira instituição de ensino superior, enfrentando dificuldades como o uso do nome morto.

Ela menciona a oferta de um vestibular exclusivo para pessoas trans na mesma instituição, mas com poucas vagas. Destaca o apoio da plataforma TransEmpregos e da cofundadora e atual gestora da empresa na divulgação de seu currículo. Levou um ano para conseguir uma vaga no mercado de trabalho, enfrentando barreiras como a exigência de experiências comprovadas, mestrado e inglês avançado, mesmo para posições de entrada. E3 considera a capacitação para posterior contratação como positiva, mas ressalta que as

vagas devem considerar a realidade do público trans, que provavelmente estará no início de carreira e terá pouca experiência prévia. Ela destaca a necessidade de revisar os critérios de pré-requisitos para vagas afirmativas. Embora possua alguns documentos com seu nome morto no emprego atual, E3 valoriza o respeito ao seu nome retificado e a possibilidade de trabalhar em home office, evitando situações de desrespeito à sua identidade de gênero.

Em relação a perspectivas de carreira, E3 enfrenta dificuldades para progredir hierarquicamente devido às exigências de experiência, formação superior completa e nível avançado de inglês. A trajetória de E3 evidencia como a exclusão de pessoas trans no mercado de trabalho não se limita à ausência de oportunidades, mas também à inadequação dos critérios exigidos, mesmo em vagas afirmativas. Apesar de sua formação em ciência de dados e experiência prática com inteligência artificial, ela denuncia que os processos seletivos continuam inacessíveis: *"Acho que essas vagas, elas pedem a mesma coisa que uma vaga a nível geral, e não era pra ser, porque por todo o histórico, provavelmente essa pessoa vem de um subemprego ou vem do desemprego"*. Sua crítica aponta para a incoerência entre o discurso de inclusão e a prática de recrutamento, que ignora as desigualdades estruturais enfrentadas por pessoas trans e perpetua a exclusão sob a aparência de neutralidade técnica.

3.1.4 ENTREVISTADA (E4)

A Entrevistada 4 (E4) é uma mulher trans de vinte e sete anos, residente em Francisco Morato – SP. Desde jovem, ela gostava de música, cantando e tocando instrumentos. Sua primeira graduação foi em Produção Musical pela Universidade Anhembi Morumbi, através de uma bolsa integral do Programa Universidade Para Todos (ProUni). E4 reconhece que o ProUni foi sua única forma de acesso ao ensino superior, pois não se sentia capaz de prestar vestibular para instituições como a Universidade de São Paulo (USP) ou até mesmo a Universidade de Campinas (UNICAMP) devido à exigência das provas. Após concluir sua primeira graduação, iniciou cursos técnicos em Produção de Áudio e Vídeo pela ETEC e em Sonoplastia pela SP Escola de Teatro, vivendo com uma bolsa de R$ 600,00 (seiscentos reais) que cobria, mesmo que modestamente, apenas gastos associados a sua alimentação e transporte.

E4 construiu sua carreira na área de qualidade, começando em uma posição operacional e fazendo uma pausa durante os cursos técnicos. Retornou devido à necessidade financeira, alcançando um cargo bilíngue por sua familiaridade com o inglês, passando de analista para supervisora bilíngue. Isso possibilitou iniciar sua segunda graduação em Marketing pelo Centro Universitário FMU. Em sua última posição, ocupou uma gerência em qualidade com foco em treinamento, até iniciar sua transição de carreira para a área de ciência de dados, ingressando em sua terceira graduação em Estatística pela FMU. Ela destaca a questão geográfica como um desafio significativo, pois precisou realizar

deslocamentos intermunicipais para estudar, considerando São Paulo como o principal eixo de oportunidades.

Além disso, sentiu falta de pertencimento em relação aos colegas de classe, principalmente durante a primeira graduação, por ser uma mulher preta em um ambiente majoritariamente branco e de classes sociais mais altas. A entrevistada afirma que muitos homens e mulheres trans não concluem a educação básica devido ao preconceito nas instituições de ensino e entre familiares, resultando em expulsão de casa e, muitas vezes, na prostituição como forma de sobrevivência involuntária e, de certo modo, indesejada.

E4 menciona ter passado por 56 entrevistas de emprego até conseguir sua primeira oportunidade, percebendo viés racial e de gênero na seleção dos perfis. Em cargos de liderança, foi a única mulher trans, enfrentando expectativas e cobranças diferentes das impostas a pessoas cis. Atualmente, participa de um programa de empregabilidade para inclusão do público LGBTI+[4] no mercado de trabalho, focado na qualificação na área de dados. Ela avalia essas iniciativas positivamente, mas expressa preocupação se as empresas realmente contratarão as pessoas trans capacitadas, destacando que a diversidade é muitas vezes valorizada apenas em datas comemorativas, enquanto cargos mais altos ainda são ocupados por homens cisgêneros brancos. A trajetória de E4 revela como o racismo, a transfobia e a desigualdade territorial se entrelaçam para dificultar o acesso e a permanência de pessoas trans racializadas no mercado de trabalho.

Mesmo com ampla formação acadêmica e experiência em cargos de liderança, ela relata ter enfrentado múltiplas rejeições: *"Eu passei por 56 entrevistas de emprego até conseguir minha primeira oportunidade"*. A fala escancara o viés estrutural nos processos seletivos, que desconsideram competências em favor de estereótipos. Sua experiência evidencia que, para pessoas trans negras, a qualificação não é suficiente — é preciso também romper barreiras simbólicas e institucionais que ainda limitam o reconhecimento e a ascensão profissional.

3.1.5 ENTREVISTADA (E5)

A Entrevistada 5 (E5) é uma mulher travesti de vinte e nove anos, residente em São Paulo – SP, formada em Ciências Sociais pela USP. Antes de sua transição, iniciou a graduação em Construção Civil pela FATEC, mas foi expulsa de casa ao assumir um relacionamento homoafetivo, interrompendo seus estudos para buscar trabalho. Após a transição, enfrentou barreiras como a não aceitação de seu nome social por instituições de ensino e a falta de recursos financeiros para financiar seus estudos. Durante a graduação, desenvolveu pesquisas individuais e em grupo, ingressando no mercado de trabalho com

[4] O termo é compreendido como uma expressão abrangente comumente utilizada em estudos de gênero e sexualidade, para se referir a indivíduos que se identificam como gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e outras dissidências de gênero e sexualidade que se contrapõe ao binarismo de gênero e a cis-hetero-normatividade (Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025).

análise de dados cruzados com pesquisa de mercado. Atuou como atendente, terceirizada em órgão público, assistente de governança em uma ONG e estagiária universitária, realizando tarefas administrativas, eventos e atendimento em livraria. Atualmente, utiliza suas experiências e conhecimentos em *business intelligence* na posição que ocupa, focada em análise de dados.

A entrevistada menciona que a falta de experiência registrada em carteira impactou sua busca por oportunidades, pois suas experiências informais não eram consideradas. Além disso, residir em Cotia, distante do centro de São Paulo, inviabilizava muitas oportunidades devido ao custo de deslocamento. Após a transição, foi demitida do trabalho, mesmo realizando entregas consistentes, e enfrentou crises de pânico devido ao desrespeito de pronomes e questionamentos invasivos sobre seu corpo. Ela vê positivamente a oferta de capacitação para preparo técnico e posterior contratação, mas critica os conteúdos ofertados, que parecem distantes da realidade das pessoas trans, como a exigência de inglês avançado e experiência internacional. E5 reforça que, embora esses programas existam, as vagas ofertadas ainda são muito operacionais, sem perspectiva de construção de carreira e, de certo modo, reforçam estigmas e estereótipos.

A experiência de E5 evidencia como a exclusão de pessoas trans no mercado de trabalho é sustentada por barreiras institucionais e emocionais que se intensificam no início da transição de gênero. Apesar de seu desempenho profissional positivo, ela foi demitida após relatar sua condição de saúde mental: *"Eu fui demitida no meu primeiro emprego pós-transição da forma mais cruel possível, depois de relatar que estava com síndrome do pânico"*. A fala revela a fragilidade das políticas de diversidade quando não acompanhadas de suporte real à permanência e ao bem-estar das pessoas trans nos ambientes corporativos.

3.1.6 ENTREVISTADO (E6)

O Entrevistado 6 (E6) é um homem trans de vinte e oito anos, residente em Cotia – SP, criado por uma mãe solo e apoiando os cuidados de sua irmã. Ingressou no ensino superior para cursar Design de Games na Universidade Anhembi Morumbi através do FIES, mas não concluiu o curso devido à falta de identificação e ao alto custo do financiamento. Iniciou sua trajetória profissional como garçom, depois trabalhou em logística em uma rede de supermercados, tornando-se líder de setor, e se movimentou para uma startup de hotelaria. Após um período desempregado, ingressou em uma empresa de cuidados animais, onde percebeu transfobia por parte dos líderes e sofreu constantes remanejamentos de lojas, apesar de cumprir suas metas de vendas.

Ao buscar oportunidades de emprego para pessoas trans, encontrou um projeto voltado para a contratação de pessoas trans, sem obrigatoriedade de ensino superior e com posição de entrada em cargo de júnior. Atuando em uma empresa de tecnologia, E6 tem

tem como objetivo subir de posição e iniciar uma graduação em Jornalismo. Ele compartilha que as pessoas trans que conhece com ensino superior iniciaram a graduação antes da transição. Devido à falta de recursos financeiros e tempo, são estabelecidas muitas barreiras para que uma pessoa trans já transicionada tenha acesso à educação. E6 reforça que são poucas as vagas para pessoas trans que não exigem pelo menos o ensino superior.

E6 avalia positivamente a oferta de capacitação para posterior contratação, mas vê oportunidade na promoção de capacitação sobre comportamento, cuidados com a carreira e outros assuntos pertinentes, como uma forma de inclusão verdadeira. Ele reflete sobre a falta de apoio para aprender e a ansiedade de querer conhecer todos os processos para agregar valor e não ser visto como *"facilmente demissível"*. Por gostar de ensinar e entender as dificuldades de contar com apoio, E6 aspira apoiar pessoas na mesma situação, estando próximo, construindo materiais e ensinando.

A trajetória de E6 evidencia como a exclusão de pessoas trans no mercado de trabalho está diretamente ligada à falta de oportunidades acessíveis e ao despreparo das empresas para acolher essa população. Mesmo com experiência e disposição para aprender, ele destaca a importância de iniciativas afirmativas: "*Acho que toda empresa deveria adotar de dar oportunidade de tirar uma pessoa que tá, às vezes, tendo que trabalhar na rua ou viver de bico."* Sua fala reforça a urgência de políticas de inclusão que não apenas abram vagas, mas ofereçam suporte real à formação, integração e desenvolvimento profissional de pessoas trans.

3.2 QUADRO SÍNTESE DAS ENTREVISTAS

Para complementar a análise individual das entrevistas apresentadas nas subseções anteriores, elaborou-se uma síntese no Quadro 2 com os principais elementos extraídos dos relatos das seis pessoas trans participantes da pesquisa. A sistematização contempla os conceitos-chave abordados por cada entrevistado(a), suas interpretações principais sobre o contexto de exclusão e inclusão, os desafios vivenciados em suas trajetórias acadêmicas e profissionais, suas percepções sobre programas de capacitação técnica e, por fim, sugestões ou recomendações para aprimorar tais iniciativas. Essa consolidação permite visualizar de forma comparativa os pontos de convergência e divergência entre as experiências, enriquecendo a compreensão sobre os fatores que influenciam a empregabilidade de pessoas trans no Brasil.

QUADRO 2 – Síntese dos principais conceitos e interpretações

Pessoa Entrevistada	Conceitos-chave	Interpretações principais	Desafios Vivenciados	Opinião sobre Capacitação	Sugestões ou recomendações
E1	Inclusão, Evasão escolar, Nome social	Barreiras institucionais, Importância da capacitação	Desclassificação por ser trans; uso do nome morto	Positiva, com necessidade de letramento nas empresas	Letramento nas empresas, Programas de apoio contínuo
E2	Discriminação, Transição de gênero, Mercado de trabalho	Preconceito em entrevistas, Limitação geográfica	Demissão após início da transição; preconceito em entrevistas	Positiva, mas com críticas à limitação geográfica e foco operacional	Capacitação com foco operacional, Inclusão real
E3	Barreiras de entrada, Experiência profissional	Exigência de experiência, Falta de apoio	Barreiras de entrada, exigência de experiência	Positiva, com alerta sobre pré-requisitos irreais	Programas realistas, Oportunidades de contratação
E4	Racismo, Transfobia, Deslocamento	Desafios múltiplos, Compromisso das empresas	Racismo, transfobia, deslocamento, 56 entrevistas	Positiva, mas com preocupação sobre compromisso real das empresas	Ambientes de trabalho acolhedores, Desenvolvimento profissional
E5	Demissão, Transfobia, Reconhecimento de experiência	Falta de reconhecimento, Preconceito no trabalho	Demissão após transição, transfobia, falta de reconhecimento de experiência informal	Positiva, mas crítica ao conteúdo e foco operacional	Conteúdo relevante, Foco operacional
E6	Transfobia, Remanejamentos, Falta de apoio	Desafios no ambiente de trabalho, Necessidade de suporte	Transfobia, remanejamentos, falta de apoio	Positiva, com sugestão de incluir mentoria e suporte contínuo	Mentoria, Suporte contínuo

Fonte: Autores (2025)

A análise do quadro síntese evidencia que, apesar das especificidades de cada trajetória, há padrões recorrentes que atravessam as experiências das pessoas trans entrevistadas, como a transfobia institucional, a desvalorização de experiências informais e a exigência de pré-requisitos desproporcionais para vagas afirmativas. Ainda que todas as participantes tenham avaliado positivamente os programas de capacitação técnica, suas críticas e sugestões apontam para a necessidade de ações mais estruturadas, que envolvam letramento organizacional, suporte contínuo, mentoria e compromisso real das empresas com a diversidade. Assim, o quadro reforça a importância de políticas intersetoriais que articulem formação, acolhimento e oportunidades concretas de inserção e permanência no mercado de trabalho.

4 NOTAS SOBRE OS RESULTADOS ENCONTRADOS

A presente pesquisa teve como objetivo proporcionar visibilidade às pessoas trans, compreendendo os desafios que enfrentam no acesso à educação e ao mercado de trabalho, além de comprovar que a oferta prévia de capacitação e preparo técnico para posterior contratação é uma solução relevante para a inclusão desse público no mercado de trabalho.

As entrevistas realizadas revelaram que, para uma maior inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho, é necessário repensar seu acesso à educação básica, dada a complexidade da questão. As hipóteses levantadas foram confirmadas pelos relatos das pessoas entrevistadas. As empresas tendem a contratar pessoas trans com baixo nível de instrução e escolaridade para subempregos ou posições de entrada, que são operacionais e exigem pouca qualificação. Embora existam vagas afirmativas, os altos níveis de exigência em termos de experiência, escolarização e idiomas inviabilizam a candidatura de muitas pessoas trans, que só conseguem alcançar esses requisitos após obterem maior estabilidade financeira.

As organizações que oferecem ou financiam iniciativas focadas na qualificação para posterior contratação de pessoas trans contribuem significativamente para a inclusão desse público em oportunidades de carreira com possibilidade de crescimento. Essas iniciativas não apenas aumentam a diversidade, mas também promovem a transformação social por meio da educação e do emprego. Apesar de possuírem um bom nível de escolarização e qualificação, as pessoas trans enfrentam situações de transfobia em instituições, processos seletivos e no ambiente de trabalho. É crucial que futuras discussões estabeleçam ferramentas para combater esse tipo de preconceito. Além disso, a questão da diversidade e inclusão deve ser ampliada para além das empresas, alcançando todos os espaços da dinâmica sociocultural, com a escola desempenhando um papel fundamental na promoção de um ambiente acolhedor e integrador.

Reconhece-se que este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. Primeiramente, a amostra de entrevistados foi limitada a seis pessoas trans, o que pode não representar a diversidade completa das experiências dessa população. Além disso, as entrevistas foram realizadas apenas com pessoas residentes em determinados estados do Brasil, o que pode não refletir a realidade de outras regiões do país. A pesquisa também se baseou em relatos pessoais, que, embora valiosos, podem estar sujeitos a vieses individuais. Por fim, a análise foi conduzida em um período específico, e as condições socioeconômicas e culturais podem mudar ao longo do tempo, afetando a relevância dos resultados.

As entrevistas realizadas forneceram uma visão detalhada e abrangente das experiências e desafios enfrentados pela população trans no acesso à educação e ao mercado de trabalho. As histórias compartilhadas pelos entrevistados destacam a importância de programas de capacitação e inclusão, bem como a necessidade de um ambiente de trabalho que respeite e valorize a diversidade. As dificuldades relatadas, como a resistência ao uso do nome social, a falta de oportunidades de crescimento e o despreparo das empresas, reforçam a urgência de ações concretas para promover a equidade e a inclusão. A análise dos dados evidencia que, embora existam iniciativas positivas, ainda há

um longo caminho a percorrer para garantir que pessoas trans tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais e profissionais.

Portanto, de acordo com os dados coletados nas entrevistas, é essencial que as empresas e instituições de ensino adotem práticas inclusivas e continuem a desenvolver programas que não apenas capacitem, mas também integrem e valorizem a diversidade. Considerando tais limitação e com o intuito de aprofundar o entendimento sobre a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho, espera-se que esta pesquisa estimule mais estudos que possam explorar os impactos de programas de capacitação, as experiências de pessoas trans em diferentes setores, as políticas de diversidade e inclusão, a saúde mental e bem-estar das pessoas trans.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender os desafios enfrentados por pessoas trans no acesso à educação e ao mercado de trabalho formal no Brasil, com foco na avaliação do impacto de programas de capacitação técnica como instrumentos de inclusão produtiva. A partir de entrevistas com seis pessoas trans de diferentes regiões do país, foi possível identificar barreiras estruturais e simbólicas que atravessam suas trajetórias, como a evasão escolar, a transfobia institucional, a exigência de pré-requisitos irreais para vagas afirmativas e a ausência de ambientes laborais preparados para acolher e desenvolver talentos diversos.

Os resultados revelam que, embora a maioria dos entrevistados tenha uma trajetória marcada por resiliência e qualificação, ainda enfrentam exclusão e discriminação em processos seletivos e no cotidiano profissional. A análise das entrevistas mostrou que a capacitação técnica é percebida como uma estratégia positiva, desde que esteja alinhada à realidade social e econômica da população trans, e que venha acompanhada de ações estruturais, como letramento organizacional, políticas de permanência e oportunidades reais de crescimento. Assim, os dados reforçam o que já foi apontado por Avelar *et al.* (2022): a escassez de pessoas trans no mundo do trabalho não é reflexo de desinteresse ou despreparo, mas de um sistema que ainda opera sob lógicas cisnormativas e excludentes.

A contribuição desta pesquisa reside na articulação entre teoria e prática, ao oferecer um diagnóstico sensível e fundamentado sobre os limites e as possibilidades da capacitação técnica como ferramenta de inclusão. Ao dar voz às experiências de pessoas trans, o estudo amplia o debate sobre empregabilidade e diversidade, propondo caminhos concretos para a construção de ambientes mais justos e equitativos. Além disso, ao sistematizar as percepções dos entrevistados sobre programas de qualificação, o trabalho oferece subsídios valiosos para gestores públicos, empresas e organizações da sociedade civil que desejam promover a inclusão de forma efetiva.

Contudo, reconhece-se que esta pesquisa possui limitações. A amostra reduzida e concentrada em determinados estados brasileiros não permite generalizações, e os dados, por serem qualitativos e baseados em relatos pessoais, refletem experiências singulares. Além disso, o estudo não acompanhou longitudinalmente os efeitos da capacitação técnica na trajetória profissional dos participantes. Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação da amostra, a inclusão de recortes interseccionais (como raça, classe e deficiência), e a investigação dos impactos de programas de inclusão no médio e curto prazo. Também seria relevante explorar a perspectiva de empregadores e gestores de RH sobre a contratação e retenção de pessoas trans, a fim de construir pontes mais sólidas entre inclusão e transformação institucional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B.; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo. **Revista Direito FGV**, v. 14, n. 2, p. 302-333, 2018.

ALVES, D.; FIGUEIREDO FILHO, D.; HENRIQUE, A. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, 2. ed., v. 24, p. 119-134. Recife: Programa de Pós-graduação em Ciência Política; Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

AVELAR, R. B. de.; RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MENDES, A.; QUEIROZ, T. A. (Trans)gredindo preconceitos? : a escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho. **Historiæ**, v. 13, n. 1, p. 45–71, 2022. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740. Acesso em: 15 jul. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Salvador: Devires, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44, 24 maio 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: GEN Atlas, 2019.

GONÇALVES, João Vitor Rodrigues. As barreiras sociais que afastam a população transexual na busca pela permanência no sistema educacional. *In*: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5., 2018a, Pirenópolis. **Anais** [...]. Pirenópolis: Universidade Estadual de Goiás, 2018a. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/13310. Acesso em: 15 jul. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. Educação de jovens e adultos: o modelo do processo de ensino aprendizagem na unidade prisional de Jaraguá. **Ciclo Revista: Vivências em Ensino e Formação,** v. 3, n. 1, 2018b. Disponível em: https://ifgoiano.emnuvens.com.br/ciclo/article/view/735. Acesso em: 15 jul. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. **Da esquina à escola**: (re)inserção educacional de travestis e transexuais do programa Transcidadania. 2023. 56p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Escola de Políticas Públicas e Governo, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/10438/33788. Acesso em: 15 jul. 2025.

GONÇALVES, J. V. R.; TRUJILLO, R. A. S. Da esquina ao escritório: uma análise da ausência de mulheres trans no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamento Americano**, v. 13, n. 26, pág. 33–50, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419. Acesso em: 15 jul. 2015.

GONÇALVES, J. V. R.; FRONER, M. B.; MEIRA, L. A. 18 ANOS DE PROGRESSO: a construção do programa bolsa família com base em programas precursores. **Revista de Políticas Públicas**, v. 27, n. 1, p. 283–304, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v27n1.2023.17. Acesso em: 15 jul 2025.

GONÇALVES, J. V. R.; MEIRA, L. A.; VALADÃO, M. A. P.; TABAK, B. M.; ARAUJO, A. C. M. S. Incentivos fiscais do imposto sobre a renda como instrumento de política social redistributiva para a projeção econômica das famílias: uma revisão da literatura. **Economic Analysis of Law Review**, v. 13, n. 2, p. 337-363, 2022.

GOTARDI, F. M.; PEREIRA, M. A. M. dos S. B. **Inclusão da população trans na cidade de São Paulo e o Programa Transcidadania como política pública de apoio à empregabilidade**. [Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas]. Repositório Institucional FGV. 2021.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F.; MANCEBO, R. C. Gaslighting: A arte de enlouquecer grupos minoritários no ambiente de trabalho. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 63, n. 1, p. e2021–0277, 2022.

LICCIARDI, N. *et al.* A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**, v. 14, p. 201–218, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.

PANIZA, M. D. R.; MORESCO, M. C. À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 3, p. e2021–0031, 2022.

PEDRA, C. B. *et al.* Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa "Transcidadania". **Revista de Ciências do Estado**, v. 3, n. 1, p. 170-199, 2018.

PIZZI, R. C.; PEREIRA, C. Z.; RODRIGUES, M. S. Portas entreabertas: o mercado de trabalho sob a perspectiva de travestis e mulheres transexuais. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 64-98, jun. 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MEIRA, L. Public Policy for Trans People: Lessons from Brazil for Social Inclusion. **Development Policy Review**, v. 43, e70015, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1111/dpr.70015. Acesso em: 15 jul. 2025.

RONDAS, L. de O.; MACHADO, L. R. de S. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 191–205, 2015.

SANTANA, C. R. F. **Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo**: o Programa TransCidadania. [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. 2017.

SANTOS, F. L.; FAJARDO, R. de C. Reflexões sobre a escolaridade e inserção de pessoas transgênero no mercado de trabalho. Araraquara: **Anais**. V Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica – V Enict, 2020. 6 p.

SANTOS, K. M. de O.; SILVA, L. C. O. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 62, 2021.

SILVA, A. V. da; LOPES, G. dos S.; BOMDESPACHO, L. de Q.; BORGES, M. R.; GOMES, M. A. Dimensão da desigualdade na abordagem sobre o treinamento e desenvolvimento: uma revisão integrativa. **Revista Multidisciplinar**, [*S.l.*], v. 24, n. 1, p. 162-171, set. 2020a.

SILVA, D. B. da; CASTRO, Luciana Angélica Matos de. **Inclusão e diversidade no mundo corporativo.** 2022. 23 f. TCC (Graduação) – Curso de Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, Faculdade de Tecnologia de São Carlos do Centro Paula Souza, São Carlos, 2022.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 25, n. 5, p. 1723-1734, maio 2020b.

SOUZA, H. A., de; SILVA, G. R. de A. da; SILVA, R. L. da; SILVA, C. H. F. da. Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [*S. l.*], v. 23, n. 2, p. 175–188, 2020. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i2p175-188. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpst/article/view/165826. Acesso em: 18 jun. 2025.

SOUZA, H. de A. **O desafio do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. Repositório PUC-Campinas. 2012.

SOUZA, H. de A.; BERNARDO, M. H. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2015.

APÊNDICE - "INSTRUMENTO DE PESQUISA"

Perguntas do Roteiro de Entrevista

1. Você pode se apresentar brevemente, considerando aspectos sobre sua vida acadêmica e profissional?
2. Como você avalia as condições de vida das pessoas trans em nosso país, considerando acesso à educação e ao trabalho?
3. Você pode indicar as instituições de ensino que frequentou, cursos que já realizou, áreas de especialização e outras vivências acadêmicas que tenha?
4. Na sua opinião, quais foram e ainda são os maiores desafios e barreiras enfrentadas na sua busca pelo acesso à educação?
5. Você pode indicar o nome ou segmento das empresas onde trabalhou, quais atividades desempenhou e outras vivências profissionais que possui?

6. Na sua opinião, quais foram as principais dificuldades que você enfrentou durante seu ingresso no mercado de trabalho e quais você enfrenta ainda hoje?
7. Você já participou de algum programa com foco em preparo técnico para posterior contratação? Caso não, você acredita que ofertar capacitações para contratação são uma boa alternativa para inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho?
8. Na sua opinião, hoje a oferta de ensino para preparo técnico e contratação de pessoas trans nas organizações brasileiras viria a enfrentar algum tipo de barreira?
9. Para você, quais são as principais iniciativas a serem adotadas para uma maior inclusão de pessoas trans no ambiente de trabalho?

Recebido em: 05/02/2025
Aceito em: 16/07/2025

DESAFIOS DE ACESSO E CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS TRANS E SUA INTERFACE COM A PSICOLOGIA: REVISÃO SISTEMÁTICA

CHALLENGES OF ACCESS AND CARE IN MENTAL HEALTH FOR TRANS PEOPLE AND THEIR INTERFACE WITH PSYCHOLOGY: SYSTEMATIC REVIEW

Ana Gabriela de Sá Barreto Castro[1]
Pedro Yuri da Paz Barbosa[2]
Maria Edhuarda Pires Alves[3]
Júlia Helen Cavalcante Portela[4]
Vilkiane Natercia Malherme Barbosa[5]

Resumo: o objetivo deste artigo consiste em identificar, por meio de revisão sistemática da literatura, os desafios relacionados ao acesso e ao cuidado em saúde mental das pessoas trans, conforme discutido no campo da Psicologia brasileira. A pesquisa foi conduzida a partir da diretriz PRISMA, utilizando a estratégia PICO para elaboração da pergunta norteadora e a aplicação de critérios de inclusão e exclusão. Considerando o recorte temporal de 2018 a 2024 nas bases SciELO, LILACS, PubMed e Periódicos CAPES, resultando na seleção final de oito estudos com abordagem empírica centrada na realidade brasileira. Os resultados evidenciam a permanência de práticas clínicas cisnormativas, discursos patologizantes e barreiras institucionais que impactam negativamente o vínculo terapêutico e a qualidade do cuidado ofertado. Em contrapartida, também foram identificadas práticas psicossociais afirmativas e iniciativas que apontam para formas mais éticas e inclusivas de atenção em saúde mental. A principal contribuição deste estudo está em evidenciar os estigmas que perpassam o cuidado psicológico de pessoas trans, analisando suas implicações ético-políticas, bem como os limites e possibilidades da atuação profissional na promoção de práticas afirmativas diante das desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Revisão; pessoas trans; saúde mental; transexuais; psicologia.

Abstract: the objective of this article is to identify, through a systematic literature review, the challenges related to access to and access to mental health care for trans people, as discussed in the field of Brazilian Psychology. The research was conducted based on the PRISMA guideline, using the PICO strategy to develop the guiding question and apply inclusion and exclusion criteria. The timeframe, from 2018 to 2024, was used in the SciELO, LILACS, PubMed, and CAPES Journals databases, resulting in the final selection of eight studies with an empirical approach centered on the Brazilian context. The results highlight the persistence of cisnormative clinical practices, pathologizing discourses, and institutional barriers that negatively impact the therapeutic bond and the quality of care provided. Conversely, affirmative psychosocial practices and initiatives that point to more ethical and inclusive forms of mental health care were also identified. The main contribution of this study is to highlight the stigmas that permeate the psychological care of trans people, analyzing their ethical and political implications, as well as the limits and possibilities of professional action in promoting affirmative practices in the face of structural inequalities.

Keywords: Review; trans people; mental health; transsexuals; psychology.

[1] Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará.
[2] Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará.
[3] Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará.
[4] Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará.
[5] Mestra e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Formada em Psicologia e especialista em caráter de Residência em Saúde da Família/Atenção Básica pela Universidade Federal do Piauí. Docente do Centro Universidade Estácio do Ceará.

1 INTRODUÇÃO

Os desafios enfrentados pelas pessoas trans[6] no campo da saúde mental envolvem tanto barreiras no acesso aos serviços quanto experiências marcadas pelo despreparo profissional, discriminação e estigmatização, o que leva, muitas vezes, à evitação do cuidado, como evidenciado por Borgert *et al.* (2023). Apesar dos avanços promovidos pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, persistem resquícios da lógica manicomial que influenciam negativamente o cuidado às expressões de gênero dissidentes (Zanello, 2014). Para alguns autores (Gonçalves; Trujillo, 2020; Avelar *et al.*, 2022; Carrijo *et al.*, 2020), a transfobia cultural presente na sociedade brasileira torna urgente a desconstrução das normas binárias como forma de resistência e enfrentamento à violência de gênero que afeta a população LGBTQIA+[7] (Silva Filho, 2021; Mello; Avelar; Maroja, 2012; Gonçalves, 2018; 2023).

A marginalização histórica dessa população no Brasil está diretamente associada à negligência estatal em garantir o acesso universal e equânime a direitos fundamentais como saúde, educação e trabalho, como discutem Oliveira e Romanini (2020) ao analisarem a invisibilidade dessas trajetórias nas políticas públicas de saúde. Embora o país disponha de um dos sistemas públicos de saúde mais abrangentes do mundo, o acesso dessa população aos serviços de saúde mental ainda é fortemente impactado por práticas cisnormativas, patologizantes e discriminatórias, que comprometem a integralidade e o acolhimento (Favero, 2022).

Essa exclusão também é apontada por Rodrigues Gonçalves e Meira (2025), ao identificarem um distanciamento entre os marcos normativos de inclusão social e sua aplicação prática, perpetuando barreiras institucionais e desigualdades estruturais. Tal cenário evidencia o descompasso entre a prática cotidiana nos serviços de saúde mental e os princípios éticos que orientam a Psicologia para um cuidado livre de discriminações, conforme previsto nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+ (CFP, 2023).

Essa crítica se articula diretamente ao contexto material de vulnerabilidade em que essas populações estão inseridas. Dados recentes da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2025) mostram que o Brasil segue liderando o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans e travestis. A cidade de São Paulo, destacada por concentrar a maior população do país, com mais de 11 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), reflete desigualdades estruturais que marcam a trajetória da população trans. Em estudo conduzido com 672 pessoas trans e

[6] Neste estudo, optou-se pelo uso da expressão "pessoas trans" para englobar sujeitos cuja identidade de gênero não corresponde ao gênero atribuído ao nascimento, incluindo transgênero, travestis, transexuais e pessoas que não se identificam com qualquer gênero binário. Essa escolha reconhece a diversidade das experiências e a ausência de consenso terminológico no Brasil, onde diferentes pessoas adotam termos variados como transgênero ou *queer* para se autodefinirem (Jesus, 2012).

[7] Utiliza-se aqui a sigla LGBTQIA+ na acepção ampliada e inclusiva adotada pelo Conselho Federal de Psicologia, que abrange 'lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras identidades sexuais e de gênero', conforme Portaria CFP nº 74, de 28 de junho de 2023, reforçada nas referências técnicas de atuação em políticas públicas.

travestis no estado de São Paulo, 82,3% declararam estar ocupadas, sendo que apenas 14% possuíam vínculos formais de trabalho, enquanto 53,9% atuavam por conta própria e 40,6% exerciam trabalho sexual (Silva *et al.*, 2020). A baixa inserção no mercado formal e a elevada taxa de informalidade revelam um cenário de exclusão que se agrava diante da ausência de ações públicas de longo prazo, ampliando os efeitos do estigma e expondo esses corpos ao adoecimento, à precariedade e à institucionalização compulsória.

Diante desse cenário, torna-se urgente questionar criticamente a atuação da Psicologia frente à produção de estigmas no cuidado em saúde mental. Este artigo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre os desafios relacionados ao acesso e ao cuidado em saúde mental de pessoas trans, com ênfase na interface com a atuação psicológica. A pesquisa está fundamentada nos princípios éticos da profissão (CFP, 2005) e utiliza o protocolo PRISMA para a sistematização e análise dos estudos. Foram consideradas produções científicas publicadas entre 2018 e 2024 nas bases SciELO, Lilacs, Periódicos CAPES e PubMed, priorizando investigações empíricas e com foco na realidade brasileira.

Ao organizar e analisar os achados da produção científica recente, esta revisão visa evidenciar os estigmas que perpassam o cuidado em saúde mental e as implicações ético-políticas da atuação da Psicologia na promoção de práticas afirmativas. Os principais resultados indicam que, embora haja avanços normativos, ainda predominam discursos patologizantes e condutas descontextualizadas que fragilizam o vínculo terapêutico e reforçam desigualdades estruturais. O enfrentamento desses atravessamentos exige a escuta sensível, a crítica às práticas clínicas cristalizadas e o reconhecimento da legitimidade das experiências trans como formas plurais de existir, sofrer e resistir.

2 METODOLOGIA

2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A estratégia metodológica eleita é a revisão sistemática de literatura. Tratando-se de uma técnica metodológica de pesquisa que possibilita a síntese sobre produções a partir de um tema estipulado, buscando identificar novas possibilidades de análise, e, a integração de conhecimentos que possam facilitar outras concepções sobre um questionamento específico sobre o tema considerado (Sampaio; Mancini, 2007).

2.2 MÉTODO

Para tanto, utilizamos o PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) no processo de elaboração da revisão. O PRISMA é uma diretriz internacional criada para orientar o planejamento, condução e relato de revisões sistemáticas e meta-análises, promovendo rigor científico, transparência e qualidade (Galvão *et al.*, 2015). Ele

inclui uma lista de verificação com 27 itens e um fluxograma que detalha o processo de triagem dos estudos, desde a identificação até a inclusão final, garantindo clareza e rastreabilidade (Page *et al.*, 2023). Atualizado em 2020, o PRISMA incorpora avanços metodológicos modernos, enfatizando a avaliação de vieses, limitações e a utilização de métodos robustos para busca, seleção e síntese de evidências. (Martins *et al.*, 2021).

Inicialmente, para a construção da revisão realizamos uma pergunta de partida, utilizando a estratégia PICO (População; Interesse e Contexto) que pudesse orientar a análise, sendo esta: "Quais são as principais críticas e proposições sobre a atuação da Psicologia no cuidado em saúde mental de pessoas trans?".

Para refinar este processo utilizou-se da plataforma "BVS Descritores" para identificar os resultados mais relevantes para a temática em questão. As buscas nas bases de dados foram realizadas por meio de combinações de descritores e palavras-chave, utilizando os operadores booleanos AND e OR. A partir disto, e considerando a estratégica PICO os buscadores utilizados foram os seguintes: PORTUGUÊS: "(Transexuais OR transexual OR travestis OR "pessoas transgênero" OR "pessoa transgênero" OR "transgênero") AND (Saúde Mental)"; e; "(Transexuais OR transexual OR travestis OR "pessoas transgênero" OR "pessoa transgênero" OR "transgênero") AND (Psicologia)". Em INGLÊS: "*Transsexuals* OR *transsexual* OR *transgender people* OR "*transgender person*" OR "*transgender*" OR "*transvestites*" AND "*mental health*"; e; "(*Transsexuals* OR *transsexual* OR *transgender people* OR "*transgender person*" OR "*transgender*" OR "*transvestites*") AND (*Psychology*)".

Com base na questão norteadora PICO, conduzimos as buscas em quatro bases de dados: SciELO, LILACS, PubMed e Periódicos CAPES, a escolha pelas plataformas foi feita por agregarem outras bases de dados, possibilitando maior diversidade de produções. A busca foi realizada no mês de setembro a outubro de 2024. Foi considerado o recorte temporal de 6 anos, delimitando para textos de artigos revisados por pares no período de 2018 a 2024. O marcador de tempo utilizado foi o ano de 2018 até o momento atual da coleta. Este ano foi eleito por considerarmos a Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018, do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que estabelece normas de atuação para às psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

2.3 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, foram definidos critérios de inclusão e exclusão que orientaram a seleção dos estudos analisados. Esses critérios encontram-se organizados na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1 – Critérios de Inclusão e Exclusão

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
a) Estudos que abordem temas relacionados à saúde mental.	a) Artigos com foco em pessoas trans sem ênfase em saúde mental
b) Estudos que discutam a atuação da Psicologia	b) Amostras ou conceitos de pesquisa excessivamente específicos
c) Participação de amostras relevantes ao tema	c) Artigos que abordam saúde mental sem foco em pessoas trans
d) Pesquisas qualitativas	d) Artigos indisponíveis ou incompletos
e) Pesquisas no contexto brasileiro	e) Estudos não empíricos ou em idiomas desconhecidos pelos autores

Fonte: Autores (2025)

Após a coleta nos bancos de dados preestabelecidos, procedeu-se à etapa de Avaliação pelos Juízes, essa fase foi conduzida por cinco integrantes da equipe de pesquisa. Quatro desses pesquisadores foram organizados em duas duplas, responsáveis por realizar a análise dos artigos segundo os critérios de elegibilidade previamente definidos. Para assegurar a confiabilidade da triagem, cada artigo foi avaliado de forma independente por, no mínimo, dois avaliadores. A análise foi sistematizada por meio de planilhas organizadas conforme o idioma dos buscadores, contendo colunas identificadas como Juiz 1, Juiz 2 e Desempate. Os avaliadores atribuíram códigos numéricos às suas decisões, segundo a seguinte legenda: (1) Incluir, (2) Não incluir e (3) Dúvida.

Nos casos em que se verificaram divergências nas avaliações ou marcações como "dúvida", a quinta integrante da equipe, professora orientadora da pesquisa, foi acionada como terceira revisora, com a finalidade de decidir pela inclusão ou exclusão do estudo em questão. Tal procedimento foi adotado com o propósito de garantir a transparência, a consistência e o controle de vieses na seleção dos estudos que compõem o corpus final da presente revisão.

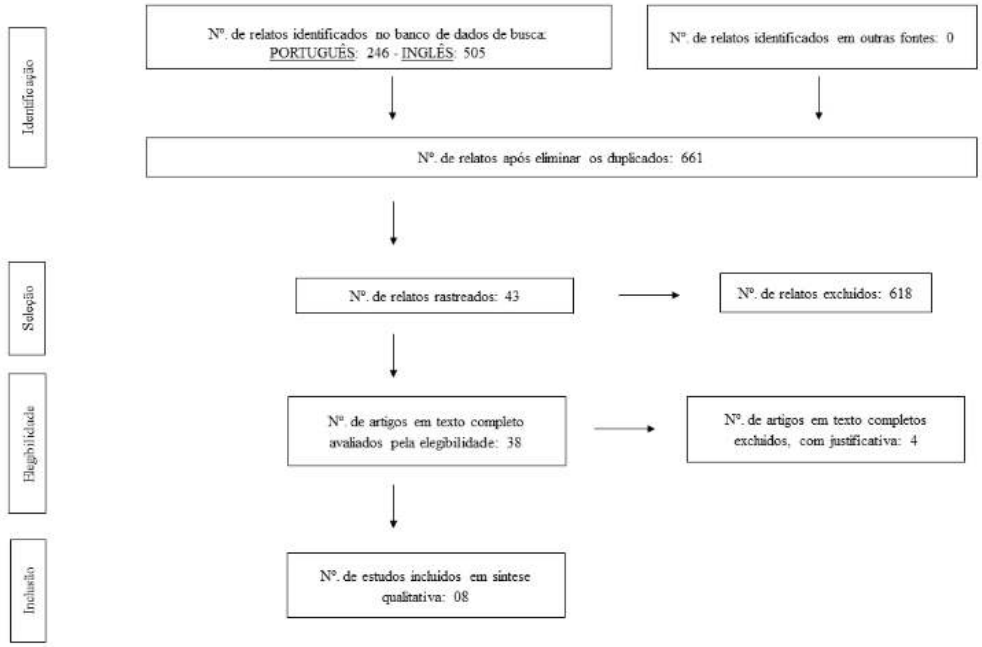
Dos 751 artigos selecionados, 90 artigos duplicados foram excluídos. Após a análise com base nos critérios de elegibilidade, 618 artigos foram descartados. Os principais motivos de exclusão foram: amostras ou conceitos de pesquisa muito específicos, artigos que não abordavam temas relacionados à saúde mental e artigos que não possuíam uma abordagem empírica. Assim, 16 artigos foram selecionados para a análise final. Após a realização do fichamento, leitura integral e considerações pertinentes, foram escolhidos 8 artigos para a inclusão na revisão sistemática.

2.4 FRAMEWORK

O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos analisados está sintetizado na Figura 1, elaborada conforme as diretrizes do protocolo PRISMA (Page *et*

al., 2023), com base nos critérios de inclusão e exclusão apresentados na Tabela 1, que orientaram todas as etapas do processo.

FIGURA 1 – Fluxograma da Revisão Sistemática



Fonte: Elaborado pelos autores com base em modelo do PRISMA 2020 (Page et al., 2023).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos oito estudos selecionados, foi possível identificar questões relacionadas à identidade estigmatizada, aos desafios enfrentados por pessoas trans no acesso à serviços de saúde mental, bem como os entraves e potencialidades na atuação da Psicologia nesse contexto. Os artigos analisados variam quanto à região de realização, formação dos autores(as), gênero e abordagem teórica, conforme ilustrado na Tabela 2.

TABELA 2 – Características dos estudos analisados

Referência	Objetivo do Estudo	Abordagem	Identidade de gênero autoral	Região	Formação Acadêmica
BORGERT, *et al.*, 2023	Compreender o processo saúde-doença-cuidado dessas pessoas e seu acesso aos serviços de saúde na cidade de Curitiba PR, Brasil.	Psicossocial	Mulher Trans Gênero	Sul	Medicina
CAZEIRO, *et al.*, 2022	Refletir sobre os itinerários terapêuticos de pessoas trans em Cuiabá-MT, com foco no cuidado em saúde via Processo Transexualizador no SUS e seus desafios para a psicologia.	Biomédica	Homem Cis Gênero	Centro-Oeste	Psicologia
MEDEIROS, *et al.*, 2024	Explorar, na perspectiva de mulheres trans do Cariri (CE), fatores de estresse e resiliência no acesso à saúde no interior do Nordeste.	Psicossocial	Homem Cis Gênero	Nordeste	Medicina
MAGNO, *et al.*, 2018	Analisar experiências de estigmatização e a relação entre estigma e performances femininas nas trajetórias de vida.	Psicossocial	Homem Cis Gênero	Nordeste	Enfermagem
MOREIRA, *et al.*, 2019	Viabilizar a mudança de registro civil para adequar nome e identidade de gênero.	Psicossocial	Mulher Cis Gênero	Sudeste	Psicologia
OLIVEIRA, *et al.*, 2020	Compreender a construção das trajetórias de pessoas trans nas políticas públicas de saúde em um município do interior do Rio Grande do Sul.	Psicossocial	Mulher Cis Gênero	Sul	Psicologia
OLIVEIRA, *et al.*, 2022	Analisar o itinerário terapêutico de pessoas trans na Bahia, focando no cuidado pelo SUS e experiências em serviços formais e informais.	Psicossocial	Homem Cis Gênero	Nordeste	Enfermagem
ZUCCHI, *et al.*, 2019	Estimar fatores associados ao bem-estar psicológico de travestis e mulheres transexuais.	Psicossocial	Mulher Cis Gênero	Sul	Medicina

Fonte: Autores (2025)

Os artigos, apesar das diferenças regionais e teóricas, compartilham, em sua maioria, uma perspectiva crítica psicossocial que contrapõe a lógica biomédica predominante nos serviços públicos de saúde, evidenciando tensões entre patologização e cuidado afirmativo. A abordagem psicossocial predominante nos estudos é compreendida aqui como aquela que busca articular o cuidado em saúde mental a partir da subjetividade e das condições sociais de existência dos sujeitos (Alves; Francisco, 2009). Essa abordagem contrasta com a racionalidade biomédica presente em parte dos estudos, mais voltada à patologização das identidades e à validação normativa de gênero (Vasconcelos, 2009).

Dos estudos incluídos nesta revisão sistemática, apenas um contou com autoria de uma mulher trans. Embora esse dado evidencia uma baixa representatividade nos artigos

analisados, é necessário destacar que essa ausência não se refere à inexistência de produções acadêmicas de pessoas trans, mas sim às bases de dados utilizadas (PubMed, LILACS, SciELO e Periódicos CAPES), que não contemplam a totalidade e diversidade das produções científicas brasileiras. Essa constatação não deve ser interpretada como ausência de produções acadêmicas, mas sim como um reflexo das limitações estruturais dos sistemas tradicionais de indexação científica, que nem sempre tornam visíveis essas produções, sobretudo quando se originam de espaços e perspectivas contra-hegemônicos.

Essa situação revela barreiras estruturais para a visibilidade das produções trans em espaços acadêmicos tradicionais (Silveira; Pereira de Souza, 2023) e evidencia a assimetria nas práticas de cuidado em saúde mental, muitas vezes oferecidas por profissionais cisgêneros a pessoas trans. Reconhecer essa desigualdade reforça a importância de políticas inclusivas e da valorização dos saberes produzidos por essas populações, não apenas como objeto de estudo, mas como produtoras legítimas de conhecimento (Globo Rádio, 2018). A escuta atenta às produções de pesquisadoras/es trans, como propõe Jaqueline Gomes de Jesus, demanda da psicologia um compromisso ético-político com a pluralidade das vivências e com epistemologias emergentes das margens, produzidas pelo corpo e pela experiência (Jesus, 2024).

3.1 OS ESTIGMAS NO ACESSO À SAÚDE MENTAL DE PESSOAS TRANS

Os estudos analisados destacam que a estigmatização atravessa múltiplas dimensões da vida das pessoas trans, com impacto direto sobre sua saúde mental (Magno *et al*., 2018; Zucchi *et al*., 2019). Barreiras como a precariedade socioeconômica, a violência institucional e a discriminação familiar e comunitária são fatores recorrentes que afetam o bem-estar e dificultam o acesso a serviços públicos de cuidado. A baixa escolaridade, a instabilidade habitacional e a ausência de redes de apoio estão associadas a índices mais baixos de equilíbrio psíquico (Cazeiro *et al*., 2022; Silva, 2016).

A violência verbal, sexual e simbólica, frequentemente experienciada em ambientes familiares, comunitários e institucionais, acentua esse sofrimento. Bento (2014) ressalta que tais agressões têm impactos profundos na vida dessas pessoas. Alves (2020) destaca, por exemplo, que a recusa ao uso do nome social por profissionais de saúde configura uma violência institucional que compromete a confiança e afasta essa população do cuidado. Além disso, Silva (2016) aponta a rejeição familiar como um fator central na ausência de redes de apoio, contribuindo para níveis elevados de sofrimento emocional.

Embora avanços legais, como o Decreto nº 8.727/2016 e a Portaria nº 2.803/2013, que garantem o uso do nome social e o acesso a procedimentos pelo SUS, sejam reconhecidos como importantes, esses dispositivos normativos nem sempre se traduzem em práticas acolhedoras (Moreira; Patelli, 2019). Isso revela uma dissonância

entre as políticas e a implementação cotidiana nos serviços, reforçando o sofrimento ético-político dessas populações.

O sofrimento de pessoas trans é intensificado pela escassez de políticas intersetoriais que abranjam saúde, moradia e assistência jurídica (Oliveira; Romanini, 2020; Cazeiro *et al.*, 2022). Em contextos de racismo, pobreza e transfobia, a saúde mental torna-se mais vulnerável, com a discriminação associada a desfechos como depressão e ansiedade (Magno *et al.*, 2018; Zucchi *et al.*, 2019). A análise da interseccionalidade entre gênero, raça e classe é, portanto, fundamental para a formulação de políticas públicas que garantam um cuidado seguro e respeitoso (Oliveira *et al.*, 2022; Oliveira, 2018).

3.2 A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JUNTO À PESSOAS TRANS

A relação histórica da psicologia com as identidades de gênero não cis-heteronormativas tem sido marcada por processos de normalização e controle. Essa abordagem delegou à psicologia o poder de decisão sobre a legitimidade das identidades trans, com uma atuação frequentemente orientada pela busca de um "transexual verdadeiro" (Cazeiro *et al.*, 2022). Tal prática revela a dominância de uma racionalidade biomédica, na qual a equipe multiprofissional se submete a lógicas de diagnóstico patologizante (Oliveira *et al.*, 2022; Cazeiro *et al.*, 2022).

Essa lógica se reflete diretamente na experiência de cuidado. No estudo conduzido por Cazeiro *et al.* (2022) sobre o Processo Transexualizador no SUS, um homem trans relatou que sua psicóloga confundia identidade de gênero com orientação sexual, enquanto uma mulher trans apontou que um laudo patologizante foi o que, paradoxalmente, facilitou a aceitação de sua família. Tais relatos evidenciam como o poder público, ao condicionar o acesso ao processo transexualizador à exigência de apoio psicológico, pode reforçar práticas excludentes que desconsideram a autonomia de pessoas trans sobre seus corpos e subjetividades (Nascimento, 2023).

Essas práticas de intervenção entram em conflito direto com as diretrizes éticas da profissão, como a Resolução nº 01/2018 do CFP, que veda o uso de técnicas para reforçar preconceitos e proíbe terapias de conversão. A recente atualização da CID-11, que remove a transexualidade da categoria de transtornos mentais, também representa um avanço importante contra a patologização e o estigma nos serviços de saúde (Borgert *et al.*, 2023).

Diante desse cenário, emergem outras possibilidades de atuação para a psicologia, com foco em intervenções psicossociais e na criação de espaços coletivos que promovam o reconhecimento e a inclusão social. A experiência do grupo TranspareSer, por exemplo, evidencia como a formação de grupos pode ser uma estratégia eficaz para a troca de informações, minimização de danos e fortalecimento coletivo para o enfrentamento de demandas, como a retificação do registro civil (Moreira; Patelli, 2019). Essa abordagem amplia a potência de vida para além de intervenções individualizantes.

Como ressalta Jesus (2012), o discurso psicológico pode tanto sustentar práticas excludentes quanto promover rupturas, a depender do posicionamento ético-político de quem o enuncia. Nesse sentido, a atuação da Psicologia junto às pessoas trans requer um compromisso ativo com a despatologização das identidades de gênero e com o enfrentamento da transfobia institucionalizada.

Portanto, é essencial que profissionais de saúde mental, especialmente psicólogas(os), estejam preparados para lidar com as interseccionalidades que permeiam as experiências de pessoas trans (Oliveira *et al.*, 2022). A prática profissional, nesse contexto, exige um questionamento crítico dos modelos normativos e patologizantes, dando lugar a um acolhimento empático que valide a autonomia e a pluralidade das experiências de vida, dor e resistência de pessoas trans (Cazeiro *et al.*, 2022).

3.3 EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS DE CUIDADO INCLUSIVO

A superação das barreiras enfrentadas por pessoas trans no acesso à saúde exige um compromisso coletivo para desmontar a cisnormatividade presente nas instituições (Cazeiro *et al.*, 2022; Magno *et al.*, 2018). Este viés estrutural promove práticas que dificultam o acesso ao cuidado, invalidam identidades e perpetuam estigmas, mantendo um ciclo de exclusão (Oliveira *et al.*, 2022; Borgert *et al.*, 2023). Nesse cenário, a Psicologia e os profissionais de saúde mental desempenham um papel crucial não apenas no atendimento individual, mas na formulação de políticas públicas mais inclusivas e na sensibilização de outras equipes de saúde (Cazeiro *et al.*, 2022; Moreira; Patelli, 2019).

O impacto dessa exclusão institucional é sentido diretamente na vida dos indivíduos, o receio constante de sofrer preconceito ou discriminação constitui uma barreira que leva muitas pessoas trans, a evitar ou postergar a busca por cuidados adequados (Borgert *et al.*, 2023; Medeiros *et al.*, 2024). Práticas como a recusa em usar o nome social representam gestos que invalidam a identidade de gênero, causando danos psicológicos e reforçando a marginalização (Medeiros *et al.*, 2024). O respeito a esses marcadores identitários, por outro lado, interfere positivamente no bem-estar psicológico e na adesão ao cuidado (Zucchi *et al.*, 2019).

Diante disso, o acolhimento de pessoas trans demandam uma abordagem que ultrapasse a clínica e o foco exclusivo em procedimentos, incluindo os múltiplos fatores sociais, culturais e psicológicos que influenciam suas experiências (Borgert *et al.*, 2023). A construção de vínculos de confiança entre profissionais e usuários é uma condição fundamental para o sucesso das políticas públicas (Oliveira *et al.*, 2022). A criação de espaços coletivos, como grupos de apoio, também possibilita a formação de redes que minimizam danos e fortalecem a autonomia e a subjetividade dos participantes (Moreira; Patelli, 2019; Jesus, 2024).

Para enfrentar esses desafios de forma sistêmica, a capacitação contínua dos profissionais de saúde é imprescindível (Oliveira; Romanini, 2020; Oliveira *et al.*, 2022). Essa formação deve abordar as dimensões biológicas, psicológicas e socioculturais das pessoas trans, com foco na desconstrução de preconceitos e na superação de visões patologizantes (Cazeiro *et al.*, 2022; Borgert *et al.*, 2023). Portanto, a educação permanente, especialmente nas instituições formadoras, deve priorizar a inclusão da diversidade de gênero nas diretrizes curriculares, preparando futuras gerações para um cuidado mais ético, inclusivo e politicamente engajado (Borgert *et al.*, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo identificar e analisar, por meio de uma revisão sistemática, os estigmas no acesso e cuidado em saúde mental de pessoas trans. Os achados evidenciam que, apesar dos avanços normativos, a experiência dessa população nos serviços de saúde ainda é atravessada por barreiras institucionais. Práticas cisnormativas e discursos patologizantes fragilizam o vínculo terapêutico e reforçam desigualdades estruturais.

Os resultados desta revisão apontam para uma dissonância crítica entre as políticas públicas de saúde e sua implementação cotidiana. Embora o Brasil possua marcos legais inclusivos, a realidade nos serviços frequentemente reproduz uma lógica biomédica e patologizante. Tal modelo limita a autonomia dos sujeitos e desconsidera a pluralidade de suas vivências. A inovação desta análise reside em mapear como o estigma opera em dois níveis. O primeiro é o acesso, dificultado pelo receio da discriminação e por barreiras socioeconômicas. O segundo é a condução do cuidado, onde o despreparo profissional e a invalidação de identidades comprometem a eficácia terapêutica.

A atuação da Psicologia, nesse cenário, revelou-se ambígua. Historicamente, a profissão exerceu um papel de normalização e controle, centralizando o poder de legitimar identidades a partir da busca por um "transexual verdadeiro". Essa herança ainda se reflete em práticas que reforçam estigmas e a submissão a um modelo biomédico. Contudo, os estudos também destacam um movimento crescente na Psicologia em direção a uma prática crítica e politicamente engajada. Essa nova abordagem questiona a patologização e busca construir, junto aos movimentos sociais, formas de cuidado mais afirmativas e pautadas nos direitos humanos.

Para transformar o cenário identificado, recomenda-se que a atuação profissional em saúde mental ultrapasse o foco clínico individual. É fundamental o fortalecimento de intervenções psicossociais, como a criação de grupos de apoio, que se mostraram eficazes na construção de redes de suporte e no fortalecimento da autonomia. O uso consistente do nome social e o desenvolvimento de uma escuta sensível, são exemplos de impacto positivo no bem-estar psicológico e a adesão ao cuidado, práticas afirmativas são gestos essenciais de validação.

Por fim, a recomendação mais estruturante é o investimento na educação permanente dos profissionais de saúde, com ênfase na reforma das diretrizes curriculares. A formação em Psicologia e áreas afins deve incorporar de forma transversal as discussões sobre diversidade de gênero, interseccionalidade e o combate à transfobia. Somente a partir da desconstrução de preconceitos na base da formação será possível preparar futuras gerações de profissionais para um cuidado ético, despatologizante e comprometido com a equidade e a justiça social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Com 105 mortes em 2024, Brasil é o país que mais mata pessoas trans. **Agência Brasil**, Brasília, 23 jan. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-01/com-105-mortes-em-2024-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans. Acesso em: 26 ago. 2025

ALVES, Cláudio Eduardo Resende. **Nome sui generis**: o nome (social) como dispositivo de identificação de gênero. Belo Horizonte: Sociedade Mineira de Cultura – Editora PUC Minas, 2020.

ALVES, Edvânia dos Santos; FRANCISCO, Ana Lúcia. Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 12, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400009. Acesso em: 26 ago. 2025

AVELAR, R. B. de.; RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MENDES, A.; QUEIROZ, T. A. (Trans)gredindo preconceitos? : a escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho. **Historiæ**, v. 13, n. 1, p. 45–71, 2022. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740. Acesso em: 26 ago. 2025

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BORGERT, V.; STEFANELLO, S.; SIGNORELLI, M. C.; SANTOS, D. V. D. D. "A gente só quer ser atendida com profissionalismo": experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR, Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33036, 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. População do Brasil chega a 212,6 milhões de habitantes, aponta IBGE. **Portal Gov.br**, 30 ago. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/populacao-do-brasil-chega-a-212-6-milhoes-de-habitantes-aponta-ibge. Acesso em: 26 ago. 2025.

CARRIJO, G. G.; SIMPSON, K.; RASERA, E. F.; TEIXEIRA, F. B. Gravando: desafios para (re)contar narrativas do (no) movimento social de travestis brasileiras. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 3, p. 277-284, 2020.

CAZEIRO, F. et al. Processo transexualizador no SUS: questões para a Psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização. **Psicologia em Estudo**, v. 27, p. e48503, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v27i0.48503. Acesso em: 26 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023.

FAVERO, Sofia. Como atender travestis e pessoas trans? (des)cisgenerizando o cuidado em saúde mental. **Cadernos Pagu**, v. 0, p. e226613, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/wv34FdrtmzG3fQTQNmvkJJM. Acesso em: 26 ago. 2025.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015.

GLOBO RÁDIO. Pesquisadores trans ainda enfrentam desconfiança. **CBN**, 29 mai. 2018. Disponível em: https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/185983/pesquisadores-trans-ainda-enfrentam-desconfianca-s.htm. Acesso em: 26 ago. 2025.

GONÇALVES, João Vitor Rodrigues. As barreiras sociais que afastam a população transexual na busca pela permanência no sistema educacional. *In*: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5., 2018, Pirenópolis. **Anais** [...]. Pirenópolis: Universidade Estadual de Goiás, 2018. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/13310. Acesso em: 26 ago. 2025.

GONÇALVES, João Vitor Rodrigues. **Da esquina à escola**: (re)inserção educacional de travestis e transexuais do programa Transcidadania. 2023. 56p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Escola de Políticas Públicas e Governo, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/10438/33788. Acesso em: 26 ago. 2025.

GONÇALVES, João Vitor Rodrigues; TRUJILLO, Ricardo Antonio Simancas. Da esquina ao escritório: uma análise da ausência de mulheres trans no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamento Americano**, v. 13, n. 26, pág. 33–50, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419. Acesso em: 26 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados. **IBGE**, s.d.. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html. Acesso em: 26 ago. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, v. 2, p. 42, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; TORRES, Marco Antonio; RASERA, Emerson Fernando. Desafios e perspectivas atuais nos debates sobre minorias sexuais e de gênero. *In*: RASERA, Emerson Fernando (org.). **Ser-Tão crítico na Psicologia Social**: produzindo vozes em tempos de necropolítica. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2024. p. 45–55.

MAGNO, Laio; DOURADO, Inês; SILVA, Luis Augusto Vasconcelos da. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00135917, 2018.

MARTINS, João et al. O objetivo do PRISMA é... **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 55, p. 1-10, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCF. Acesso em: 26 ago. 2025.

MEDEIROS, M. A.; GOMES, S. M.; SPINELLI JUNIOR, V. F. Fatores de estresse e resiliência no acesso e utilização de serviços de saúde por travestis e mulheres transexuais no nordeste brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 33, n. 1, p. e220904pt, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220904pt. Acesso em: 26 ago. 2025.

MELLO, L.; AVELAR, R. B. DE .; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289–312, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005. Acesso em 26 ago. 2025.

MOREIRA, M. I. C.; PATELLI, C. F. TranspareSer: Autonomia e Exercício de Direitos de um Coletivo de Pessoas Transexuais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228497, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003228497. Acesso em: 26 ago. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. Quantas solidões habitam a corpa de uma travesti negra e gorda? **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e277385, 2023.

OLIVEIRA, Itauane de; ROMANINI, Moises. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. e170961, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902020170961. Acesso em: 26 ago. 2025.

OLIVEIRA, P. H. L. de et al. Itinerário terapêutico de pessoas transgênero: assistência despersonalizada e produtora de iniquidades. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 2, p. e320209, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320209. Acesso em: 26 ago. 2025.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Transexistências negras: O lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. *In*: **Corpo, gênero e sexualidade**: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação, 2018, p. 69.

PAGE, M. J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, v. 46, e112, 2023.

PEDRA, C. B. et al. Políticas Públicas para Inserção Social de Travestis e Transexuais: Uma Análise do Programa "Transcidadania". **Revista de Ciências do Estado**, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2018.5091 . Acesso em: 28 de ago. 2025.

RODRIGUES GONÇALVES, João Vitor; MEIRA, Liziane Angelotti. Public policy for trans people: lessons from Brazil for social inclusion. **Development Policy Review**, v. 43, n. 4, e70015, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1111/dpr.70015. Acesso em: 26 ago. 2025.

SALGARELLO, L. S.; PROTTI, L. M. L. Disparidade de acesso a serviços de saúde mental por pessoas transgênero: uma revisão integrativa sobre intervenções e desfechos. **Brazilian Journal of Health Review**, [*S. l.*], v. 7, n. 10, p. e75791, 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/75791. Acesso em: 26 ago. 2025

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical**, 2007.

SILVA, Glauber Weder dos Santos et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 02, p. e56407, 2016.

SILVA, M. A. da; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. de S. M. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1723–1734, 2020. Acesso em: 26 ago. 2025.

SILVA FILHO, A. L. **Em busca do outro masculino**: Grupos de homens no Distrito Federal. 2021. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/41887. Acesso em: 26 ago. 2025.

SILVEIRA, Helena; PEREIRA DE SOUZA, Raquel. Interseccionalidade e saúde mental: uma análise da produção científica. **Revista Latino-Americana de Análise do Comportamento**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 281-303, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.9.i2.0016. Acesso em: 26 ago. 2025.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 408-417, 2014.

ZUCCHI, Eliana Miura et al. Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00064618, 2019.

Recebido em: 27/02/2025
Aceito em: 27/08/2025

REAÇÕES EM TORNO DA POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA O INGRESSO DE PESSOAS TRANS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

REACTIONS TO THE AFFIRMATIVE ACTION FOR THE ADMISSION OF TRANS PEOPLE IN BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

Gustavo Henrique Camargo Eufrasio[1]

Resumo: pessoas trans são frequentemente submetidas a uma precarização da vida que reflete o tensionamento com o cissexismo, entendido como uma ordem hegemônica. Tal cenário se reflete também em políticas e programas governamentais destinados a esta comunidade , com destaque recente para as políticas educacionais. Considerando este cenário, o presente artigo tem como objetivo compreender as disputas em torno das políticas de ação afirmativa para pessoas trans no acesso ao ensino superior baseando-se, empiricamente, na análise de ações afirmativas (cotas trans) implementadas em algumas universidades federais brasileiras. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com revisão teórico-empírica das experiências institucionais relacionadas à implementação de políticas de reserva de vagas, fundamentando-se nos aportes de Ruibal (2014) e Cunha e York (2020). Acredita-se que a importância do estudo reside na reafirmação do conceito de cisgovernamentalidade, que aponta para a reprodução institucional de significados alinhados à cisgeneridade. Em linhas gerais, o conceito que mantém a presença de corpos dissidentes em condição minoritária, mesmo diante de políticas inclusivas como aquelas destinadas a promover o acesso (e a incerta permanência) de pessoas trans no ensino superior.
Palavras-chave: Ação Afirmativa; Cisgovernamentalidade; Cotas Trans; Educação; Pessoas Trans.

Abstract: transgender individuals are frequently subjected to a precarization of life that reflects the tension with cissexism, understood as a hegemonic order. This scenario is also reflected in government policies and programs aimed at this community, with a recent emphasis on educational policies. Considering this context, the present article aims to comprehend the disputes surrounding affirmative action policies for transgender individuals in accessing higher education, empirically based on the analysis of affirmative actions (trans quotas) implemented in several Brazilian federal universities. The research adopts a qualitative approach, involving a theoretical-empirical review of institutional experiences related to the implementation of seat reservation policies, grounded in the contributions of Ruibal (2014) and Cunha and York (2020). It is believed that the study's importance lies in the reaffirmation of the concept of cisgovernmentalism, which points to the institutional reproduction of meanings aligned with cisgender identity. Broadly, this concept maintains the presence of dissident bodies in a minority condition, even in the face of inclusive policies such as those designed to promote the access (and uncertain permanence) of transgender individuals in higher education.
Keywords: Affirmative Action; Cisgovernmentalism; Trans Quotas; Education; Transgender Individuals.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais seguem produzindo tensões nas estruturas de poder e nos dispositivos institucionais que buscam promover, e consolidar, a manutenção de padrões histórico-culturais hegemônicos e heteronormativos (Ruibal, 2014). No campo educacional, essas tensões se manifestam de forma acentuada no acesso à direitos e garantias fundamentais, incluso a educação, e em especial o ensino superior, ambiente que historicamente se apresenta como espaço social restrito a determinados grupos

[1] Doutorado em andamento em Geografia na Universidade de Brasília. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Especialista em Educação e Direitos Humanos pela Universidade de Brasília. Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Catalão.

historicamente marginalizados (Gonçalves, 2023; Lima, 2020; Feitosa, 2016). Indivíduos pertencentes a tais grupos são, em sua maioria, interpretados culturalmente como "transgressores" da norma (Bento, 2011). Considerando este cenário, as ações afirmativas emergem como instrumento de reparação, buscando ampliar a presença de corpos e minorias marginalizadas em espaços de formação, poder e decisão, a exemplo do ensino superior (Feres Júnior *et al*., 2018). Há décadas, travestis e transexuais, assim como outras minorias sociais, enquadram-se neste cenário de marginalização e exclusão (Moura; Zibetti, 2023; Lima; Maciel, 2025).

No caso específico das pessoas trans[2], a exclusão educacional é acentuada por dinâmicas de cissexismo e cisnormatividade, que operam como barreiras estruturais à inclusão plena (York, 2020), para além do convívio incessante de reiterados episódios de transfobia cotidianos (Avelar *et al*., 2022). Tal fenômeno também se faz presente em espaços educacionais para além da educação básica, estendendo-se ao ensino técnico e superior (Andrade, 2012; Gonçalves; Trujillo, 2020). Ainda que o ambiente universitário deva refletir a pluralidade da sociedade brasileira, disputas ideológicas e normativas persistem na tentativa de regular e restringir o reconhecimento de identidades dissidentes de gênero, frequentemente associadas a discursos patologizantes, estigmatizantes ou violentos (Bento, 2008; Corrales, 2017; Jesus, 2014). Tal cenário de exclusão apresenta sintomas prejudiciais, como desemprego, invisibilidade social, precariedade cidadã (Silva Filho; Cavalcanti; Pateo, 2025; Bezerra; Ribeiro; Almeida, 2024) e, mais objetivamente, altos índices de morte que persistem há mais de uma década, posicionando o Brasil como o país que lidera os *rankings* de assassinatos por transfobia a nível global (Benevides, 2022).

No campo educacional, o cenário não é muito diferente. Com exceção do Programa Transcidadania e iniciativas pontuais ao redor do Brasil (Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025; Gotardi; Pereira, 2021; Maidel, 2022), travestis e transexuais raramente se enquadram como público-alvo de políticas educacionais. Apesar da ostensiva cobrança de organizações pró-direitos de pessoas trans (ANTRA, 2022), poucas são as instituições públicas que adotaram cotas de reservas de vagas específicas para pessoas trans em cursos de graduação, o que evidencia tanto a fragilidade quanto a seletividade da política afirmativa (Portela; Feres Júnior, 2021). Diante deste contexto social em particular, o conceito de *cisgovernamentalidade* (York, 2020) posiciona-se como extremamente útil para compreender como instituições aparentemente neutras reproduzem normas cisgêneras, contribuindo para manter pessoas trans em posição minoritária mesmo diante de políticas inclusivas.

Deste modo, o artigo tem o objetivo de compreender as disputas que envolvem a implementação da política de ação afirmativa para pessoas trans em universidades federais do país. A ideia parte da contribuição de Ruibal (2014), que apresenta a teoria de

[2] Nesta pesquisa, o termo "pessoas trans" será utilizado para se referir, de forma conjunta, a indivíduos que se identificam como travestis, homens e mulheres transexuais, conforme proposto em pesquisas semelhantes.

movimentos e contramovimentos, a fim de que se visualize os *backlashes*, e sobretudo pelo que Cunha e York (2020) chamam de *cissexismo* –fusão entre cisgeneridade e sexismo– em que há uma suposta legitimidade de pessoas cis sobre pessoas trans e, por consequência, a invisibilização dos direitos ao último grupo, minorizado.

Neste estudo de casos múltiplos, as instituições de ensino analisadas foram a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), recorrendo em documentos institucionais e fontes públicas sobre os processos seletivos e os contextos de implementação e efetivação da política em foco.

Em síntese, os resultados da pesquisa indicam que, apesar dos avanços em algumas instituições, a criação e efetividade de ações afirmativas específicas para pessoas trans ainda encontra barreiras normativas, simbólicas e políticas, refletindo tensões entre avanços e *backlashes*. A principal contribuição do estudo é o aprofundamento da noção de *cisgovernamentalidade* como um operador teórico que ajuda a compreender os limites das políticas públicas quando moldadas por uma racionalidade cisgênera.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AFIRMAR O QUE SE É: PESSOAS TRANS E SUAS CONSTRUÇÕES POLÍTICAS

Estudos e pesquisas sobre a transexualidade podem ser interpretados como uma atualização, ou até mesmo um desdobramento inovador, dos estudos clássicos de gênero que nascem, originalmente, para se contrapor a teorias que endossaram a sobreposição dos sexos (Bento, 2008; Butler, 2003). Adicionalmente, Joan Scott (1995) pontua que a categoria gênero é importante neste sentido, pois através do reconhecimento das construções femininas e masculinas, respectivamente direcionadas às mulheres e aos homens. Nesse sentido, muito da organização social e política contemporânea pode ser compreendida a partir da histórica relação desigual entre os sexos, especialmente quando se refere às mulheres e minorias.

O que Scott (1995) pontua teve sua importância para o reconhecimento das desigualdades que o patriarcado produz. Porém, Berenice Bento (2006) avança com novas perspectivas na tentativa de tornar cada vez mais plural o que gênero pode ser e representar socialmente. À vista disso, analisar as implicações que o gênero reflete nas disputas de poder é tarefa árdua e que, continuamente, se atualiza, evidenciando uma dinâmica vital, em que múltiplas formas de ser e estar se interagem para construção de uma ação política potencializadora. De certo modo, as disputas de narrativa e, por consequência, de reconhecimento podem ser avistadas pela teoria de movimentos sociais que Ruibal (2014) utiliza, em que reações se apresentam como uma ação coletiva em resposta à

realidade e/ou mudança social, enquanto uma dinâmica de movimentos e contra-movimentos.

No caso, a emergência de conflitos que a autora advoga é perceptível no papel das pessoas trans, cuja reestruturação do pensamento social, inclusive, do pensamento feminista, se fez pelo tensionamento à ordem pré-estabelecida (Jesus; Alves, 2010). Sendo assim:

> O movimento social composto pela população transgênero se torna cada vez mais visível, a partir de manifestações públicas, mas principalmente pelo ativismo em redes virtuais. Fabrica novas realidades sociais, reconfigura relações de gênero e demarca identidades pessoais e sociais, demonstrando, na sua práxis, que a identidade de gênero não esgota a subjetividade (Jesus; Alves, 2010, p. 10).

A construção de uma rede articulada em prol da necessidade de lutar e ter garantido a cidadania e a garantia de direitos foi uma das prerrogativas que impulsionaram o movimento trans em todo o mundo, inclusive no Brasil. Os esforços dialogam com construções políticas reativas e, ao mesmo tempo, canalizadas por um jogo de oportunidades, culminando em marcos jurídicos, institucionais e sociais. Como Jaqueline Jesus e Hailey Alves (2010) trazem, as pautas do movimento foram conquistadas arduamente e continuam como agendas políticas imprescindíveis à luta das pessoas trans, nas quais destacam o direito ao nome social, à despatologização e aperfeiçoamento do sistema de saúde para a referida população.

Por intermédio de Ruibal (2014), o que há é uma oportunidade política e que pessoas trans souberam se mobilizar dentro da dinâmica de movimentos e contra-movimentos. Esse agenciamento de pautas relevantes, sobretudo ligadas inicialmente à reprodução da vida, resultou de uma convergência de forças a fim de que houvesse um re-enquadramento do debate público, que culminou em uma mudança social. Tal cenário se correlaciona ao momento político favorável, especialmente, no caso brasileiro, entre 2003 e 2016, quando governos de centro-esquerda conseguiram uma abertura de articulação política através dos mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), conforme apontam Benza e Kessler (2020).

Neste sentido, o direito de viver e ter reconhecida sua cidadania são pontos centrais em muitas das demandas que pessoas trans encaminham em suas agendas. O questionamento da universalidade é fundamental para o reconhecimento da diferença, não enquanto desvio, mas como possibilidades, no plural (Bento, 2006). Esse campo de disputas entre manutenção e transgressão se exemplifica pelas ações e estratégias que mobilizam as agendas de gênero e sexualidade, em movimentos ora de avanço ora de retrocesso, mas nunca desligados de uma reação produzida social e politicamente.

Como Balieiro (2018) pontua, o avanço de muitos direitos LGBTQIA+[3] no Brasil levou a uma reação dos movimentos conservadores no campo moral, sobretudo ligada ao suposto perigo potencial que crianças estariam sendo submetidas com as agendas de gênero sendo garantidas às pessoas trans, por exemplo. Sendo assim, novas perspectivas surgem como alternativas, mas em contextos turbulentos e de constante embate, tanto para pautar discursos e agendas políticas, mas também para manutenção destes temas na atualidade. Como Honneth aponta:

> Quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social (Honneth, 2003, p. 207).

Nota-se que os movimentos sociais alinhados à agenda de gênero e sexualidade, em suas dinâmicas e disputas, permite desestabilizar e evocar novas interfaces que convergem para a leitura das desigualdades e de como a realidade reflete estruturas de opressão, ou seja, "o que se reconhece e, ao mesmo tempo, se questiona é a influência de novas perspectivas sobre o mundo, o cotidiano e o Estado" (Biroli, 2018). Paralelo a isso, o questionamento à ordem estabelecida ou ao discurso unívoco podem mobilizar novas perspectivas sociais e, por consequência, políticas, o que movimenta novas ações e materializações.

Como Adichie (2019, p. 32) pontua: "as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada". Nesse sentido, Sara York (2020) busca apresentar em sua dissertação a importância de pensar no direito à educação para pessoas trans pois, para além do direito de existir e ter sua vida garantida, é preciso que a dignidade da pessoa humana seja estabelecida como uma condição *sine qua non* para a efetividade de novos futuros e possibilidades.

Com isso, o estabelecimento de políticas de ação afirmativa projeta, para além da reparação, o reconhecimento das desigualdades em uma perspectiva de humanização e empoderamento da então parcela minorizada socialmente. Logo, a construção de novas possibilidades se conjuga na garantia de direitos e, no caso específico da educação superior, permite a valorização de saberes dissidentes sendo protagonizados por suas próprias vozes, enquanto um processo de justiça e equidade social.

[3] Neste artigo será utilizado o termo "LGBTQIA+", conforme uso designado pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (Brasil, 2024). O termo compreende pessoas que se identificam como dissidentes de gênero, interpretadas como lésbicas, gays, bissexuais, travetis e transexuais, queers, intersexuais, assexuais e outras expressões de gênero e sexualidade que se contrapõe a heterossexualidade e a binaridade de gênero (Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025).

As movimentações para este objetivo são marcadas por disputas, muitas vezes, violentas, que culminam em processos de subjetividade afetados pelo discurso hegemônico, cisgênero, que agoniza as perspectivas de emancipação social. Em sintonia, Nogueira (2020) expõe que a vulnerabilidade da população LGBTQIA+ está ligada à manutenção do poder heterossexista, cuja precarização influencia, inclusive, na divisão social do trabalho e nas condições de vida dela produzidas, cujos dispositivos de violência são reforçados, inclusive, pelas instituições que também são respaldadas pelas mesmas estruturas que inferem sobre a sociedade.

Para este debate York (2020) propõe o conceito de cisgovernamentalidade, enquanto uma ferramenta de perpetuação de desigualdades sobre a população trans no âmbito institucional. Tal concepção seria nada mais que um domínio da cisgeneridade na governança, de modo que a presença de corpos e discursos dissidentes sejam minoritários e/ou agonizados. O não-reconhecimento de determinados corpos e subjetividades repercute em uma deslegitimação de existências com a chancela do Estado, reafirmando a desigualdade que solapa diuturnamente as pessoas trans, além de ser resultante de um processo (in)visível a todas as pessoas.

3 METODOLOGIA

De acordo com a pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior em 2018, menos de 1% dos alunos matriculados no ensino superior identificam-se como transexuais (ANDIFES, 2019). Ao observar tal dado é urgente que se construa medidas de reparação à desigualdade exposta, que seria dentre algumas soluções, a efetivação de uma política de ação afirmativa (Feres Júnior *et al.*, 2018). O que pretende então é buscar uma política pública que tensione a sub-cidadanização de determinadas pessoas, chamada por Bento (2014, p. 167) de cidadania precária, que seria "uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros)".

Nesse sentido, a exclusão diária vivenciada por grupos sociais minorizados e a série de violências físicas e mentais que silenciam e desmotivam a permanência em ambientes são exemplos dessa cidadania precária, pois desde a pré-escola isso se apresenta na vivência destas pessoas, seja pela binaridade dos banheiros ou pelas ofensas transfóbicas e homofóbicas, por exemplo (York, 2020). Um dos avanços para enfrentar tal precariedade é a regulamentação do nome social que, desde 2016, é como a pessoa trans se identifica e é reconhecida pela sociedade (Binotto *et al.*, 2024).

Entre as instituições de ensino superior isto vem se desenrolando pontualmente. Estima-se que das 63 universidades federais, 14 não possuíam regulamentação para

garantia do nome social à época, apesar de existirem orientações superiores para que se implementassem medidas cabíveis sobre o caso (ANDIFES, 2016). Em complementaridade, desde 2022, há amparos legais que garantem sua inclusão em documentos de identidade por pessoas com mais de 16 anos de idade, todavia, o nome civil permanece em determinados documentos e só podem ter a retificação do registro civil concedida a partir da maioridade (Binotto *et al*., 2024).

Este ponto central para a população trans, reflete, em certa medida, a relação desafiadora que vivenciam, vivenciaram ou venham a viver, especialmente pelo nome significar, entre tantas coisas, "a aceitação e o respeito à pluralidade e para a validação identitária" (*op. cit*., p. 6). Lola Ferreira (2018) dirá que, para além do nome, é preciso que se pense em outras urgências para pessoas trans na educação, visto que a corriqueira exclusão social, fomentada por dispositivos cissexistas e cisgovernamentais, corroboram para ínfima presença deste grupo social nos espaços educacionais.

Certamente, sem uma garantia da educação e sem segurança de suas vidas, suas existências passam a ser questionadas e historicamente estruturadas em uma perspectiva desigual, tornando-se primordial as políticas de ação afirmativa. Tal formato de ação governamental visa a construção de medidas que convergem para a superação das realidades desiguais, de modo que haja uma promoção da condição sócio-histórica da população minorizada em questão.

No caso de pessoas trans, o contexto de superexploração social, com uma pauperização complexa, insegurança de suas vidas e condições precárias de trabalho, é urgente pensar em meios efetivos e práticos de transformação dessa realidade, além de reconhecer a importância de enunciar a diversidade que há em um mesmo grupo social, marcado por outros atravessamentos, como classe e raça, por exemplo (Benevides, 2022). Nesse ponto, a política de ação afirmativa com um intuito educacional se insere como uma possibilidade de construir um outro futuro possível.

Sendo assim, por meio de realidades universitárias brasileiras distintas, foram selecionadas instituições federais de ensino superior que implementaram políticas de cotas exclusivas para pessoas trans. As instituições listadas na análise são: Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Fundação Universidade do Rio Grande (FURG).

O intuito dessa seleção é, por meio de múltiplos casos, reforçar não a amostragem, mas a replicabilidade do fenômeno, por possuir contextos afins (Alves-Mazzotti, 2006). O olhar para essas universidades se centrou nas formas de implementação da política e nos desdobramentos institucionais e políticos que elas geraram no contexto de funcionamento dessas instituições. Assim, a ideia de mobilizações ao cenário político (Ruibal, 2014) e a presença do cissexismo (Cunha; York, 2020) mobilizam a análise, reforçando que mesmo

com o objetivo de mudança de paradigma que uma política pública busque, há embates que tensionam sua implementação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CASOS PONTUAIS, AÇÕES TRANSFORMADORAS: ANALISANDO EXPERIÊNCIAS DESDE O BRASIL

A situação da população trans no Brasil é marcada por uma vulnerabilidade construída pelo cissexismo, de modo que suas perspectivas são constantemente questionadas, como Iazzetti (2022) contextualiza sobre o cotidiano trans em espaços educacionais. Seu recorte sobre o ensino superior público aponta que, apesar de ser marcado por movimentos de tensão e conflito, há uma ambiguidade que ora age para adequar e regular, ora prospecta avanços substanciais. O nome social é um exemplo neste sentido, como um instrumento que subjetivamente humaniza o sujeito, ao passo que o reconhece enquanto uma pessoa cidadã (Binotto *et al.*, 2024).

No caso das políticas afirmativas para o ingresso nas universidades públicas brasileiras, desde 2018 se percebe um avanço considerável das instituições em aderir tais meios de reparação histórica e de superação das desigualdades sobre a população trans. Apesar da adesão ser maior na pós-graduação, de acordo com Ribeiro e Nascimento (2023), cinco universidades destinam vagas para pessoas trans na graduação desde 2020, conforme a Tabela 1 a seguir apresenta:

TABELA 1 – Lista de universidades com vagas para pessoas trans em 2020 e 2021

Universidade	Vagas em 2020	Vagas em 2021
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	352	2
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	30	30
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	18	11
Universidade Federal do ABC (UFABC)	40	40
Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	38	41

Fonte: Ribeiro; Nascimento (2023).

Através da Tabela 1, nota-se que as instituições que investem na destinação de vagas para pessoas trans são, em sua maioria, localizadas na região nordeste, especificamente no Estado da Bahia. Pouco antes das pesquisadoras acima, Ribeiro (2020) em sua pesquisa indicou outras instituições, evidenciando um aumento de Universidades com a proposta de reserva de vagas, como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do

Recôncavo Baiano (UFRB), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Apesar do crescimento de instituições de ensino superior implementando tais propostas, ainda são presenças minoritárias na realidade universitária brasileira, especialmente entre os cursos de graduação. Vale destacar que somadas às instituições federais que Ribeiro e Nascimento (2023) e Ribeiro (2020) listam, são sete universidades em um universo de 69 no país, representando um pouco mais de 10% do total geral. Essa presença lenta de universidades com tal política implementada é reflexo da cisgovernamentalidade, cuja demanda exclusivamente de benefício ao público trans não mobiliza o agenciamento e o engajamento institucional para sua real efetivação em todo o país.

Outro fato que se percebe é uma adesão mínima pelo público-alvo, isto porque a realidade de pessoas trans é marcada por inúmeros dispositivos de violência e precarização, com riscos de se manter viva, conseguir um emprego e, quiçá, concluir a educação básica, requisito indispensável para ingressar em um curso de graduação (York, 2020; Lima, 2020). Ainda que pertencentes, em certa medida, ao mesmo grupo social (pessoas trans), enxerga-se desigualdades internas, fato que merece ser mencionado, sobretudo como forma de se evitar futuras reproduções de opressão, como o dado a seguir revela: “na UFABC, por exemplo, de 32 ingressantes trans no primeiro ano após a aprovação das políticas afirmativas na graduação, apenas uma dessas pessoas era uma mulher trans ou travesti” (Iazzetti, 2022).

Sendo assim, ao mesmo tempo que uma política tem como intuito a inclusão, vê-se que a estrutura social leva a uma exclusão sistemática. Esse ponto converge para o que Bento (2014) propõe por cidadania precária pois, ainda que seja possível efetivar uma política que garanta um acesso justo à universidade, outros desafios sobressaem. Ribeiro e Nascimento (2023) dizem que, em 2018, nas universidades federais, dois terços (⅔) das pessoas trans se encontravam em situação de vulnerabilidade econômica, com uma renda de até 1,5 salário-mínimo per capita, logo, a presença nos cursos de graduação e a própria manutenção da vida são questionadas, ao passo que a evasão tende a ser uma alternativa imediata.

Uma alternativa para isso é a assistência estudantil conjugada às políticas de cotas para pessoas trans que, de acordo com Ribeiro e Nascimento (2023), só eram efetivadas por três instituições: a UFABC, a UFSB e a UNEB. Dentre suas ações estavam à concessão de bolsas e de formações educativas para docentes e discentes das instituições. Recentemente, a UFSC aprovou diversas políticas institucionais direcionadas à população trans, em que, além da reserva de 2% das vagas nos cursos de graduação e pós-graduação, houve a adesão da reserva de 1% nas vagas de concursos públicos da Universidade, bem como a construção

a construção de medidas de assistência estudantil para permanência deste público na instituição (G1, 2023a).

Buscando evidenciar as tensões que envolvem tal política afirmativa, algumas experiências foram analisadas, como a pioneira e uma das poucas que aderem cotas trans na graduação, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Essa instituição vive conflitos em torno do financiamento da educação com uma situação de baixo investimento, permeada por bloqueios e congelamentos do orçamento, tendo sua situação ainda mais tensionada após a aprovação da reserva de vagas para pessoas trans, em 2018, com ataques direcionados à instituição, sobretudo a partir de 2019, como afirma Iazzetti (2022).

Além da realidade baiana, nota-se que há ataques, inclusive, à efetividade dos editais, como no caso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que optou por criar um processo seletivo com foco nas vagas remanescentes, cuja reserva se destinava às pessoas trans e intersexo. O caso envolveu um embate entre o Ministério da Educação (MEC) e a instituição de ensino, levando ao pronunciamento de Jair Bolsonaro, então presidente da República Federativa do Brasil, e tendo como fim o anulamento do edital do processo seletivo, além de poder ser lido como um ataque à autonomia universitária (Iazzetti, 2022).

Enquanto isso, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Federal Fluminense (UFF) houve um embate judicial em relação aos processos seletivos. Por meio de uma ação popular peticionada pelo pastor carioca Tupirani da Hora Lopes, conhecido por falas criminosas em relação à intolerância religiosa, LGBTfobia e racismo. Os casos levaram à vitória do pastor sobre a UFRJ e à derrota, tempos depois, sobre a UFF. Os fatos no contexto fluminense revelam mais uma vez, o questionamento da autonomia universitária, tendo em vista que as decisões que partem da Universidade para um movimento da justiça social são invalidadas. Mas, por outro lado, em uma dinâmica de contra-movimentos, nota-se que as ações emancipadoras, como as políticas afirmativas, só são questionadas à medida que tensionam à ordem social vigente (Ruibal, 2014).

Recentemente, inclui-se neste grupo a gaúcha Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), que teve uma situação semelhante às instituições citadas anteriormente em relação aos conflitos em torno das vagas para pessoas trans. Em 2022, a FURG havia aprovado a reserva de dez vagas para a referida população, todavia a 2ª Vara Federal de Rio Grande o suspendeu em fevereiro de 2023, alegando que a instituição não tem competência para garantia de direitos. Ainda assim, a FURG recorreu e, em novembro de 2023, teve essa suspensão encerrada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (G1, 2023).

O que as quatro instituições vivenciaram são exemplos de como se operacionaliza uma governança pública alinha ao pensamento cissexista, cuja redução de investimento como no caso da universidade baiana ou nos questionamentos administrativos e judiciais, que tanto a instituição gaúcha como as fluminenses viveram, ressoam o *modus operandi* que

a reação manifesta ao passo que uma oportunidade política emancipadora se efetiva. Além disso, ao observar o período dos casos relatados, ele coincide com o mandato presidencial de Jair Bolsonaro, político com discurso conservador e condenatório às pautas LGBTQIA+, revelando que há um pensamento interdito que se pulveriza nas ações cotidianas, inclusive do próprio Estado. Esse movimento sintetiza a mentalidade cisgovernamental, de York (2020).

Apesar da situação reativa de implementação das cotas trans, uma nova instituição se somou no fim de 2024, a Universidade de Brasília (UnB). Apesar de já implementar tal formato de ação afirmativa em alguns programas de pós-graduação, uma medida com impacto nos cursos de graduação é algo inédito na universidade da capital federal, garantindo uma reserva de 2% nas vagas dos processos seletivos de ingresso. Vale destacar que, desde 2017, a UnB vem construindo medidas de garantir direitos à população LGBTQIA+ em geral, especialmente ao público trans com o uso do nome social, a reserva de vagas às oportunidades de estágio remunerado na instituição, além de programas de atenção especializada à tal comunidade, garantindo ferramentas de permanência estudantil na universidade (ASCOM UnB, 2024).

A presença de políticas pontuais em instituições de ensino superior é resultante de oportunidades políticas que levaram ao avanço de agendas tão custosas em uma sociedade estruturada sobre desigualdades, especialmente por tensionar a cisnormatividade. Uma política abrangente, sobretudo em âmbito federal, que efetivasse uma reserva de vagas em todas as universidades públicas, seria algo ainda mais impactante, ao passo que promoveria uma transformação nas formas de pensar e viver os espaços das instituições educacionais.

Neste sentido, seguem atualmente algumas discussões em torno de projetos de lei (PL) para que as cotas trans na educação sejam uma realidade concreta. No Estado do Rio de Janeiro, a primeira transexual a se tornar deputada estadual, Dani Balbi (PCdoB - RJ), enviou um PL à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em fevereiro de 2023, prevendo cotas para pessoas trans nas universidades estaduais fluminenses, sendo a reserva de 3% das vagas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e que haja, ao menos, uma vaga por curso de graduação (Pessoa, 2023). Atualmente, o projeto de lei segue sem atualização, não havendo votação nem apreciação do mesmo pela ALERJ.

Já no âmbito nacional, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) apresentou um PL, em julho de 2023, para que cotas para pessoas trans sejam implementadas nas universidades e institutos federais do país, reservando 5% das vagas em cada curso de graduação, por turno, e em cursos com mais de 50 vagas ofertadas, 3 deverão ser destinadas para a população trans (Ismerim, 2023). Assim como o caso fluminense, o projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional segue sem atualizações.

A justificativa para que os projetos de lei fossem apresentados e potencialmente aprovados é a urgência de pensar a realidade da população trans brasileira, marcada por uma extrema precarização da vida, com condições subumanas de existência. Como Lima (2020) diz, a presença de 90% das pessoas trans está na prostituição, com dificuldades de acesso ao trabalho formal, além da precária situação educacional dessa população que, desde cedo, são violentadas, inclusive nos espaços escolares, levando à evasão. Sendo assim, medidas que garantam a cidadania trans recai, especialmente, na necessidade de reafirmar o direito à educação e na efetividade de medidas para reafirmação dessa população, mediante o acesso e a permanência nas escolas e universidades.

Portanto, enxerga-se que, ao passo que as políticas podem servir para incluir, podem também agir para exclusão ou dificultar sua efetivação. Neste campo, o artigo contribui com olhares que vão por dois caminhos de embate, aquele pela via judicial para implementar, regulamentar e promover uma disseminação das cotas entre as instituições de ensino, semelhante ao que vivenciou as cotas raciais no país. O outro seria relacionado às dificuldades de implementação que as políticas de ação afirmativa deste tipo enfrentam, com resistências e complexidades que envolvem, por exemplo, a permanência estudantil e o orçamento universitário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição social da população trans no Brasil continua sendo marcada por precariedade, marginalização e violência, resultantes de uma estrutura cissexista que opera tanto no plano social quanto institucional. No campo da educação, essas desigualdades se expressam no acesso restrito e na permanência dificultada de pessoas trans no ensino superior. Diante disso, as ações afirmativas voltadas para essa população emergem como uma política pública urgente e legítima, ainda que enfrentem resistência para sua implementação.

A análise dos casos de universidades federais evidencia que tais políticas são atravessadas por disputas que revelam a cisgovernamentalidade, ou seja, uma racionalidade institucional que naturaliza normas cisgêneras e dificulta a consolidação de políticas inclusivas. A experiência da UFSB, precursora na adoção de cotas para pessoas trans, bem como os entraves enfrentados pela UNILAB, UFRJ, UFF e FURG, demonstram que a institucionalização dessas ações ocorre de forma fragmentada e instável, muitas vezes marcada por retrocessos ou aglutinação de suas ações.

Apesar da existência de, atualmente, ao menos, treze universidades federais com ações afirmativas voltadas a pessoas trans para ingresso na graduação, esse número ainda representa uma fração mínima diante das 69 instituições existentes. A ausência de uma política federal, que regulamente de forma ampla e vinculante a reserva de vagas para essa

população em todas as instituições federais de ensino, contribui para a instabilidade e a baixa replicabilidade dessas iniciativas. Tentativas de avanço no legislativo brasileiro, como o projeto de lei proposto pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), segue sem avanços, o que reforça a urgência de pressão política e mobilização social em torno do tema.

Este artigo contribui para a compreensão das disputas em torno das cotas trans como reflexo de uma tensão entre avanços normativos e mecanismos de exclusão estruturais. Ao articular os conceitos de cissexismo, cisgovernamentalidade e a teoria de movimentos e contra-movimentos, o estudo avança sobre os limites e possibilidades da política afirmativa como instrumento de justiça social para pessoas trans no ensino superior.

Encaminhar uma agenda de pesquisa nesse sentido implica romper com a lógica da precarização e afirmar a importância de uma política educacional efetivamente comprometida com os direitos humanos, a equidade social e a pluralidade de corpos e existências em espaços de poder. É fundamental que análises futuras aprofundem o monitoramento e a leitura crítica dessas ações, de modo a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a valorização de identidades de gênero dissidentes na universidade, possibilitando uma ressignificação de suas realidades.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, 2006.

ANDIFES. **14 universidades federais não têm resolução para uso do nome social**. Andifes, 18 maio 2016. Disponível em: https://www.andifes.org.br/2016/05/18/14-universidades-federais-nao-tem-resolucao-para-uso-do-nome-social/. Acesso em: 07 dez. 2025.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600. Acesso em: 07 dez. 2025.

ASCOM UnB. **UnB aprova cotas para pessoas trans**. UnB Notícias, 18 out. 2024. Disponível em: https://noticias.unb.br/ensino/7618-unb-aprova-cotas-para-pessoas-trans. Acesso em: 07 dez. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota Técnica nº 02/2024 – Análise sobre a Adoção de Cotas para Pessoas Trans em Instituições de Ensino**. Brasília, DF: ANTRA, 2024. Disponível em: https://antrabrasil.org/2024/09/23/antra-nota-tecnica-cotas-trans-2024/. Acesso em: 07 dez. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES**. Brasília, DF: Andifes, 2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br/2021/07/09/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes/. Acesso em: 07 dez. 2025.

AVELAR, R. B. de; RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MENDES, A.; QUEIROZ, T. A. (Trans)gredindo preconceitos?: a escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho. **Historiæ**, v. 13, p. 45–71, 2022. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740. Acesso em: 07 dez. 2025.

BALIEIRO, Fernando. "Não se meta com meus filhos": a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

BENEVIDES, Bruna (org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549–568, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016. Acesso em: 07 dez. 2025.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, 2014.

BENZA, Gabriela; KESSLER, Gabriel. **La Nueva Estructura Social de América Latina**: cambios y persistencias de la ola de gobiernos progresistas. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2020.

BEZERRA, Tony Gigliotti; RIBEIRO, Paulo Thiago Carvalho Soares; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Direitos LGBTI+ e o protagonismo judicial no Brasil: a LGBTIfobia é reconhecida como crime. **Simbiótica Revista Eletrônica**, v. 11, n. 1, p. 156–180, maio 2024. Disponível em: https://doi.org/10.47456/simbitica.v11i1.44759. Acesso em: 07 dez. 2025.

BINOTTO, Felipe et al. Construção do nome social de pessoas trans e aspectos relacionados em um município de porte médio do Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 2, 2024.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **Cadernos LGBTQIA+ Cidadania**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORRALES, Javier. Understanding the Uneven Spread if LGBT Rights in Latin America and the Caribbean 1999-2013. **Journal of Research in Gender Studies**, v. 7, n. 1, 2017.

CUNHA, Neon; YORK, Sara Wagner. Um vácuo "cis" na história e a emergência do corpo trans. **Ponto de Debate**, Fundação Rosa Luxemburgo, n. 21, nov. 2020. Disponível em: https://rosalux.org.br/um-vacuo-cis-na-historia-e-a-emergencia-do-corpo-trans/. Acesso em: 07 dez. 2025.

FERES JÚNIOR, João et al. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERREIRA, Lola. **Nome social é 'ponta do iceberg' na vivência escolar de pessoas trans**. Gênero e Número, 17 abr. 2018. Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/nome-social-e-ponta-do-iceberg-na-vivencia-escolar-de-pessoas-trans/. Acesso em: 07 dez. 2025.

G1. **Justiça determina volta de cotas para estudantes trans na FURG**. Redação G1 RS, 08 mar. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/03/08/justica-determina-volta-de-cotas-para-estudantes-trans-na-furg.ghtml. Acesso em: 07 dez. 2025.

G1. **UFSC aprova cotas e políticas de permanência para pessoas trans**. Redação G1 SC, 10 ago. 2023a. Disponível em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/08/10/ufsc-aprova-cotas-e-politicas-de-permanencia-para-pessoas-trans.ghtml. Acesso em: 07 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. **Da esquina à escola**: (Re)inserção educacional de travestis e transexuais do programa Transcidadania. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) – Fundação Getulio Vargas, Brasília-DF, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/10438/33788. Acesso em: 07 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R.; TRUJILLO, R. A. S. Da esquina ao escritório: uma análise da ausência de mulheres trans no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamento Americano**, Barranquilla, v. 13, n. 26, p. 33–50, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419. Acesso em: 07 dez. 2025.

GOTARDI, F. M.; PEREIRA, M. A. M. dos S. B. **Inclusão da população trans na cidade de São Paulo e o Programa Transcidadania como política pública de apoio à empregabilidade**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2021.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IAZZETTI, Brume. Disputas e tensões no acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior público brasileiro. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ANTROPOLOGÍA, 6., 2022, on-line. **Anais** [...]. Online: Associação Latinoamericana de Antropologia, 2022.

ISMERIM, Flávio. **Erika Hilton apresenta projeto que propõe cotas para transexuais e travestis no ensino superior**. CNN Brasil, 19 jul. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/erika-hilton-apresenta-projeto-que-propoe-cotas-para-transexuais-e-travestis-no-ensino-superior/. Acesso em: 07 dez. 2025.

JESUS, Jaqueline G. de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanística**, v. 78, p. 241-257, 2014. Disponível em: https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410. Acesso em: 7 dez. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150. Acesso em: 07 dez. 2025.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 77, p. 70–87, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87. Acesso em: 07 dez. 2025.

LIMA, T.; MACIEL, C. E. O acesso de transexuais e travestis à educação superior na perspectiva da democratização**. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, v. 30, n. 60, p. 64-78, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.55028/intermeio.v30i60.22403. Acesso em: 07 dez. 2025.

MAIDEL, F. O Transcidadania pode mudar as vidas trans? **BIS - Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 13-27, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.52753/bis.v23i1.39600. Acesso em: 07 dez. 2025.

MOURA, Alessia Rodrigues; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. A escola para todes? O que dizem os estudos sobre educação de pessoas trans. **SciELO Preprints**, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6356. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6356. Acesso em: 07 dez. 2025.

NOGUEIRA, Leonardo. **O Brasil fora do armário**: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

PEREIRA, Cleyton F. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016.

PESSOA, Carolina. **Projeto prevê cotas para trans e travestis nas universidades do Rio**. Rádio Agência, 17 fev. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-02/projeto-preve-cotas-para-trans-e-travestis-nas-universidades-do-rio. Acesso em: 07 dez. 2025.

PORTELA, Poema; FERES JÚNIOR, João. **Pessoas trans nas universidades federais do Brasil**. GEMAA, 20 abr. 2021. Disponível em: https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/. Acesso em: 07 dez. 2025.

RIBEIRO, Beatriz. **Destinação de cotas para pessoas trans em universidades públicas**: percepções de transgêneros, travestis e transexuais participantes da Associação LGBTTQI da Associação dos Municípios da Região da Laguna (AMUREL). 2020. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2020. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/5811. Acesso em: 07 dez. 2025.

RIBEIRO, Jhennifer; NASCIMENTO, Vivian. **Apenas cinco universidades públicas destinam vagas a pessoas trans**. Gênero e Número, 20 abr. 2023. Disponível em: https://www.generonumero.media/artigos/universidades-publicas-cotas-trans-travestis/. Acesso em: 07 dez. 2025.

RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MEIRA, L. Public Policy for Trans People: Lessons from Brazil for Social Inclusion. **Development Policy Review**, v. 43, e70015, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1111/dpr.70015. Acesso em: 07 dez. 2025.

RUIBAL, Alba María. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 111–138, 2014. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2172. Acesso em: 07 dez. 2025.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA FILHO, Alberto Luis Araújo; CAVALCANTI, Filipe Matheus Silva; PATEO, Felipe Vella. **Identidades invisíveis?** O dilema da (in)visibilidade estatística da população trans. Brasília, DF: Ipea, nov. 2025. 42 p. Disponível em: https://dx.doi.org/10.38116/td3169-port. Acesso em: 07 dez. 2025.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM?** Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/16716. Acesso em: 07 dez. 2025.

Recebido em: 30/03/2025
Aceito em: 08/12/2025

EM TERRA DO SOL, O ARCO-ÍRIS TAMBÉM BRILHA: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA NO RIO GRANDE DO NORTE[1]

IN THE LAND OF THE SUN, THE RAINBOW ALSO SHINES: AN ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF THE TRANSCIDADANIA PROGRAM IN RIO GRANDE DO NORTE

Jeam Claude de Souza Gomes[2]

Resumo: travestis e transexuais enfrentam múltiplas barreiras no acesso a direitos básicos como educação, saúde e trabalho, sendo frequentemente marginalizados por estruturas institucionais. Desse modo, o acesso à cidadania e a reivindicação de direitos torna-se, notoriamente, um sonho cada vez mais distante. Como reverter este cenário? Para responder a esta questão, este artigo tem como objetivo analisar a implementação do Programa TransCidadania do Rio Grande do Norte, instituído pela Lei nº 11.132, de 9 de junho de 2022. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em análise documental da legislação estadual, relatórios oficiais da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH), matérias jornalísticas e dados secundários. Os resultados evidenciam que, embora criado em 2022, a implementação ocorre apenas um ano depois, em 2023, ilustrando uma lacuna temporal significativa na efetivação do programa. A partir das análises, conclui-se que o TransCidadania representa um avanço concreto nas políticas públicas de inclusão e reparação social, mas ainda enfrenta desafios estruturais para sua ampliação e continuidade. Ressalta-se a importância da articulação entre Estado, sociedade civil e instituições públicas para efetivar políticas que combatam a transfobia e promovam a cidadania plena da população trans.

Palavras-chave: Direitos humanos; exclusão social; população trans; TransCidadania.

Abstract: travestis and transgender people face multiple barriers in accessing basic rights such as education, healthcare, and employment, and are frequently marginalized by institutional structures. As a result, access to citizenship and the claim for rights increasingly becomes a distant dream. How can this scenario be reversed? To address this question, this article aims to analyze the implementation of the TransCidadania Program in the state of Rio Grande do Norte, established by Law No. 11,132 of June 9, 2022. The methodology adopted is qualitative in nature, based on documentary analysis of state legislation, official reports from the State Secretariat for Women, Youth, Racial Equality and Human Rights (SEMJIDH), journalistic materials, and secondary data. The results show that although the program was created in 2022, its implementation only began one year later, in 2023, illustrating a significant temporal gap in the program's execution. Based on the analyses, it is concluded that TransCidadania represents a concrete advance in public policies for inclusion and social redress, but it still faces structural challenges regarding its expansion and continuity. The importance of coordination among the State, civil society, and public institutions is emphasized in order to implement policies that combat transphobia and promote the full citizenship of the trans population.

Keywords: Human rights; social exclusion; trans population; Trans Citizenship.

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

[2] Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais do Instituto de Políticas Públicas (IPP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela UFRN e Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

1 INTRODUÇÃO

> Quantos anos as pessoas levarão para perceberem que somos todos irmãos e irmãs e seres humanos na raça humana? (Marsha P. Johnson, 1968).

A partir dos anos 2000, temas como igualdade de gênero, diversidade sexual e direitos humanos ganharam maior ênfase na agenda política e social brasileira. Nesse período, registraram-se importantes conquistas para os movimentos sociais ligados a essas pautas, incluso o movimento LGBTQIA+. Importantes políticas foram celebradas, a exemplo do Plano Brasil sem Homofobia (Irineu, 2014), Processo Transexualizador (Lionço, 2008), a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (Gonçalves, 2018a). Posterior a este recorte temporal, um marco significativo se transformou em avanço para grupos historicamente marginalizados. Em 2010, Dilma acendeu como primeira mulher à Presidência do Brasil. Tal feito impulsionou a implementação de políticas e programas direcionados a minorias sociais, com foco nos recortes de gênero e minorias sociais (Rodrigues; Pereira, 2022). Segundo os autores, o governo Dilma se destacou, necessariamente, por sua particular agenda política centrada obstinada em promover, em primeiro plano, à valorização das mulheres no mercado de trabalho e, de modo coadjuvante, ao modesto reconhecimento a grupos minorizados, incluso a comunidade LGBTQIA+. Contudo, apesar deste cenário, a ascensão de uma corrente conservadora tornou-se inevitável, sobretudo após o impeachment da ex-presidente (Aragusuku *et al*., 2019).

Setores políticos da extrema direita, religiosos e membros de sociedade civil de orientação religiosa cristã conservadora promoveram a disseminação do que denominam "ideologia de gênero" (Machado, 2018). Segundo Aguirre (2020), emergia, na época, uma nova configuração da extrema direita, representada pela imagem da família Bolsonaro, moldada pela mídia desde a campanha eleitoral para reforçar o ideal de uma família tradicional supostamente destruída pelos governos anteriores. Com o avanço do bolsonarismo e o estabelecimento de um Congresso conservador, a pauta da "ideologia de gênero" ganhou maior notoriedade, principalmente quando a agenda se voltava para políticas públicas destinadas às mulheres e à população LGBTQIA+ (Junqueira, 2018; Gomes; Knox; Farias, 2024).

A partir de então, ataques direcionados a minorias sexuais ganharam forma e adesão na sociedade através de Bolsonaro e seu governo, priorizou e implementou, com eficácia, uma agenda conservadora e neoliberal que pôs em risco direitos e políticas direcionadas à comunidade LGBTQ+ e demais minorias sociais (Medeiros, 2019; Simioni; Kyrillos, 2024; Aguiar; Pereira, 2019). No plano global, o panorama não se difere. Líderes políticos ao redor do mundo têm promovido ataques sistemáticos aos direitos da população LGBTQIA+, com

[3] Compreende-se a sigla LGBTQIA+ como pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, intersexuais, queer's e identidades de gênero e sexualidade que divergem da normatividade (Gonçalves, 2023; 2018b).

especial impacto sobre pessoas trans e travestis. Nos Estados Unidos, por exemplo, a eleição do presidente Donald Trump gerou grande apreensão entre ativistas, diante das ameaças e da revogação de direitos conquistados (Jones, 2024).

Tal cenário demanda, portanto, políticas e iniciativas capazes de conter o avanço da destituição de direitos e garantias a pessoas trans, observado do Norte ao Sul Global (Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025). Programas sociais de caráter afirmativo endereçados a travestis e transexuais, a exemplo do Programa Transcidadania do Rio Grande do Norte, pode ser interpretado como uma alternativa viável. O programa em questão, inspirado no formato pioneiro da cidade de São Paulo, trata-se de uma resposta estatal à marginalização vivida por essa população, embora sua implementação e expansão ainda enfrentam desafios significativos. À luz desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a implementação do Programa Transcidadania do Rio Grande do Norte a partir de uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, análise teórica, documental e digital.

2 ENTENDENDO O PASSADO PARA REFLETIR O FUTURO: O NASCIMENTO DO MOVIMENTO LGBTQIA+

Pioneiramente o movimento LGBTQIA+ tem seus primeiros registros enquanto força política na Europa como uma força social e política significativa ao longo do século XIX (Ferrari, 2004), tendo como bandeira a criminalização da homossexualidade e a luta pelo reconhecimento de direitos civis da comunidade. Destarte, a trajetória inicial do movimento pode ser mapeada a partir do final do século XIX e início do século XX, com a formação das primeiras organizações que discutiam questões de sexualidade e identidade de gênero (Kollman; Waites, 2009), embora essas atividades fossem frequentemente discretas e de alcance restrito (Green; Quinalha, 2014)

No entanto, as primeiras iniciativas para promover os direitos de cidadania de gays e lésbicas foram interrompidas durante o Holocausto. As formas autoritárias de controle moral e sexual que se espalharam tanto no mundo comunista quanto nas democracias ocidentais, em meados do século XX, quase sufocaram as tentativas de revitalização do movimento após a Segunda Guerra Mundial. Os movimentos contemporâneos encontram suas raízes em cidades como Amsterdã, Oslo, Copenhague, Paris e Los Angeles, onde, na década de 1950, alguns indivíduos retomaram os esforços para criar pequenos espaços de acolhimento aos homossexuais, apesar do rígido clima de reconstrução do pós-guerra (Adam, 1995).

O período pós-Segunda Guerra Mundial, por volta de 1950, testemunhou o surgimento de organizações mais visíveis, como a *Mattachine Society* e *as Daughters of Bilitis* (Green, 2019; Macrae, 2018) que desempenharam papéis cruciais na defesa dos direitos civis e na promoção da liberdade. Essas organizações foram pioneiras na articulação de demandas e na construção de redes de apoio, estabelecendo um precedente para o ativismo moderno.

Nesse ínterim, a década de 1960 foi crucial para a expansão da militância gay nos Estados Unidos e, consequentemente, exerceu influência sobre outros países da América e da Europa.

A visibilidade e a capacidade de mobilização dessas iniciativas foram ampliadas pela concentração de populações e pela diversidade cultural das cidades, que serviram como espaços propícios para a articulação de reivindicações políticas e sociais (Gomes; Zenaide, 2019). Contudo, os autores apontam que o marco de luta para o movimento LGBTQIA+ ocorreu a partir da revolta de *Stonewall*, em 1969, onde as manifestações contra a brutalidade policial e a repressão na cidade de *Nova York*, contra a comunidade, representaram uma nova era de visibilidade e militância, Amorim (2016) narra que:

> a revolta de *Stonewall Inn* teve início quando uma lésbica se recusou a sair e foi espancada pelos policiais nova-iorquinos. Os frequentadores, ao serem expulsos do bar e deparando-se com a cena de espancamento, cercaram o local e ganharam apoio da vizinhança, que era habitada, em sua maioria, pela comunidade LGBT, dando início a revolta (Amorim, 2016, p. 74).

Em linhas gerais, a revolta e o surgimento das paradas, marcaram o início de uma nova etapa para o movimento, consolidando as cidades como os principais palcos de luta e a expansão do movimento de minorias sexuais. Durante este processo, travestis e transexuais desempenharam um papel crucial na insurgência contra a violência e repressão policial sistemática. No Brasil, tal movimento teve seu apogeu entre as décadas de 1970 e 1980, com embates entre os defensores da pauta e grupos conservadores, sobretudo durante a ditadura militar (Amorim, 2016). No mesmo tempo, reivindicações por direitos civis para gays e lésbicas, originalmente, também eram observados em parte da América Latina. Na Argentina, por sua vez, em 1971, ativistas criaram a Frente de *Liberación Homossexual de La Argentina* (FLH), reunindo quatro grupos diferentes (Green, 2019).

Durante as décadas seguintes, o movimento LGBTQIA+ continuou a crescer e diversificar suas questões, abordando não apenas os direitos das pessoas homossexuais, mas também as questões relacionadas às identidades de gênero e à pandemia da AIDS. O ativismo se intensificou, com organizações como a *ACT UP* desempenhando papéis cruciais na luta contra a discriminação e a negligência na relação com as pessoas afetadas pelo HIV/AIDS. De acordo com Lovell (2015), a epidemia de AIDS na década de 1980 teve consequências devastadoras que se espalharam globalmente, impactando de forma especialmente severa a comunidade LGBTQIA+. Consequências quase que irreversíveis foram observadas, sobretudo no campo social. Tal pandemia corroborou para o aumento dos casos de homofobia, consolidando a AIDS no senso comum como "peste gay" (Cruikshank, 1992).

Contudo, tal cenário de subalternização, que potencializou drasticamente o preconceito e discriminação a comunidade gay em especial, também impulsionou o fortalecimento do movimento de minorias sexuais como um todo em torno de uma pauta inegociável. Após um cenário de aparente controle do risco de contágio acentuado, organizações da sociedade civil pró-direitos LGBTQIA+ envolveram-se massiva e ativamente na luta por políticas sólidas de saúde e cidadania para a comunidade. No Brasil, tais organizações enfrentaram extremas adversidades.

Grupos organizados, ainda que informalmente, nos quais buscavam discutir e reivindicar direitos para membros da comunidade, embora ainda não fossem alvos diretos da ditadura, sofriam constantemente com o aumento da repressão policial (Green, 2019). Contudo, no final da década de 1970, o movimento homossexual brasileiro passa a ter maior participação e significativa projeção social através de iniciativas lideradas por intelectuais (Green, 2019). Neste período, somado a luta pelo combate ao estigma social atribuído pela AIDS, surge o Jornal Lampião (Fry; Macrae, 1984); veículo semanal que desmistificar a questão da homossexualidade, buscando combater a imagem negativa dos homossexuais em espaços sociais de convívio e poder (Green, 2019) e outras minorias oprimidas (Simões, Facchini, 2009 apud Gomes; Zenaide, 2019).

Importantes organizações sociais, que lutavam originalmente pelo combate a AIDS, passaram a adotar um comportamento político pragmático, originalmente defendido pelo Lampião da Esquina, para pautar a necessidade de conquista da cidadania a pessoas LGBTQIA+ no Brasil, expandindo-se a necessidade de atender demandas por segurança, combate a homofobia no ambiente escolar e criminalização por atos de agressão motivados pela condição sexual. Alguns resultados, ainda que modestos, foram observados.

No ano de 1996, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, elabora o primeiro documento, por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), reconhecendo o papel ativo da comunidade LGBTQIA+ da sociedade, enfatizando a necessidade de proteção de seus direitos (Cavalcanti, 2021). Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia decidiu que a homossexualidade não era uma doença, sendo um passo importante na luta contra as chamadas terapias de conversão ou cura gay (Rocon *et al.*, 2016). Em 2004, membros do governo Lula criaram o Programa Brasil Sem Homofobia, voltado para a promoção dos direitos e da inclusão da população LGBTQIA+. Em 2008, o Brasil recebeu reconhecimento internacional pela realização da primeira Conferência Nacional sobre Políticas Públicas para a População LGBT, que abordou questões cruciais para a comunidade (Silva; Schmidt, 2019).

Entre 2010 e 2020 o movimento LGBTQIA+ no Brasil encontrou no poder judiciário uma "janela de oportunidades" para avançar demandas históricas que perduraram a décadas de desprezo entre o poder executivo e judiciário (Teixeira; Biroli, 2022; Cardinali, 2017). Dentre elas, a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, seguida pela decisão em 2013 que permitiu a adoção de crianças

por casais do mesmo sexo. Paralelamente, esses avanços foram acompanhados por um aumento na visibilidade e no reconhecimento dos direitos das pessoas trans, com a criação de políticas públicas externas para a inclusão e o respeito à identidade de gênero. No entanto, o período também foi marcado por desafios, incluindo o aumento dos casos de violência e discriminação contra a população travestis e transexuais (Silva; Schmidt, 2019), no qual o Brasil lidera em perspectiva global desde 2008 (TGEU, 2011).

Apesar dos avanços, nota-se, portanto, uma predominante escassez de políticas e programas direcionados a pessoas trans no Brasil. Iniciativas propostas pelo Estado limitam-se, quase que exclusivamente, a questões de saúde e doença (Andrade, 2012), distanciando-se, em passos largos, das verdadeiras e necessárias políticas de inclusão e caráter afirmativo (Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025; Gonçalves, 2023). Diante de tal constatação, nos questionamos: Como reverter este cenário?

3 MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO: O PROGRAMA TRANSCIDADANIA COMO MARCO DE INCLUSÃO SOCIAL

Para além do quadro sombrio de violência, pessoas trans e travestis enfrentam ainda sérios desafios relacionados à inserção no mercado de trabalho e à qualificação profissional e educacional (Avelar *et al.*, 2022; Licciardi; Waitmann; de Oliveira, 2015; Lima, 2020; Almeida; Vasconcellos, 2018). Muitas vezes, ao serem expulsas (os) de suas casas, acabam abandonando os estudos, em virtude do medo do preconceito e da discriminação que ainda persistem nos espaços educacionais. Nesse sentido, Santos e Silva (2021) destacam que:

> a busca por emprego depois de iniciada a transição é também dificultada pela discriminação e desconhecimento em relação ao que significa ser transexual. Devido à baixa escolaridade e os preconceitos velados de muitas empresas contra mulheres transexuais e travestis, as portas do mercado formal de trabalho se fecham e as opções mais comumente encontradas para sua atuação são a de trabalhadora sexual, cabeleireiras e depiladoras, além das ocupações nos setores da moda e alimentos, como costureiras e cozinheiras (Santos; Silva, 2021, p. 05).

Destarte, mulheres trans e travestis, em sua maioria, são estigmatizadas a partir de uma perspectiva heteronormativa que as restringe a ocupações ligadas à estética e à beleza ou à prostituição (Gonçalves; Trujillo, 2020). Dentro dessa lógica sexista, tais atividades acabam sendo concebidas como a única via de sobrevivência econômica para essas sujeitas.

Porém políticas públicas como o Programa Transcidadania, criado no ano de 2022, no estado do Rio Grande do Norte (RN), a partir de uma versão originalmente concebida em 2015 na cidade de São Paulo (Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025), representa uma ferramenta significativa no mudança social, capaz de romper séculos de estigmatização e

preconceitos involuntariamente atribuídos a pessoas trans. Instituído pela Lei nº 11.132, de 9 de junho de 2022, o Transcidadania (RN) representa um marco importante na construção de mecanismos de inclusão social, cidadania e combate à violência estrutural que afeta de maneira desproporcional travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade. Em seu desenho original, o programa oferta, essencialmente, qualificação profissional compatível às expectativas do mercado de trabalho formal.

Assim, tal iniciativa vai além de um gesto simbólico: constitui um instrumento concreto de reparação histórica diante dos danos causados à população trans, frequentemente exposta à exclusão social, ao preconceito sistemático e à negação de direitos fundamentais. Essa população está entre as que mais sofrem com a expulsão de seus lares, com os altos índices de evasão escolar e com dificuldades no acesso a serviços públicos essenciais, como saúde e emprego formal. Nesse cenário, o art. 3º da Lei nº 11.132/2022 institui diretrizes que refletem diretamente esse quadro de exclusão. O inciso I propõe a reparação a pessoas trans vítimas de violência institucional e privada em razão de sua identidade de gênero; o inciso II propõe o enfrentamento à pobreza por meio da elevação da escolaridade e da qualificação profissional; e o inciso III estabelece ações permanentes de combate à discriminação, reforçando o respeito ao uso do nome social e à expressão de gênero.

Outro aspecto fundamental da política é a articulação intersetorial e transversal, também prevista na política originária de São Paulo (Gonçalves, 2023). O art. 4º da Transcidadania (RN) atribui à Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH) a coordenação da implementação do programa, bem como a integração com outras secretarias e serviços públicos, como as redes de saúde, assistência social e apoio à mulher (art. 4º, III e IV). No campo da saúde, a lei assegura, em seu art. 5º, a oferta da terapia hormonal por meio do Processo Transexualizador, instituído pela Portaria nº 2.803/2013 do Ministério da Saúde, garantindo uma abordagem integral, humanizada e especializada à população trans.

Além disso, o art. 3º, inciso IV, reforça a necessidade de capacitação contínua dos servidores públicos estaduais para o atendimento humanizado e qualificado a pessoas trans, em consonância com os princípios da dignidade humana, igualdade e não revitimização. No mesmo sentido, o art. 7º estabelece que todos os órgãos da administração pública estadual promovam ações anuais de formação sobre identidade de gênero e diversidade sexual, bem como afixem, em local visível, placas que assegurem o direito ao uso do nome social por pessoas trans.

Apesar dos avanços institucionais, a plena efetivação do Programa Transcidadania (RN) ainda enfrenta desafios consideráveis, principalmente diante de um contexto nacional de retrocessos nas políticas públicas voltadas à população trans. Além disso, convive, assim como inúmeras políticas sociais e de caráter afirmativo, com a notória escassez de recursos

para concretizar uma possível (mas distante) expansão do programa. No entanto, a institucionalização do Programa Transcidadania (RN) representa um avanço fundamental na construção de um Estado mais atento às demandas históricas de inclusão e justiça social, reafirmando, conforme previsto em lei, que toda pessoa tem o direito ao livre desenvolvimento de sua personalidade de acordo com sua própria identidade de gênero, independentemente do sexo biológico ou de quaisquer outras características físicas (§1º do art. 1º) (Rio Grande do Norte, 2022).

4 PROGRAMA TRANSCIDADANIA NO RIO GRANDE DO NORTE: IMPRESSÕES INICIAIS

Embora tenha sido instituído em 2022, o Programa Transcidadania do Estado do Rio Grande do Norte iniciou sua primeira turma apenas em 2023. Segundo informações do portal Saiba Mais (Cruz, 2023), Rebecka de França, atual coordenadora da Coordenadoria de Diversidade Sexual e de Gênero (CODIS) do Estado, atribuiu a demora na implementação a entraves burocráticos e administrativos. De acordo com relatório de prestação de contas da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH, 2023), a pasta recebeu o montante de R$ 220.200,00, oriundo de convênio com o Ministério dos Direitos Humanos e de emenda parlamentar da deputada federal Natália Bonavides, para viabilizar a execução do programa.

Destarte, mesmo com os trâmites burocráticos, o programa busca promover a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho da população travesti e transexual em situação de vulnerabilidade socioeconômica no estado, que já beneficiou 29 pessoas trans e travestis em 2024. Do total repassado, R$20 mil correspondem à contrapartida do Governo do Estado. Ainda conforme o portal Saiba Mais (Cruz, 2023), a primeira turma do programa contou com a concessão de 28 bolsas de Permanência Estudantil, no valor de R$600 cada, além de uma bolsa para a Coordenação Técnica do projeto, no valor de R$1.550 (mil quinhentos e cinquenta reais).

IMAGEM 1 – reunião com a primeira turma do programa[4]



Fonte: Portal Saiba Mais (2023).

Destacando o alcance territorial do programa, a primeira turma, iniciada em janeiro de 2023, contemplou bolsistas oriundos de diversos territórios e comunidades, incluindo assentamentos localizados em Natal e na Região Metropolitana, abrangendo os municípios de Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês Goianinha e Bom Jesus (Cruz, 2023). Em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Governo do Estado ofereceu à primeira turma o curso "Empreender com e para a Diversidade", como parte das ações formativas do programa. Em novembro de 2024, essa primeira turma concluiu as atividades com uma aula de encerramento voltada para o tema dos Direitos Humanos.

IMAGEM 2 – Concluintes da primeira turma do programa Transcidadania RN[5]



Fonte: SEMJIDH (2024).

[4] Imagem retirada do portal de notícias Saiba Mais, em matéria publicada e divulgada no dia 15 de dezembro de 2022 pela jornalista Carla Cruz (ver referências bibliográficas)

[5]Imagem retirada do Blog do Jornalista Jair Sampaio em matéria publicada e divulgada no 14 de novembro de 2024 (ver referências bibliográficas).

À luz desse contexto, o Programa Transcidadania (RN) reverbera-se como uma política pública de relevância histórica, ao promover o enfrentamento das múltiplas formas de exclusão que incidem sobre a população travestis, transexuais e transgêneros. Mesmo com os desafios operacionais, orçamentários e estruturais, a iniciativa configura-se como um instrumento concreto de reparação social, ao possibilitar o acesso à educação, ao mercado de trabalho e à construção de trajetórias de vida mais dignas. Os primeiros impactos observados, como a implementação de turmas formativas e a articulação com instituições, elucidam o potencial transformador do programa, especialmente quando sustentado por parcerias, investimento público e escuta ativa das demandas emanadas da população trans e travestis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tivera como objetivo analisar os impactos iniciais e o desenho do Programa TransCidadania no Rio Grande do Norte, à luz de um histórico social marcado, ao longo de décadas, pela marginalização e exclusão da população trans. Assim, a partir dessa análise, buscou-se compreender os fundamentos legais, diretrizes e potencialidades do programa, enquanto política pública voltada ao enfrentamento das desigualdades. Portanto, os achados da pesquisa indicam que, a longo prazo, o programa tende a representar um avanço significativo no reconhecimento institucional das demandas dessa população, especialmente ao articular educação, trabalho e cidadania como eixos estruturantes. Desta forma, observou-se, ainda, que o programa contribui para a reconstrução de trajetórias interrompidas pela transfobia e pela evasão escolar, ao possibilitar o retorno à escolarização, a ampliação das perspectivas profissionais e o fortalecimento do pertencimento social das pessoas trans beneficiárias.

Nesse sentido, em um cenário marcado por desigualdades históricas, violências institucionais e negação sistemática de direitos, o programa se consolida no Brasil — e, em especial, no Rio Grande do Norte — como uma política pública de suma importância para a promoção da dignidade e da cidadania da população trans. Instituído pela Lei nº 11.132/2022, o TransCidadania rompe com a lógica da invisibilização ao reconhecer a identidade de gênero como um direito fundamental e atuar diretamente nas frentes de escolarização, qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho e fortalecimento da autoestima. Em um país onde travestis e transexuais enfrentam cotidianamente exclusão escolar, desemprego, precarização da vida e expulsão dos espaços familiares e institucionais, iniciativas dessa natureza se mostram urgentes e transformadoras. Ainda que seus primeiros passos enfrentem limitações, os resultados iniciais já apontam para um caminho possível de reparação social e de construção de políticas públicas mais inclusivas.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou limites relevantes ao não localizar dados sistematizados e informações públicas sobre o perfil dos(as) beneficiários(as), bem como

taxas de permanência no programa e impactos de médio e longo prazo em suas trajetórias. Além disso, a escassez de relatórios avaliativos institucionais sobre a primeira turma do programa e de produções acadêmicas específicas impôs desafios à análise mais profundada de sua efetividade e alcance territorial. Destarte, essas lacunas reforçam a necessidade de maior transparência, monitoramento contínuo e incentivo à produção de pesquisas futuras que aprofundem a compreensão sobre os alcances e limites da política. Embora o programa ainda se encontre em fase inicial no estado, torna-se pertinente a criação de um gabinete situacional para o acompanhamento e monitoramento sistemático de sua execução.

Em suma, o TransCidadania configura-se como um instrumento de grande relevância no enfrentamento à transfobia, promovendo o reconhecimento institucional e a reparação histórica de uma população cujas trajetórias têm sido marcadas por processos contínuos de violência e marginalização.

REFERÊNCIAS

ADAM, Barry D. **The rise of a gay and lesbian movement**. New York: Twayne Publishers, 1995.

AGUIAR, B. S.; PEREIRA, M. R. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Agenda Política**, v. 7, n. 3, p. 8–35, 2019.

AGUIRRE, K. K. D. Masculinidades colonizadas e feminicídio na América Latina. **Revista Crítica Histórica**, v. 11, n. 22, p. 38–67, 2022.

ALMEIDA, C. B. DE.; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo Paulo. Às no mercado de trabalho em São Paulo. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 2, p. 303–333, 2018.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo *et al.* Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. **REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 4, p. 5–33, 2019.

AVELAR, R. B. de; RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MENDES, A.; QUEIROZ, T. A. (Trans)gredindo preconceitos: a escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho. **Historiæ**, v. 13, n. 1, p. 45–71, 2022. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740. Acesso em: 5 dez. 2025.

CARDINALI, Daniel Carvalho. **A judicialização dos Direitos LGBT no STF**: limites, possibilidades e consequências. 2017. 290 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil Constitucional; Direito da Cidade; Direito Internacional e Integração Econômica; Direi) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CAVALCANTI, Juliano Henrique Xavier. **Conferências nacionais de promoção à cidadania LGBTQIA+**: análise das propostas e das políticas públicas aprovadas em prol de uma sociedade igualitária. 2021. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

CRUZ, Carla. Transcidadania divulga selecionados para o programa de capacitação profissional no RN. **Saiba Mais**, 15 dez. 2022. Disponível em: https://saibamais.jor.br/2022/12/transcidadania-divulga-selecionados-para-o-programa-de-capacitacao-profissional-no-rn/ /. Acesso em: 5 abr. 2025.

CRUIKSHANK, Barbara. **The gay and lesbian liberation movement in the United States**: a historical overview. New York: Routledge, 1992.

FERRARI, A. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 105–115, jan. 2004.

GOMES, J. C. de S.; KNOX, W.; BEZERRA FARIAS, P. H. Em terra verde também brilha o arco-íris: resistência LGBTQIAPN+ ao conservadorismo rural brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16058. Acesso em: 5 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no ensino superior. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1., 2018a, Goiânia. **Anais [...].** Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, 2018a. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/SIES/article/view/12207/9266. Acesso em: 5 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. **Da esquina à escola**: (re)inserção educacional de travestis e transexuais do Programa Transcidadania. 2023. 54 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) – Escola de Políticas Públicas e Governo, Fundação Getulio Vargas, Brasília, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/10438/33788. Acesso em: 5 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. As barreiras sociais que afastam a população transexual na busca pela permanência no sistema educacional. *In*: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5., 2018b. **Anais [...].** [S. l.: s. n.], 2018b. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/13310. Acesso em: 5 dez. 2025.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. Rio de Janeiro: EdUFSCar, 2014.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo**:** Editora Unesp, 2019.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis,** v. 14, n. 28, p. 193–220, 2014.

JONES, T. Trans bans expand: anti-LGBTIQ+ lawfare and neo-fascism. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 22, p. 69–84, 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449–502, 2018.

KOLLMAN, K.; WAITES, M. The global politics of lesbian, gay, bisexual and transgender human rights: an introduction. **Contemporary Politics,** vol. 15, n.1, p.1–17, 2009.

LICCIARDI, Norma; WAITMANN, Gabriel; DE OLIVEIRA, Matheus Henrique Marques. A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**, n. 14, p. 201-218, 2015.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 70-87, 2020.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 43–63, 2009.

LOVELL, Wade. **HIV/AIDS and the LGBTQ community**: social and political impacts. London: Routledge, 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 463–482, 2018.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA, 2018. 377 p. ISBN 978-85-232-1998-7. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788523219987. Acesso em: 5 dez. 2025.

MEDEIROS, Ettore Stefani. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. **RECIIS**, v. 13, n. 2, 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 11.132, de 9 de junho de 2022. Institui o Programa TransCidadania no Estado do Rio Grande do Norte. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, 9 jun. 2022. Disponível em: https://www.al.rn.gov.br. Acesso em: 1 abr. 2025.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015. Acesso em: 5 dez. 2025.

RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MEIRA, L. A. Public policy for trans people: lessons from Brazil for social inclusion. **Development Policy Review,** v. 43, n. 4, e70015, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1111/dpr.70015. Acesso em: 5 dez. 2025.

RODRIGUES, Cristiano; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Disputando o partido, enfrentando opositores: efeitos políticos dos movimentos negro e LGBT+ nos governos Lula e Dilma (2003–2014). **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 635–677, 2022.

SANTOS, Karolyn Marilyn de Oliveira; OLIVEIRA-SILVA, Lígia Carolina. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, 2021.

SCHMITZ, T. **Violência contra LGBTQIA+ no Brasil em 2024**: relatório anual. Salvador: GGB, 2024.

SEBRAE-RN. Sebrae e Governo do RN promovem curso de empreendedorismo para a diversidade. **Agenciasebrae**, 9 jul. 2024. Disponível em: https://rn.agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/sebrae-e-governo-do-rn-promovem-curso-de-empreendedorismo-para-a-diversidade/. Acesso em: 5 abr. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, DA JUVENTUDE, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS (SEMJIDH). **Relatório de prestação de contas 2023/2024.** Natal, 2023. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SEMJIDH/DOC/DOC000000000345695.PDF. Acesso em: 5 abr. 2025.

SIMIONI, F.; KYRILLOS, G. P. **Política externa no governo Bolsonaro (2019–2021)**: disputas discursivas e rupturas institucionais nas políticas de gênero. Dados, v. 67, n. 4, 2024.

TEIXEIRA, R. P.; BIROLI, F. Contra o gênero: a "ideologia de gênero" na Câmara dos Deputados brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, p. e248884, 2022.

TGEU – TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring Report 2021**. 2021. Disponível em: https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021. Acesso em: 5 dez. 2025.

Recebido em: 15/04/2025
Aceito em: 15/12/2025



REVISTA COR LGBTQIA+

ISSN 2764-0426